

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**O ENSINO NOS COLÉGIOS DAS IRMÃS DOROTÉIAS EM
PORTUGAL**

(1866 – 1975)

Contributo para o Estudo do seu Modelo de Ensino e Formação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DIDÁCTICA DA HISTÓRIA

Maria Albertina Franco Batista de Loureiro Pereira

LISBOA

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**O ENSINO NOS COLÉGIOS DAS IRMÃS DOROTÉIAS EM
PORTUGAL**

(1866 - 1975)

Contributo para o Estudo do seu Modelo de Ensino e Formação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DIDÁCTICA DA HISTÓRIA

Maria Albertina Franco Batista de Loureiro Pereira

Orientadora: Professora Doutora Manuela Mendonça

Co-Orientador: Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro

LISBOA

2012

RESUMO

O Ensino nos Colégios das Irmãs Doroteias em Portugal (1866-1975)

A Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia tem uma existência que remonta ao século XIX.

Concretizando o ideal da fundadora - Santa Paula Frassinetti - *educar pela via do coração e do amor* e recebendo uma significativa influência do modelo educativo praticado pelos Jesuítas, as Doroteias construíram progressivamente um modelo de ensino próprio. O mesmo ficou traduzido na acção desenvolvida nos vários colégios espalhados por Portugal e Angola.

É esse modelo de ensino que visamos levantar e sistematizar nesta tese de mestrado.

Palavras-Chave: Doroteias, História, Didáctica, Ensino Confessional, Colégios Religiosos, Instrução Pública.

ABSTRACT

Education in the Schools of the Dorothean Sisters in Portugal (1866-1975)

The Portuguese Province of the Sisters of Saint Dorothy exists since the 19th century.

Saint Paula Frassinetti, the foundress of this congregation, had the ideal of educating through the way of the heart and love. The Dorothean Sisters concretized, gradually, this ideal in their own educational model, receiving a strong influence from the model the Jesuits had developed. This innovative model was put in practice in the several schools spread around Portugal and Angola.

The aim of this master thesis is to understand and systematize this educational model.

Keywords: Dorotheans, History, Didactics, Religious Education, Religious Schools, Public Instruction.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de Mestrado em Didáctica da História foi possível com a colaboração de algumas pessoas às quais deixamos o nosso agradecimento.

Em primeiro agradecemos à Professora Doutora Manuela Mendonça - orientadora desta dissertação, pelo seu saber, atenção e disponibilidade no acompanhamento deste trabalho, pela sua amizade, dedicação e compreensão. Fez com que este projecto se tornasse possível.

Ao Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, meu co-orientador, que desde o princípio me incentivou, e acreditou em mim, agradeço toda essa confiança e os seus ensinamentos ao longo do curso.

A todos os outros professores do Mestrado, especialmente à Professora Doutora Maria de Fátima Reis pelas reflexões teóricas, que abordaram a Didáctica, até aos nossos dias.

Às Irmãs Doroteias, em especial, à Irmã Dr^a Diana Barbosa, responsável pelo Arquivo da Congregação das Irmãs Doroteias que me acolheu e partilhou comigo alguns dos seus tesouros...

Às colegas de grupo, Margarida Remédio e Rosário Leal, que se tornaram especiais neste percurso.

À Mariazinha, minha filha que nunca me deixou desanimar e me apoiou, na formatação deste trabalho.

A meu marido, sempre a meu lado!...

NORMAS, SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

NORMAS

Referências bibliográficas:

NP 405-1 (1994) Norma Portuguesa para referências bibliográficas - Documentos impressos. Instituto Português da Qualidade.

NP 405-4 (2002) Norma Portuguesa para referências bibliográficas - parte 4 - Documentos electrónicos. Instituto Português da Qualidade.

A Dissertação não obedece ao novo acordo ortográfico.

SIGLAS E ABREVIATURAS

nº. - Número

p. - Página

pp. - Páginas

s.d. - Sem data

vol. - Volume

Fig. - Figura

col. - Colecção

docs. - Documentos

Liv. - Livro

trad. - Tradução

Vide - Veja-se

AC - Arquivo das Congregações

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

FLUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ACSD - Arquivo da Congregação de Santa Doroteia

As citações foram organizadas por autor, título, local de edição, editora, data e paginação . As notas foram feitas em pé de página.

Seguiram-se algumas orientações das seguintes obras:

ECO, Humberto

Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

BOAVENTURA, Edivaldo M.

Metodologia da Pesquisa, Monografia, Dissertação, Tese, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2004.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O ENSINO EM PORTUGAL NO SÉC. XIX	5
1.1. Ensino Masculino/Feminino	17
1.2. Ensino Oficial/Particular	23
CAPÍTULO II - AS IRMÃS DOROTEIAS EM PORTUGAL	29
2.1. Breve História da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia	29
2.2. A Instalação em Portugal - Primeiras Experiências de Ensino	37
2.3. A Expulsão de 1910.....	48
CAPÍTULO III - O ENSINO DAS DOROTEIAS	54
3.1. Enquadramento Jurídico.....	54
3.2. Lisboa: do Colégio Jesus Maria José (Quelhas) ao Colégio de Santa Doroteia	55
3.3. As Características do ensino nos Colégios e Escolas das Doroteias	65
3.4. Uma concepção de educação: uma prática pedagógica	68
CAPÍTULO IV - OS ESPAÇOS DO COLÉGIO DE SANTA DOROTEIA	70
CONCLUSÃO.....	81
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	83
APÊNDICES.....	91
ÍNDICE DOS APÊNDICES.....	146
ÍNDICE DAS FIGURAS.....	148

INTRODUÇÃO

*Sabedoria significa ter a noção
da falibilidade de todos os
nossos
pontos de vista e opiniões, e
contar
mais com a incerteza
e a instabilidade das coisas*
Gerard Brenan

Este trabalho tem como principal objectivo o estudo da educação ministrada em Portugal pelas Irmãs Doroteias, numa dinâmica de confronto com o sistema de ensino público, na época em análise.

Para tanto, fazemo-lo preceder da evolução desta temática ao longo de todo o século XIX e grande parte do século XX. Tal nos permitirá uma melhor compreensão do modelo de ensino criado e desenvolvido pelas Irmãs de Santa Doroteia, no período em referência e na realidade portuguesa. Pretendemos, pois, enquadrar este modelo na política educativa da época.

A cronologia definida para o presente trabalho corresponde ao período que vai da Fundação do primeiro Colégio em Portugal, em 1866, no Quelhas - Colégio Jesus Maria José - ao início do paralelismo pedagógico concedido ao Colégio de Santa Doroteia, em 1975. Deste modo se abrange o ensino durante parte da Monarquia Constitucional, com as respectivas práticas pedagógicas, até à implantação da República em 1910. Consciente de que esta revolução levou à expulsão das Ordens Religiosas em Portugal, determinando um pequeno interregno na sua presença, retomaremos o processo de (re)instalação dos Colégios.

Foi cerca de 1918 que as Irmãs de Santa Doroteia começaram a regressar, retomando o ensino em 25 de Março de 1930. O trabalho que nos propomos desenvolver terá o seu fim em 1975, ano de nova revolução em Portugal. As alterações então verificadas determinarão grandes alterações no caminho percorrido que, por si só, exigem um estudo específico que deixamos a outros...

Para que esta dissertação fosse possível vencemos inúmeras dificuldades, uma vez que há muito poucos estudos sobre a matéria. Diria

mesmo que apenas encontrei pequenos contributos, de que destacarei, em termos mais específicos: *História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia*, da Ir. Maria do Céu Nogueira, *A História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, *As Ordens Religiosas em Portugal (1921-1926)*, de Artur Villares e *A Educação Feminina na Guarda*, de J. Pinharanda Gomes.

Contudo, se essa realidade dificulta o caminho, torna mais viva a curiosidade e a emergência da construção. Nisso incidiu o nosso esforço, que exigiu uma árdua busca de fontes. Encontrámo-las no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no espólio documental do *Arquivo das Congregações*, concretamente no maço referente ao Colégio Jesus Maria José - Quelhas e Colégio de Vila do Conde. Do mesmo modo efectuámos pesquisa no Arquivo da Província Portuguesa do Instituto de Santa Doroteia, onde foi igualmente possível recolher preciosa informação. De entre os documentos compulsados, elegemos inúmero material fotográfico. Com efeito, se "a fotografia é um instante de vida capturado para a eternidade", ela nos permitirá, enquanto documento histórico, descrever os espaços dos Colégios de acordo com a afirmação,

[...] O escritor e o fotógrafo utilizam as mesmas ferramentas, mas enquanto um descreve uma imagem com mil palavras o outro descreve mil palavras com uma imagem [...]¹.

As imagens fotográficas a que tivemos acesso são representativas de cenas escolares, em situações de: Sala de Aula, Laboratório, Gabinete de Ciências Naturais, espaços de Recreio, Alojamento, Acolhimento, Refeição, Festas Religiosas, Oficinas de Arte (pintura, desenho e labores), entre outras. Todas elas nos mostram uma certa evidência das regras, valores, conhecimentos e comportamentos e até alguns processos pedagógicos e curriculares da Instituição em análise. Por isso nos permitiram, para lá do discurso, uma reflexão sobre o "universo" da "escola" que as Irmãs Doroteias desenvolveram em Portugal.

¹ Jefferson Luiz Maleski in Cesar Andrade - Fotos de Natureza - <http://cesarandrade.fot.br/frases.htm> [12-10-2010]

Uma Escola Confessional

*Educar bem as crianças é
transformar o Mundo e conduzi-lo à
verdadeira vida².*

Se o sentido próprio do termo *educação* é cultura, a etimologia do vocábulo, do latim *e-ducere*, significa um processo de dentro para fora; isto é, fazer despertar o que há no interior de cada um. Daí a importância da abrangência de uma “educação integral”. E, para quem o entende, nascerá a emergência de uma escola confessional!

Desde os primórdios da respectiva análise, é muito vasta e complexa a problemática posta pela educação, tendo em conta as ideologias e as vastas correntes científicas, as religiosas, as morais, as sociais, as antropológicas as psicológicas e as políticas que lhe são (ou não!) inerentes. Com efeito, se para Herbat a educação é objecto de uma ciência, para William James ela é matéria de uma arte; se para Durkein é uma técnica de socialização, para Kant a educação é o desenvolvimento no homem de toda a perfeição que a sua natureza comporta; para Stuart Mill é fazer do indivíduo um instrumento de felicidade para si e para os outros, mas para Dewey não é uma preparação para a vida, mas a própria vida; para Pestalozzi é o desenvolvimento natural, progressivo e sistemático de todas as faculdades, enquanto para Dupanloup, educar é formar Cristo nas almas³. E é neste conceito de Dupanloup que se insere o modelo de ensino confessional e, naturalmente, o desenvolvido nos colégios da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia.

Nesta perspectiva, uma escola católica, qualquer que seja, é o lugar de formação integral. Ela constitui-se como comunidade, na qual os valores são transportados por verdadeiras relações interpessoais. O que a define é a sua referência à verdadeira realidade cristã. É por essa visão cristã que a escola é católica. Os princípios do Evangelho fazem parte das suas normas educativas e têm um objectivo final.

² Paula Frassinetti, beatificada em 1930 pelo Papa Pio XI e canonizada em 1984 pelo Papa João Paulo II, *Constituições 1851* [207].

³ Maria do Céu Nogueira, *História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1886-1910*, 1º vol., texto mimeografado, 1967, p. 146.

A escola católica está comprometida na promoção da pessoa integral, porque em Cristo todos os valores humanos encontram a sua realização plena. Então, o grande objectivo é procurar ajudar os alunos a encontrarem uma síntese entre fé, cultura e vida⁴. Na sequência, a formação é vista como sendo um processo contínuo, onde são transmitidos os valores de vida, levando os alunos a tomar consciência da sua responsabilidade na sociedade. Eles são chamados a transformar o mundo, a construir uma sociedade mais justa, onde cada um é conhecido pelo seu nome, vivendo em clima de responsabilidade, de amizade e de respeito.

Evidentemente que este tipo de escola confessional requer uma adesão livre de todos aqueles que nela participam. Não pode o seu ensino ser imposto. É-lhe oferecido como possibilidade, como uma boa nova. Para isso e por isso, *é necessário que a escola possa contar com a convergência dos propósitos e das convicções de todos os seus membros.*

No trabalho que desenvolvemos, procurámos “captar”, no processo português dos Colégios das Doroteias, essa marca confessional que, na variedade da acção formativa, faz deles resposta à educação integral.

⁴ *Orientações Pastorais sobre a Escola Católica*, "Carta Pastoral", Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 6 Janeiro de 2002.

CAPÍTULO I - O ENSINO EM PORTUGAL NO SÉC. XIX

Formar o carácter é tarefa nossa...

Viver apropriadamente é a nossa grande e gloriosa obra-prima.

*Todas as outras coisas – governar, acumular riquezas, construir – são, quando muito, pequenos apêndices e suportes...*⁵

Para melhor compreendermos o ensino no século XIX, importa que se reflecta sobre o poder da laicização, característica da nova sociedade moderna, na sua emancipação do modelo religioso. A difusão do livro, o papel da imprensa, os debates culturais nas Academias e Salões fizeram com que houvesse um maior afastamento da igreja católica, por parte dos meios de cultura e de educação. Para melhor compreendermos esse fenómeno, importa não esquecer o papel importante que a Independência da América, a Revolução Francesa com os seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e a Revolução Industrial tiveram na evolução da sociedade europeia, tanto no plano político como social, económico e cultural.

As ideias iluministas começaram a ser desenvolvidas em Portugal no reinado de D. João V, na primeira metade do séc. XVIII. As obras dos filósofos franceses, Montesquieu, Rousseau e Voltaire eram lidas nos meios intelectuais, vindo depois a contribuir para a propagação das sociedades secretas, dos clubes literários e das academias.

Em Portugal as principais academias criadas neste período foram: a Academia Real da História, fundada em 1720, por D. João V, a Arcádia Lusitana, fundada em 1757, por António Dinis da Cruz e Silva, homem de letras, em colaboração com outros intelectuais e a Academia Real das Ciências, fundada em 1779, por D. Maria I. Esta última foi considerada por alguns historiadores como sendo a mais importante:

[...] Esta régia Academia compreendia secções de ciências naturais, ciências exactas e belas-letas e levaria a cabo um frutuoso labor no domínio das ciências e da sua aplicação, incrementando, de maneira clara, a pesquisa. O seu objectivo era promover o “aditamento da instrução nacional, a perfeição das

⁵ Michel de Montaigne (1532-1592).

ciências e das artes e o aumento da indústria popular". Visava, de facto, finalidades ao mesmo tempo especulativas e concretas, admitindo o debate, a formulação de planos de natureza económica e de aperfeiçoamento tecnológico⁶.

As ideias iluministas, que se espalharam por toda a Europa, inspirariam culturalmente também o liberalismo do séc. XIX. Assim, todo o saber, empírico e científico, contribuiu para que a escola passasse a ser vista como um lugar onde os valores civis e sociais estivessem acima das instituições e das crenças do Antigo Regime. O século XIX, liberal, vai conceber e projectar, pela primeira vez, o fenómeno educativo como um direito fundamental⁷.

A Constituição de 1822 [...] no seu último capítulo "Dos Estabelecimentos de Instrução Pública e de Caridade" dedicou três artigos ao ensino. O artigo 237 determinando que em todos os lugares do reino deveria haver escolas primárias; o artigo 238 referindo-se ao ensino das ciências e das Artes; e por fim, o artigo 239 anunciando a liberdade de todo o cidadão poder abrir aulas para o ensino público⁸.

Como dura consequência, o Decreto de 18 de Dezembro de 1823 viria a suprimir a liberdade de ensino, buscando evitar que nas escolas viessem a ser ensinadas doutrinas contrárias aos "bons costumes" e aos princípios que orientavam a política governativa. A Carta de Lei de 4 de Agosto de 1824 determinava o fim da vigência da Constituição de 1822, fazendo regressar a ordem jurídica do Antigo Regime. Porém, a Lei de 25 de Junho de 1824 mandava fechar algumas escolas oficiais e encerrar as escolas livres. Mas a 29 de Abril de 1826, D. Pedro IV outorgava a Carta Constitucional, que também limitava a liberdade de ensino.

Visando obstruir o desenvolvimento das Ordens Religiosas, concretamente no ensino, o Decreto de 3 de Agosto de 1833, de José da Silva Carvalho, *expulsara os noviços de todos os institutos e proibira a admissão de novos candidatos⁹*, o que também viria a afectar as congregações religiosas femininas. Em 28 de Maio de 1834, sendo ministro Joaquim António de Aguiar, foi decretada a extinção das ordens religiosas masculinas e a nacionalização

⁶ Luís A. de Oliveira Ramos, "A Revolução das Luzes", em *Memória de Portugal - O Milénio Português*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001.

⁷ António Augusto Simões Rodrigues, *VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, Porto, 2008.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ *Apud*, Artur Villares, "Expulsão e Regresso dos religiosos em Portugal", *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*.

dos seus bens, *em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as Ordens Regulares, fosse qual fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra*¹⁰. Muitos colégios foram fechados, na linha do movimento secularizador e anti-clerical; no entanto, neste período da Monarquia Constitucional, o Catolicismo manteve-se como religião oficial da nação portuguesa.

Aquela proibição manteve-se por muito tempo, apesar do restabelecimento de relações diplomáticas com a Santa Sé em 1841 e da Concordata de 1848, que previa que o governo português não impedisse as profissões religiosas. Precisamente nesse ano de 1848 chega a Portugal, vindo de Itália, o noviço jesuíta Carlos João Rademaker, que viria a fundar a Província Portuguesa da Companhia de Jesus no ano de 1880.

Apesar das proibições e limitações, segundo António Augusto Simões Rodrigues:

*[...] a vida religiosa masculina não desapareceu totalmente, basta recordar que os dominicanos irlandeses do Corpo Santo, como apoiaram os liberais, mantiveram-se em Lisboa. A própria Companhia de Jesus em 1860 restaurava em Barro, Torres Vedras o seu noviciado e passados vinte anos tinha a funcionar os colégios de S. Fiel (Castelo Branco) e de Campolide (Lisboa) com um significado número de alunos, dada a qualidade do seu ensino. Outras ordens como os franciscanos, estes a partir de 1861; os beneditinos desde 1875; os salesianos desde 1894 mantiveram os seus colégios. No sector feminino, quer as irmãs de S. José de Cluny, quer as Doroteias, a partir da década de oitenta, puderam dedicar-se ao ensino. Em conclusão, no final da monarquia existiam em Portugal trinta e uma congregações, distribuídas por cento e sessenta e quatro casas [...]*¹¹.

Consequência do abrandamento de costumes, muito comum em Portugal, rapidamente seriam criadas condições para alterar o anteriormente estabelecido. Exemplo disso foi o *Regulamento Geral da Instrução Primária*, de Rodrigo da Fonseca que, entrando em vigor em Setembro de 1835, dispunha que qualquer cidadão podia abrir aulas públicas ou ensinar artes ou ciências honestas, desde que fosse atestado de bons costumes, por entidade

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Vide António Augusto Simões Rodrigues, *VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*.

competente e que não fossem ministradas doutrinas que violassem a lei, sob ameaça de punidos.

Procurava-se assim estruturar um sistema de educação, no sector do ensino primário, que se queria laico, gratuito e obrigatório, ministrado por leigos e não por congregações religiosas. Quanto à gratuidade, já era referida na Carta Constitucional de 1826. A obrigatoriedade dizia respeito às crianças dos 7 aos 15 anos. Porém, a legislação vigente não previa qualquer medida punitiva para aqueles que impedissem o seu cumprimento, apenas se estipulavam multas, embora com algumas excepções, para as famílias das crianças que não cumprissem esta disposição:

[...] Artº 33º Todos os pais de famílias têm rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a Instrução das Escolas Primárias. As Municipalidades, os Párocos, os próprios professores empregarão todos os meios prudentes de persuadir ao cumprimento desta obrigação os que nela forem descuidados¹².

Com a legislação de 1844, de Costa Cabral, entra em vigor o novo modelo de Instrução Primária, que se dividia em dois graus. No primeiro grau as crianças aprendiam a ler, escrever, contar, exercícios gramaticais, Corografia e História de Portugal, Moral, Doutrina Cristã e Civilidade. No segundo grau eram melhoradas e desenvolvidas as matérias do nível anterior, acrescendo as disciplinas de Gramática, Desenho Linear, Geografia, História Geral, História Sagrada (Antigo e Novo Testamento), Aritmética e Geometria aplicadas à Indústria e Escrituração.

No âmbito desta reforma, a manutenção e o alargamento da rede escolar passou para a responsabilidade das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Aquelas deveriam apetrechar as escolas com o mobiliário adequado e pagar aos professores pelo seu trabalho, enquanto estas eram as responsáveis pelo pagamento das rendas dos edifícios onde funcionavam as respectivas escolas.

Abriu-se então um período em que, para além das autarquias, muitos particulares financiaram a construção de escolas, espalhadas por todo o país. Como exemplo de grande mecenas pode referir-se o Conde Ferreira que, no seu testamento de 15 de Março de 1866, mandou que fossem construídas pelo

¹² AAVV, *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, V volume, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, p. 618.

país, 120 escolas. Assim aconteceu, tendo esse conjunto passado a designar-se “Escolas Conde de Ferreira”¹³.

Apesar deste desenvolvimento e interesse pela educação de toda a população ter a marca do Liberalismo, não podemos esquecer alguns esboços de interesse muito anteriores a esse período. Assim, pode apontar-se uma grande reforma do ensino entre 1759 e 1772, no governo de D. José I, sendo ministro o Marquês de Pombal, pelo que essas reformas foram apelidadas de *reformas pombalinas do ensino*. Sebastião José de Carvalho e Melo foi certamente influenciado pelo pedagogo Luís António Verney¹⁴, através da sua obra *O Verdadeiro Método de Estudar*. Nela, o autor criticava os métodos do ensino tradicional, defendendo que o ensino elementar devia ser para ambos os sexos e que o Estado tinha obrigação de incentivar e financiar as despesas com a Educação. Foi nessa conformidade que as suas ideias pedagógicas viriam a influenciar a reforma pombalina do ensino e contribuíram para a laicização do mesmo.

Certamente por outros motivos, mas responsabilizando-os pelo atraso cultural e pela resistência à inovação do país, em 1759 o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas, que até então dominavam o ensino em Portugal,

[...] A 3 de Setembro de 1759 completava-se um ano sobre o grave atentado contra o rei D. José. Esta foi a data escolhida para a publicação da *Lei da Expulsão da Companhia de Jesus que acusava os Jesuítas*¹⁵.

Pombal reformaria o *Ensino Elementar*, os *Estudos Menores* e a *Universidade de Coimbra*. Nos *Estudos Menores* criou vários lugares de *mestres* de ler de escrever e de contar, nas escolas régias de ensino elementar.

Fundou escolas régias para o ensino das *Humanidades*, que foram as bases essenciais à criação dos futuros liceus. Fundou o *Real Colégio dos Nobres* para a educação dos filhos da nobreza. E, para a instrução dos filhos da burguesia, criou a *Aula do Comércio*.

¹³ A primeira escola a ser edificada foi em Alenquer.

¹⁴ Fez os estudos secundário no colégio de Santo Antão com os Jesuítas, e os superiores em Filosofia, na Universidade de Évora. Mais tarde em Itália, Alemanha e França contacta com grandes mestres da pedagogia, que o virão a influenciar no seu *Verdadeiro Método de Estudar*.

¹⁵ Miguel Corrêa Monteiro, *D. José o Reformador*, Dinastia de Bragança, Col. Reis de Portugal, coordenada por Manuela Mendonça, Lisboa, A.P.H., 2009, p. 59.

Para a Universidade de Coimbra fez elaborar novos Estatutos em 1772, criando também Institutos de apoio ao Ensino Superior. O objectivo era dar-lhe mais rigor científico, com base na observação e na experiência. Assim nasceu o Jardim Botânico, Gabinete de Física Experimental, o Observatório Astronómico, o Teatro Anatómico, o Dispensário Farmacêutico. Criou ainda a Faculdade de Matemática e a de Filosofia Natural.

Feita esta retrospectiva, retomemos os desenvolvimentos do século XIX, a que vínhamos aludindo.

Foi com Passos Manuel que, em 1836, se fizeram as grandes reformas ao nível da educação, com a criação dos liceus e do ensino técnico-profissional. Os liceus deixaram de ser apenas para alunos que pretendiam aceder ao ensino superior e passaram também a formar alunos para ingresso no mercado de trabalho. Desenvolveu-se por isso um grupo de disciplinas de carácter científico e técnico, conhecimentos essenciais para serem usados no mercado de trabalho. O seu objectivo era o de renovar a sociedade portuguesa através da educação.

No que se refere ao ensino técnico-profissional, Costa Cabral reduziu o *curriculum* de dez para seis disciplinas, por o considerar demasiado extenso. Era composto por: Gramática Portuguesa e Gramática Latina; Latinidade; Aritmética, Geometria e Primeiras Noções de Álgebra; Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural; Oratória, Poética e Literatura Clássica; História, Cronologia e Geografia. Este elenco de disciplinas, considerado por alguns políticos como sendo demasiado humanista, seria alterado em 1854 por Rodrigo da Fonseca. Passaram então a ser leccionadas as cadeiras de Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria, Geografia e Matemática, nos Liceus de Lisboa, Porto, Coimbra. As cadeiras de Princípios de Física, Química e História Natural eram ministradas apenas nos Liceus de Lisboa e Porto.

Reformulou também o ensino primário, no que respeita à liberdade de ensino, podendo qualquer pessoa ou corporação abrir uma escola primária.

Em 1860 foi publicado por Fontes Pereira de Melo um novo regulamento dos Liceus, dividindo-os em duas categorias: de primeira, (com a duração do curso de seis anos) em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora; e de segunda, (com quatro anos de leccionação), para os restantes Liceus do país. Ao seu

curriculum foram acrescentadas as disciplinas de Francês, Inglês e Desenho Linear, sendo definida a duração dos estudos liceais para cinco anos.

Com Anselmo Braancamp foi publicado o 2º *Regulamento dos Liceus*, em 1863, sendo introduzida a cadeira de Grego no 3º e 4º anos e aumentadas as horas de Português e Latim. A cadeira de Matemática teve também horário aumentado, mas só no 4º ano.

Em 1868, o Curso dos Liceus passou a ter a duração de seis anos, sendo acrescentado ao seu elenco de disciplinas a cadeira de Alemão. Foi também aumentada a carga horária em Latim e nas cadeiras de nível científico.

Em 12 de Junho de 1870 foi criado o Ministério dos Negócios da Instrução Pública que, no entanto, durou apenas 69 dias. Teve como ministro, D. António da Costa¹⁶. Teve ele ainda tempo para criar uma *escola feminina* em Lisboa e outra no Porto, afirmando assim a sua característica de grande defensor da instrução feminina e da descentralização do ensino.

Melhorou também o *curriculum* do ensino primário, passando o Grau elementar a compreender as disciplinas de Educação Física (ginástica e higiene), Educação Moral (doutrina cristã), Educação Intelectual (leitura, escrita, contas, pesos e medidas, gramática e redacção, desenho linear, história sagrada e pátria, geografia e cronologia, agricultura e canto coral) e Educação Política (constituição, direitos e deveres dos cidadãos). No Grau Complementar deveriam desenvolver-se as matérias anteriormente leccionadas, acrescentando-se os Princípios de Física e Química e a História Natural. Este ensino seria obrigatório para ambos os sexos.

Em matéria de Instrução Pública sucedeu-lhe D. António Alves Martins, que aboliu as disposições legais do anterior governo. Esteve no poder apenas cinco meses, tendo sido substituído por Rodrigues Sampaio, que fez sair outro regulamento sobre os liceus. Foi retirada a designação de liceus de primeira e de segunda, por ser considerada uma grande discriminação entre os alunos que viviam nas grandes cidades e os que eram da província.

Entretanto, também os poderes locais se preocupavam com a educação. Nesse âmbito, em 1878 as Câmaras Municipais promoveram a criação de

¹⁶ D. António da Costa, autor do decreto de 3 de Agosto de 1870, que criava o Instituto de Educação para o sexo feminino com ensino primário e ensino secundário profissional, foi uma das figuras que mais se destacou na questões da educação das mulheres.

Asilos de Educação, como coadjuvantes da Escola Primária. O seu objectivo era acolherem crianças dos três aos seis anos. Esta ideia de dever público e de rejeição da caridade cristã era, em grande parte, resultante da extinção das Ordens Religiosas, ocorrência que deixava em aberto inúmera actividade desenvolvida nessa área.

Com idêntico objectivo, no mesmo ano de 1878 foi criada a Sociedade das Casas da Infância Desvalida. Visavam dar protecção e instrução às crianças pobres do sexo feminino e masculino, desde que deixassem de ser amamentadas. Nesta Instituição de solidariedade tratavam e cuidavam dos meninos até aos sete anos, e as meninas até aos nove anos. Assim as crianças estavam protegidas, sem que ficassem ao abandono, enquanto os seus pais se ocupavam das lides diárias, em casa, no trabalho doméstico, nas fábricas e nas oficinas...

Ainda no campo do ensino e da assistência, não podemos esquecer o papel importante que a Real Casa Pia de Lisboa teve na sociedade da época. Embora tenha sido fundada já em 1780, pelo Intendente Pina Manique, ela manteve-se até aos nossos dias, desenvolvendo as suas competências ao nível da Educação e da Acção Social.

Quando foi fundada, a Casa Pia recolhia crianças abandonadas na cidade de Lisboa, ou que os pais não tinham possibilidade de cuidar. Depois passou a assegurar o ensino das primeiras letras e a arte oficial, de natureza vária. E assim foi crescendo em dimensão e em qualidade. As suas actividades pedagógicas chegaram a atingir o grau de nível superior, universitário. No período compreendido entre 1799 e 1804 foram criadas novas escolas, algumas fora de Lisboa. Ensinava-se a Gramática Latina, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Filosofia Racional e Moral, Matemática Química, Medicina, História Natural, Desenho, Belas Artes, Escrituração Comercial¹⁷.

O século XIX, ao longo do qual se desenvolveu a grande maioria dos aspectos que vimos enunciando, trouxe também significativas alterações na vida quotidiana dos trabalhadores, operários e camponeses. O êxodo das populações rurais para as cidades, bem como o desenvolvimento da indústria,

¹⁷ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal - Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar- Caetano*, 4ª ed., Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2008, pp. 519-520.

com a criação de fábricas criaram novas necessidades. A mulher passou também a laborar fora do seu lar, situação responsável pela alteração de paradigma. Ela passará a estar na oficina ou na fábrica ao lado do homem. Nascerá uma mulher diferente daquela que, para além dos trabalhos domésticos, assegurava, no silêncio pesado do cansaço, grande parte do trabalho agrícola. Assim emerge a necessidade e a ideia de criação de *jardins-de-infância*. Em 1882 foram inaugurados, em Lisboa e no Porto, os primeiros *jardins-de-infância*.

Respondendo à Mulher e suas necessidades educativas, em 8 de Maio de 1882 foi lançada a primeira pedra para a construção da *Escola Modelo Mista*, sendo o seu impulsionador Adolfo Coelho¹⁸. Esta *Escola Modelo* assegurava diversas fases etárias, que deveriam corresponder a outros tantos estádios do conhecimento: escola intermédia para crianças dos seis aos sete anos de idade; escola elementar, para crianças dos sete aos doze anos e escola superior para crianças dos doze anos aos catorze. Haveria, também, um *jardim-de-infância* em que as crianças dos três aos seis anos seriam educadas física, moral e intelectualmente pelo método e processos de Froebel¹⁹ e seus seguidores.

Importa lembrar aqui o papel relevante que outros pedagogos portugueses tiveram na Instrução Pública ministrada em Portugal no século XIX, tais como António Feliciano de Castilho e João de Deus.

António Feliciano de Castilho em 1847, em São Miguel, nos Açores, começou por aplicar o método de Lemare²⁰. Cada letra era representada por um desenho, em que intervinham figuras humanas, objectos e animais e que se ligava a uma história. Este método ficou conhecido por *Leitura Repentina*, *Método Português* ou *Método de Castilho*. Mais tarde, o método passou também a ser utilizado no continente, sendo muito atacado por alguns e aplaudido por outros. Por ser alvo de grande polémica, foi aplicado durante muito poucos anos.

¹⁸ Foi grande dinamizador da instrução popular, para o sexo feminino e masculino.

¹⁹ Foi discípulo de Pestalozzi. Deu continuidade ao seu pensamento e ao de Coménio e de Rousseau. A criança está no centro do processo educativo.

²⁰ Pedagogo francês.

Com maior sucesso, mas também com alguma polémica²¹, foi o método utilizado por João de Deus que distinguiu *letras gordas* e *letras finas* para prender a atenção e facilitar a aprendizagem da leitura. Começava por apresentar as vogais por considerar que sem vogais não há sílabas e são as sílabas que formam as palavras. Este método ficou conhecido pela *Cartilha Maternal* ou *Arte de Leitura*, tendo essa *Cartilha* sido publicada em 1876, na cidade do Porto²².

Foi um método muito difundido, graças à criação da *Associação de Escolas Móveis*, em 1882, fundada por Casimiro Freire e mantida por beneméritos e políticos. Havia um curso diurno e outro nocturno. Esta forma de instrução espalhou-se pelo país, chegando mesmo às Ilhas, Brasil e à África portuguesa.

Ainda na década de 80, Luciano de Castro fez duas grandes reformas no Ensino Liceal, uma em 1880 e outra em 1886. A primeira definia os objectivos da Instrução Secundária, preparando os alunos para exercerem as diversas profissões e para acederem ao Ensino Superior, ou ao Ensino Técnico. Assim, Luciano de Castro dividiu o Ensino Complementar, composto pelo 5º e 6º ano, em Letras e Ciências, alargando o ensino a outras regiões do país, através da criação de Liceus Nacionais Centrais, Liceus Nacionais e Escolas Secundárias Municipais. O Curso Geral tinha a duração de 4 anos e tinha oito disciplinas. O complementar era de 6 anos, com cinco disciplinas. O curso completo era ministrado apenas nos Liceus Nacionais Centrais.

A partir da reforma de 1886 todos os liceus passaram a leccionar o curso completo de seis anos, o que para a época era a novidade.

Na década de 90 foram reformulados os dois escalões do ensino primário e do secundário. Os respectivos diplomas, da autoria de Jaime Moniz, sendo ministro do Reino João Franco, datam de 22 de dezembro de 1894. Foram também suprimidos os serviços de Inspeção, pois o país encontrava-se em grande crise económica, havendo necessidade de controlar as despesas públicas. Foram ainda ajustados os quadros de pessoal das escolas, com a reorganização dos serviços, que acabaram por reduzir algumas escolas.

²¹ Alguns pedagogos conhecedores das teorias de Pestalozzi e de Froebel fizeram algumas críticas.

²² Idem, *Ibidem*, pp. 607-612.

O diploma que regulamentava o Ensino Primário só foi publicado em 18 de Junho de 1896 e dividia-o em Elementar e Complementar. O Elementar subdivide-se em dois graus, sendo o primeiro grau do ensino elementar obrigatório para todas as crianças dos seis aos doze anos; o 2º grau era obrigatório para as crianças que pretendessem ser admitidas nas escolas de ensino secundário. Às matérias do 1º grau acrescentavam-se os Trabalhos Manuais e Exercícios de Ginástica. As do 2º grau eram compostas por Língua Portuguesa, Cronologia, Geografia e História Pátria, Aritmética e Geometria, Moral e Desenho Linear. O Ensino Primário Complementar era composto pelas disciplinas de Direitos e Deveres do Cidadão, Noções de Economia, Contabilidade e Escrituração, Noções de Física, Noções de Química e de História Natural aplicáveis à Agricultura, à Indústria e à Higiene. Ginástica, Música e Natação “*quando fosse possível*”²³.

No mesmo diploma, publicado no Diário do Governo de 19 de Março de 1896, registava-se que em Lisboa, no Porto “*e em outras povoações importantes, “podem” ser estabelecidas escolas para a educação e ensino das classes infantis*” e que nos lugares “*onde” as circunstâncias de população e outras assim o exijam, podem ser estabelecidos cursos nocturnos ou dominicais, destinados com especialidade para o ensino de adultos. Também haverá escolas ou cursos destinados ao ensino de cegos e de surdos-mudos. As inspecções escolares passam a ser feitas por comissários da instrução primária*”²⁴.

Pela primeira vez, o Governo abria concursos para a apresentação dos livros escolares que seriam apreciados por uma comissão técnica, que os *aprovará ou não*²⁵.

Ainda no Governo de João Franco, o Ensino Técnico foi reorganizado, no âmbito do Ensino Industrial, Comercial, Agrícola e Veterinário.

Quanto ao Ensino Superior Universitário, manteve-se quase inalterável, “*As Escolas do Ensino Superior serão colocadas nas cidades de Lisboa, Porto*

²³ Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp. 628-629.

²⁴ Vide Rómulo de Carvalho, *História do Ensino [...]*, p. 629.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 629- 630.

e Coimbra, conforme a sua natureza, os fins para que são destinadas, e a oportunidade dos alunos”²⁶.

As políticas educativas em Portugal nos primeiros tempos da Regeneração eram muito precárias e ao longo de toda a segunda metade do século XIX verificou-se essa situação. Os ministros permaneciam no poder por muito pouco tempo, as leis promulgadas, para a implementação das reformas eram muitas. E o tempo mal dava para que fossem testados esses novos programas. Por outro lado, certo era que o ensino estatal não oferecia grandes condições de estabilidade no que respeitava à qualidade de ensino. Mas a verdade é que, neste século de perturbações e revoltas, todos sentiam a necessidade de que fosse reduzido o analfabetismo. Segundo Rómulo de Carvalho, em Portugal chegou a atingir-se os 90% de analfabetismo, sendo certo que os próprios professores tinham também preparação pedagógica insuficiente:

*[...] O nosso professor primário, especialmente o das províncias, é recrutado entre indivíduos intelectualmente incapazes de seguir qualquer carreira académica. Em geral, destinam-se ao magistério os mancebos que, por estreiteza de entendimento, não alcançaram completa aprovação nos benevolentes preparatórios para a vida eclesiástica. [...] A lei de 2 de Maio de 1878 criou, em todos os distritos, escolas normais de ensino primário, mas, até esta data, ainda tais escolas, com pequeníssimas excepções, não se fundaram nem abriram [...]*²⁷.

Em consequência do exposto, pode afirmar-se que, embora as políticas do século XIX, no respeitante à Instrução Pública, visassem um desenvolvimento e um melhoramento, essa situação só veio a notar-se mais nos finais do século, a partir da formação do Partido Republicano, em 1876, pois o tema principal da propaganda republicana era a instrução. Este Partido tinha espalhado por todo o país vários centros de convívio e de acção cultural. Nesses centros instituiu Escolas de Ensino Primário, onde muitos beneméritos empregavam as suas horas livres, a ensinar os adultos e crianças, a ler, a escrever e a contar...

²⁶ Artigo 72 da reforma do Ensino Superior, citado por Rómulo de Carvalho in *História da Educação...*, p. 567.

²⁷ Ferreira Deusdado, in Rómulo de Carvalho, *História da Educação em Portugal*, 4ª edição, Lisboa, FCG, 2008, p. 623.

E foi nestes pequenos gestos de iniciativa operária que em 1883 veio a nascer a *Sociedade da Voz do Operário*, que continua até aos nossos dias a desenvolver actividades de índole pedagógica e cultural.

Embora houvesse uma grande agitação e resistência anti-congreganista em Portugal, é inegável que o Ensino Primário e Secundário foi, nos finais do século XIX, recuperado pelas Ordens Religiosas que, com o *seu regresso rápido*, foram desenvolvendo as suas actividades, nas áreas do " ensino, da assistência e da saúde".

Note-se que o ensino congreganista tornou-se bastante mais importante, porque a oferta escolar estatal não apresentava atractivos para as famílias com melhores recursos, que queriam instruir os seus filhos numa sólida educação, nas letras e nos bons costumes²⁸, para que pudessem, através da educação e do amor, defender a família e servir a pátria.

Foi neste ambiente de insegurança e de agitação, mas também de esperança que, pelas mãos do Padre Francisco Fulconis, Superior da Companhia de Jesus, chegaram a Portugal as primeiras Irmãs de Santa Doroteia, para fundarem o primeiro colégio feminino, que viria a chamar-se *Colégio Jesus Maria José*.

1.1. Ensino Masculino/Feminino

Pelo exposto torna-se muito claro que, ao longo do século XIX, o ensino era claramente diferenciado no que concerne aos padrões de preparação e ao público alvo. O ensino feminino era, naturalmente, considerado inferior, o que se reflectia nas matérias leccionadas. Para as meninas eram valorizados os Trabalhos de Costura, as lições de Economia Doméstica e de Higiene e as práticas de Culinária, numa mentalidade que confinava o papel da mulher ao de ser "boa dona de casa, boa esposa e mãe".

Em Portugal, como na Europa, assimilara-se o pensamento iluminista de Rousseau, que conferia a igualdade e a democracia aos homens e, em contrapartida, atribuía à mulher a subordinação e a domesticidade, pois para

²⁸ Dissertação de Mestrado de Marília Isabel Santinho Camacho Vaz, *O Colégio de Campolide (1858-1910)*, Lisboa, 2006, p. 50.

ele a existência da mulher definia-se em função do homem, " *la nature féminine est à proprement parler "aliénée par e pour l'homme"*"²⁹.

De referir ainda o discurso religioso na configuração do modelo feminino de "esposa e mãe", da Igreja Católica do século XIX "*fundamenta a valorização do papel materno nos comportamentos de piedade sentimental típicos da devoção feminina. A maternidade da Virgem apagou o pecado de Eva. Desta imagem resultam conjuntamente a intensa devoção mariana e a recuperação dos valores da maternidade*"³⁰.

Só em 1888 foi projectada a criação dos primeiros Liceus Femininos em Portugal, por José Luciano de Castro, com um *curriculum* diferente dos Liceus Masculinos. Entre essas diferenças, registou-se a introdução de algumas disciplinas como a de Economia Doméstica. Esta legislação nunca foi aplicada e viria a ser suprimida em 1892, por José Dias Ferreira.

Só em 1906 é que foi criado, por Eduardo José Coelho, o primeiro Liceu Feminino, sucessor da antiga escola Maria Pia, designada por Escola Primária Superior, fundada em 1885 pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta Escola Feminina não teve grande procura, acabando o seu *curriculum* por ser uniformizado com o dos Liceus Masculinos. Ministrava uma educação geral e profissional para raparigas de poucos recursos. Esta escola habilitava as jovens para o Magistério Primário Oficial e Particular e também para o Curso Complementar dos Liceus, passando mais tarde a designar-se por Liceu Maria Pia. Viria a servir de modelo para os futuros Liceus Femininos.

A maioria do pessoal docente era do sexo *feminino*, sendo raras as excepções. As disciplinas eram as mesmas, mas com programas mais curtos e com carga horária mais reduzida. A Educação Física também fazia parte do *curriculum*. O Latim era facultativo. Havia, ainda, Moral, Economia, Higiene, Culinária, Pedagogia, Caligrafia, Música e Trabalhos Manuais.

A instrução feminina primava pela elegância na leitura, pela redacção, com a ortografia em estilo ordenado e claro. Importantes eram também a História, a Geografia, a Aritmética, as Línguas Estrangeiras, Pintura e

²⁹ BADINTER, Elisabeth, *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)*, Paris Flammarion, 1980, p. 238.

³⁰ DE GIORGIO, Michela, "O Modelo Católico", in DUBY, Georges, PERROLT, Michelle (dir), *Histórias das Mulheres*, p. 230.

Desenho. Os programas por vezes sofriam algumas "nuances", adaptando-se ao meio social envolvente e às características da região.

O importante era preparar as jovens para uma boa integração social, tendo sempre em vista o papel da mulher na sociedade - o de boa esposa e mãe e de modelar dona de casa.

O papel das professoras passou também, a partir de 1870, a ser visto como um prolongamento da maternidade. Foi graças a D. António da Costa que a feminização do ensino primário teve o seu efeito, tal como em Itália, França e Espanha.

A história deste ensino conta-se assim, segundo Joaquim Ferreira Gomes³¹: foi criada em 1816, em Belém, no quartel da Guarda de Corpo, uma Escola Geral (ou Escola Normal) para a formação de mestres de *ler, escrever e contar* pelo método de ensino mútuo, Escola e método que as Cortes Constituintes e o Governo de D. João VI apoiaram. Em 1844, por Decreto de 20 de Setembro, o Governo de Costa Cabral criava Escolas Normais. Na sequência desse diploma, um Decreto de 24 de Dezembro seguinte aprovava o Regulamento para a Escola Normal Primária para o sexo *masculino* do Distrito de Lisboa, na qual, entre várias outras matérias, deveria ser ministrada uma disciplina de Pedagogia (a primeira criada no nosso país...), com o título de "Notícia dos métodos de ensino e de legislação respectiva à Instrução Primária".

Foi construído um edifício para essa Escola, em Belém, que, posteriormente, foi incorporado na Casa Pia. Foi nomeado um Director, mas a Escola não entrou de imediato em funcionamento.

Por Decreto de 4 de Dezembro de 1860, e uma vez que era de absoluta necessidade que a Escola Normal começasse a funcionar, o Governo presidido pelo Marquês de Loulé aprovava um novo Regulamento, do qual constava o Plano de Estudos que comportava, além de outras, a disciplina de *Pedagogia prática e legislação e administração e ensino*. Foi instalada em Marvila, no Antigo Palácio dos Marquês de Abrantes, tendo sido inaugurada em 21 de Abril de 1862, na presença do Rei, D. Luís.

Por Decreto de 20 de Outubro de 1863, o Governo presidido por Anselmo Braamcamp aprovava o Regulamento da Escola Normal Primária para o sexo

³¹ *Apud*, Joaquim Ferreira Gomes, "O Ensino da Pedagogia e da Psicologia nas Escolas Normais Primárias (1862-1974)", *ANAI/S* 42, III Série, vol. 1, APH, Lisboa, 2008, pp. 49-52.

feminino do Distrito de Lisboa, de cujo plano de estudos fazia parte a disciplina de *Pedagogia Prática*. Instalada no Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assunção, ao Calvário, a Escola começou a funcionar no ano lectivo de 1866-1867. Os espíritos mais lúcidos iam tomando consciência de que os alunos normalistas deviam ser formados, não apenas no domínio *científico e literário*, mas também no campo *pedagógico*.

João de Andrade Corvo afirmou, na Câmara dos Deputados, que se deviam criar *essas escolas normais*, mas que era preciso educar professores para elas, *professores que saibam ensinar mestres, e não crianças*. Dizia ele que *para esse fim a escola normal de Lisboa pode servir. É preciso que nos convençamos que, para educar mestres, não basta expor princípios de ciência, é preciso ensinar, ensinar "pedagogia"*. Em 18 de março de 1870 foram aprovados os programas para os exames dos concorrentes ao magistério primário. Ao lado dos programas de um numeroso conjunto de disciplinas (leitura, gramática, história sagrada, doutrina cristã, aritmética, geografia, história, etc.), encontrava-se o de "Pedagogia"³², que é o seguinte:

"Utilidade da escola primária - Condições a que deve satisfazer o local da escola. - Capacidade da casa em relação ao número de alunos. - Mobília escola (instruções de 20 de Julho de 1866). - Distribuição e classificação dos alunos. - Disciplina na escola e fora da escola. - Sua influência na educação dos alunos. - Meios gerais de disciplina. - Meios particulares. - Emulação, castigos e recompensas. - Modo de aperfeiçoar a índole das crianças.

Defeitos e meios a corrigir. - Metodologia. - Disciplinas que devem ensinar-se na primária. - Conhecimentos das disposições do Decreto de 20 de Dezembro de 1850. - Formação dos programas segundo a idade dos alunos, e a importância das matérias de ensino. - Exercícios de intuição. - Ensino da leitura e da escrita. Exercícios simultâneos da leitura, escrita e ortografia. Ensino: a) Da gramática; b) Da história sagrada e doutrina cristã; c) Da leitura expressiva; d) Da caligrafia; e) Do cálculo mental e da aritmética; f) do sistema métrico; g) Da geografia elementar e da corografia de Portugal; h) Das noções de história geral e da história prática; i) Das noções da agricultura; j) do desenho linear; K) do canto coral; l) da ginástica.

Exposição e comparação dos diversos modos de ensino. - Modo individual mútuo, misto, mútuo e simultâneo.

Higiene das escolas. Precauções que se devem tomar.

³² ANAIS, 42, Academia Portuguesa da História, Coor., Fátima Reis, Lisboa, Tipografia Abreu Sousa & Braga, Lda, Braga, MMVIII, pp. 49-51.

Educação e conservação dos sentidos.

Escrituração das escolas. - Registo de matrículas e faltas. - Registo de aproveitamento.

Distribuição dos "Bons pontos".

*Correspondência oficial. - Mapas estatísticos"*³³.

Depois da publicação deste programa de ensino começaram a aparecer alguns manuais de Pedagogia³⁴, sendo Luís Filipe Leite o primeiro professor de Pedagogia e legislação do ensino e o primeiro Director da Escola de Marvila.

Por Decreto de 28 de Julho de 1888 foi aprovado o Regulamento das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880, que punham em execução os programas a serem aplicados nas Escolas Normais de 1ª classe³⁵.

O aumento do nível da escolaridade feminina foi então uma realidade superior ao verificado para o sexo masculino. Registou-se um aumento de 583% contra 74,2% entre 1854 e 1868, de 130% contra 21,3% entre 1868 e 16,6 entre 1881 e 1899³⁶.

É com base na publicação do *Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, que podemos ter uma visão panorâmica da situação pedagógica de Portugal, a partir da década de 70 do século XIX. Não sendo de periodicidade regular, fornece informações com alguma fidelidade, no que respeita ao número de escolas, de professores e grau de analfabetismo. A primeira edição é de 1877 e permite-nos saber que, em Portugal Continental e Ilhas Adjacentes, existiam 2303 escolas do ensino primário. Desse conjunto, 1660 eram masculinas, onde só leccionavam professores, e 310 escolas eram mistas. Nelas leccionavam 283 professores e 27 professoras nas restantes escolas. Supõe-se que estes dados se referem às escolas primárias oficiais. Responderiam, no total, a 74.461 alunos, sendo 56 059 alunos do sexo masculino e 18 402 do sexo feminino. Quanto às escolas particulares, a publicação informa que no ano de 1845 havia 1084 escolas, no ano de 1852 havia 1082 escolas e no ano de 1862, 1117 escolas.

²⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 51-52.

³⁴ Autores, AFREIXO, Graça e Freire, Henrique, *Elementos de pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magistério*, Lisboa, 1870 e Sá, António Francisco Moreira, *Compêndio de Pedagogia coordenada conforme programas de Março de 1870 para exames dos candidatos ao magistério*, 2ª edição muito actualizada, Lisboa, Tipografia L.C. Cunha e Filhos, 1873.

³⁵ *Diário do Governo*, nº 180, de 13 de Agosto de 1881.

³⁶ ARAÚJO, Helena Costa, "Precocidade e Retórica na Construção da Escola de Massas em Portugal", *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, p. 168.

Segundo os dados estatísticos de 1878, a população portuguesa do Continente e ilhas adjacentes era de 4 550 669³⁷, assim distribuída em termos de alfabetização:

	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
<i>Sabem ler e escrever</i>	652 669	458 066	194 603
<i>Sabem só ler</i>	146 256	86 490	59 766
<i>Não sabem ler nem escrever</i>	3 751 774	1 631 273	2 120 501

Ainda relativamente ao analfabetismo feminino, deve dizer-se que baixou ao longo dos anos, mais do que o masculino.

Em 1930, quase três quartos da população feminina e cerca de metade da população masculina com mais de 7 anos não sabia ler e escrever. A distância entre o analfabetismo feminino e o masculino era de 17,1%, embora esta diferença diminuísse progressivamente e já fosse de 11,8% em 1960³⁸. A escolaridade feminina era muito inferior à masculina, no entanto variava segundo as regiões. Nas zonas de latifúndio, onde predominava o assalariado rural, a sul do Tejo, eram mais "arcaicas e mais igualitárias" do que no Minho e do que no meio urbano. Eram excepção as cidades Algarvias de indústria conserveira, porque apesar da escassa frequência escolar a diferença entre os alunos do sexo masculino/feminino era pequena, apenas de 2%³⁹. Esta situação alterou-se a partir de 1956, quando a escolaridade obrigatória aumentou para quatro anos para os rapazes e só em 1960 para as raparigas. Por esta altura, a escolaridade primária feminina já era quase semelhante à masculina. Em 1963, metade da população aprovada no exame da 3ª classe primária e no exame de admissão ao liceu era constituída por raparigas. Foi considerado um êxito escolar feminino, de tal forma que nos liceus havia mais raparigas que rapazes⁴⁰.

³⁷ Rómulo de Carvalho, *A História do Ensino em Portugal [...] op. cit.*, p. 614.

³⁸ António Nóvoa, "A Educação Nacional", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coor. Fernando Rosas, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1988.

³⁹ Irene Flunster Pimentel, "A presença feminina no ensino", *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 123.

1.2. Ensino Oficial/Particular

Desde os primórdios da nacionalidade que, em Portugal, se ensinava nos mosteiros e em escolas episcopais. Embora o ensino se destinasse essencialmente àqueles que pretendiam seguir a vida eclesiástica, era também uma preocupação da Igreja Católica instruir outros grupos. Por isso, nalguns mosteiros, conventos e colegiadas havia escolas frequentadas por gente das redondezas. Recordem-se as escolas de Braga, Coimbra, Lisboa, Guimarães, Porto e Alcobaça que, conforme escreveu A. Moreira de Sá, demonstram “um elevado interesse cultural, com início anterior à constituição da nacionalidade”⁴¹.

Em 1290, D. Dinis fundava o Estudo Geral em Lisboa, na sequência de pedido assinado pelas instituições religiosas preocupadas com o ensino, destacando-se, naturalmente, os Mosteiros de Santa Cruz, de Alcobaça e S. Vicente de Fora, bem como Colegiadas e Escolas de Franciscanos e Dominicamos. Porém, o processo de aprendizagem anterior continuava incipiente, sendo certo apenas aquilo a que poderemos chamar ensino privado, que mestres escolhidos desenvolviam na corte régia ou na Casa de alguns senhores, mais preocupados com o ensino de seus filhos. Só no século XVI surgem as primeiras escolas públicas, com a finalidade prática de responderem às necessidades resultantes do desenvolvimento económico do país.

A Companhia de Jesus, fundada em 1540⁴² por Inácio de Loyola, para além de difundir a doutrina de Cristo, tinha no seu projecto o ensino e a educação. Tiveram de tal forma êxito com o seu plano que acabaram por se estender “além portas”, abrindo escolas para estudantes seculares. Vindos para Portugal no reinado de D. João III, os Jesuítas tiveram papel preponderante no sistema educativo do século XVI. Em 1553 abriram uma escola em Lisboa e passaram a dirigir o *Colégio das Artes*, instituição que, para além de fomentar pensadores modernos, formava jovens para assegurarem as tarefas do Estado.

⁴¹ Citado por Manuela Mendonça, “A «Segunda Partida» de Afonso X e os regulamentos do Estudo Geral de D. Dinis”, in *Actas do 2º. Congresso Histórico de Guimarães*, vol., IV, Guimarães, 1996, p. 301.

⁴² A Bula que a institui é do Papa Paulo III e tem a data de 27-9-1540.

Em 1559 já se espalhavam pelo país, tendo obtido autorização para a criação da Universidade de Évora. Podemos dizer que até ao século XVIII a Companhia de Jesus dominou a "Educação em Portugal", ensinando gratuitamente e com abertura a todas as classes sociais. Alegavam os Jesuítas que a instrução era essencial para o bem da Nação, o que os levaria a estar atentos às novas doutrinas, nomeadamente as resultantes das descobertas de Galileu, Newton, Leibniz e das ideias de Descartes.

Entretanto, a Corte portuguesa despertava para a emergência do desenvolvimento cultural, o que levou D. João V a fomentar a presença de outros saberes. Em 1648 recebe a Ordem dos Clérigos de S. Caetano e introduz em Portugal a Congregação da Oratória, por Bartolomeu de Quental. Entendiam-se estas Ordens como mais abertas às tendências culturais do século, pois preocupavam-se com o ensino quer das ciências experimentais, quer do português, vindo, posteriormente, a ter um papel bastante activo nas reformas educativas empreendidas por Pombal. Acusavam-se então os membros da Companhia de Jesus de não interiorizarem as novas filosofias, ficando mais fechados ao mundo.

Por esta época, Luís António Verney defendeu como necessária e muito urgente uma reforma geral no ensino e dos métodos pedagógicos utilizados. Defendeu a escola a partir dos 7 anos de idade para os sexos masculino e feminino. Foi nesta ambiência que o ministro do Rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, fez a maior reforma estrutural ao nível do ensino. Acusando os Jesuítas, expulsou-os do reino, mandando fechar as suas escolas. Tal determinação trazia um novo problema: a necessidade criar novas escolas para substituir as encerradas. Pela primeira vez em Portugal é criado um ensino estatal e laico que viria tomar forma e se expandiria pelos séculos XIX e XX.

Em 1761 foi fundado o Colégio dos Nobres, de nível secundário e oficial, para rapazes de um estrato social elevado. As meninas eram objecto de ensino doméstico, mantendo-se a tradição de as famílias de melhores recursos recorrerem a mestres particulares.

Curiosamente, apesar da muita indignação contra os Jesuítas, o Ensino Primário seguiu o seu Plano de Estudos e o Ensino Secundário nunca chegou a ser totalmente controlado pelo Estado. Com D. Maria I e a partir de 1779 o

Ensino Primário voltou a ser ministrado por congregações religiosas, uma vez que não existiam estabelecimentos de educação destinados às classes mais desfavorecidas e às meninas. Enfim, com as ideias liberais do século XIX, foi decretada a liberdade de ensino. Criaram-se 59 escolas em catorze meses. Mas as mesmas ideias permitiriam ao Estado " ocupar parcialmente seminários eclesiásticos com cursos médios e oficiais", num processo lesivo da Igreja e Congregações. Porém, as posteriores lutas entre liberais e absolutistas vieram anular o processo iniciado pelo liberalismo, embora se tenha assistido ao encerramento de vários colégios.

A partir de 1836, com Passos Manuel, o ensino passou a ser praticamente só confiado a leigos, por falta de religiosos. Entretanto, abriam-se novas escolas e eram criados os primeiros liceus.

A reforma de Jaime Moniz, de 1894, foi considerada a mais bem planeada da história do ensino no nosso país. Foi um projecto que veio a utilizar o regime de classe, característico do modelo de ensino dos Jesuítas. E com a reforma de 1901, manteve-se a atribuição de subsídios pelo Estado às escolas privadas, desde que fosse assegurado "gratuitamente", o Ensino Primário de dois graus, aos alunos pobres. Evitava-se assim a criação da escola estatal. No entanto, criaram-se Escolas Infantis para crianças dos quatro aos seis anos e foi regulamentado o Ensino de Cegos e de Surdos-Mudos. Até 1910 o papel desempenhado pelo Ensino Privado foi muito importante para o desenvolvimento do ensino e da educação.

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, traria novos sobressaltos ao ensino. Em 1911 assiste-se à 2ª expulsão dos Jesuítas, entretanto regressados a Portugal e de novo com um papel activo no ensino. Em 1912 foi publicada a portaria que proibia o ensino religioso em Portugal, bem como o ensino religioso nas escolas e por clérigos. Por entre as dificuldades do processo revolucionário, surgiram muitas opiniões dispares. Por exemplo, Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução em 1923, defendia que, se a natureza dos colégios era privada, poderiam também exercer o ensino religioso. Esta sua opinião, ditou-lhe a demissão do cargo que ocupava.

A partir do Estado Novo flui um processo educacional que se baseia no moldar das crianças e jovens para atitudes, valores e comportamentos. Salazar não deixou de atribuir à direcção única do Estado - e não à Família ou

à Igreja - a "posse da infância e da juventude no sentido nacionalista, a formação da mentalidade geral, os exercícios, os jogos, os desportos, os cuidados de revigoração físico e moral da raça, as preocupações da investigação científica", defendendo a formação ideológica dos jovens e a sua integração num "movimento nacionalista, para criar "o Homem Novo" - o Português com ideal, a mentalidade, e a mística do "Interesse Nacional", enraizado no seu pensamento⁴³. No entanto, as reformas introduzidas foram deixando um espaço progressivo à iniciativa privada.

Sistematizamos algumas das principais reformas feitas no ensino, ao longo deste período⁴⁴:

- A 6 de Julho de 1926 é publicado o Decreto nº. 11 887, que permite o ensino religioso nas escolas, melhorando as relações entre o Estado e a Igreja.
- A 2 de Outubro de 1926 é publicado o Estatuto da Instrução Secundária, pelo Decreto nº. 12425, que prevê a fiscalização dos ensinos particular e secundário e define as directrizes para a criação de colégios, pensionatos ou cursos de explicações de ensino.
- A 16 de Janeiro de 1931 é publicado o primeiro Estatuto do Ensino Particular, pelo Decreto nº. 19244, ganhando o ensino privado maior respeitabilidade.
- A 5 de Dezembro de 1931 é publicado o segundo Estatuto do Ensino Particular, pelo Decreto nº. 20 613. É reforçado o controlo da Inspeção-Geral do Ensino Particular.
- A 18 de Julho de 1933 é publicado o terceiro Estatuto do Ensino Particular pelo Decreto nº. 22 842. No artº 38º prevê a obrigatoriedade de os colégios receberem os alunos que, por qualquer motivo, tenham perdido o ano no ensino estatal.
- A partir da Constituição de 1933, o ensino é considerada um direito de todos os cidadãos, sendo obrigatório o ensino primário e elementar.
- A 5 de Janeiro de 1934 é publicado o quarto Estatuto do Ensino Particular, pelo Decreto nº. 23 447. Veio ajustar o Estatuto do Ensino

⁴³ Irene Flunster Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, 1ª edição, Esfera dos Livros, Lisboa, 2007, p. 8.

⁴⁴ Centro de Documentação da Secretaria Geral do Ministério da Educação.

Particular ao Estatuto do Ensino Secundário. As escolas privadas passam a reger-se pelo modelo pedagógico oficial, do ensino público.

- A 27 de Junho de 1949 é publicada a Lei nº. 2 033 (Lei de Bases do Ensino Particular), regulamentada por Decreto nº. 37 545, de 8 de Setembro de 1949. Estabelece as condições de leccionação do Ciclo Preparatório, do Ensino Secundário, em estabelecimentos de ensino particular, ao nível pedagógico e ao nível das habilitações académicas dos docentes.
- A 18 de Setembro de 1957 é publicado o quinto Estatuto do Ensino Particular pela Lei nº. 41 192 de 18 de Setembro. Esta Lei prevê que os alunos possam realizar os exames nos colégios particulares que frequentam.

A partir da segunda metade da década de 60 a escolaridade obrigatória passa de quatro para seis anos. O Estado continua a aumentar a construção de escolas públicas. Para dar resposta às necessidades de um ensino alargado à população cria um programa na Rádio Televisão Portuguesa - a Telescola⁴⁵. Este sistema de ensino a distância teve início em 6 de Janeiro de 1961 e proporcionou a escolaridade obrigatória: quatro anos de Escola Primária, mais dois anos de Ciclo Preparatório. O projecto "Telescola" iniciou-se com a inscrição de mil alunos. A nível geográfico serviu sobretudo as zonas rurais e também algumas zonas suburbanas com escolas superlotadas. A população tinha acesso através das emissões televisivas, que ocupavam parte da programação da RTP, no período da tarde, de segunda a sexta-feira. Este projecto foi dos mais bem sucedidos da Europa. Tudo isto viria a enfraquecer o ensino privado.

A partir de 1971, com o Professor Veiga Simão na Pasta da Educação, tornou-se possível a dispensa aos exames finais, por parte dos alunos das escolas públicas com determinada média. Apela-se então à democratização do ensino, à igualdade de oportunidades, à modernização e à necessidade de integrar o ensino privado na "rede escolar". O ensino privado sofre um período crítico, continuado pela Revolução de Abril de 1974, com a diminuição de

⁴⁵ *Telescola*. In Infopédia [Em linha]. Porto Editora.

alunos, muitos deles oriundos da camada social mais abastada. Esta situação criou a impossibilidade, em muitos casos, dos colégios responderem aos elevados custos do respectivo funcionamento.

A 1 de Setembro de 1975, através do despacho assinado pelo Ministro das Finanças e da Educação e Investigação Científica, foi permitido fazer a expropriação de Estabelecimentos de Ensino Privado que fossem necessários para suprir as deficiências do Ensino Público. Pretendia-se a nacionalização do Ensino Privado. Estas medidas fizeram com que muitos colégios fossem encerrados. Outros mudaram de proprietários e outros, ainda, passaram a ser geridos por entidades colectivas. Pela mesma época e paradoxalmente, Salgado Zenha, na altura dirigente do Partido Socialista, "apela ao respeito pelos estabelecimentos de ensino particular, nomeadamente às Escolas da Igreja, uma vez que são estas que asseguram a personalidade e a cultura do povo português".

Todos estes revezes foram sentidos nos Colégios das Irmãs Doroteias, de que nos iremos agora ocupar.

CAPÍTULO II - AS IRMÃS DOROTÉIAS EM PORTUGAL

2.1. Breve História da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia

Aquele que viria a ser o Instituto das Irmãs de Santa Doroteia teve o seu início no dia 12 de Agosto de 1834, em Quinto, perto de Génova, na Itália, sendo sua fundadora Paula Ângela Maria Frassinetti. Apoio do irmão José, pároco daquela pequena povoação, nas tarefas apostólicas, Paula organizaria também uma escola gratuita para meninas. Ensinava-lhes a ler e a escrever e a doutrina cristã. Estava dado o mote para a actuação futura desta Mulher que, pequena fisicamente, mas de grande estatura espiritual, votaria a sua vida a essa tão necessária actuação, preenchendo uma lacuna no que ao ensino e educação de raparigas dizia respeito.

Para dar vida aos seus objectivos, juntou um grupo de doze jovens e, em conjunto, iniciaram o que viria a ser uma “vida consagrada”, no referido 12 de Agosto, dia de Santa Clara, “*e numa cerimónia simples nasce o Instituto das Filhas de Santa Fé, que mais tarde se viria a chamar Instituto de Santa Doroteia*”.

À época tornava-se muito difícil o avanço das mulheres sem o apoio masculino. Por isso, também Paula o procurou. Para além de seu irmão, José, contou igualmente com o conselho de vários sacerdotes, de entre os quais destacamos o Padre Bresciani, reitor da Casa Professa dos Jesuítas de Santo Ambrósio, em Génova. Certamente por isso, desde os primórdios se criou uma ligação profunda à espiritualidade da Companhia de Jesus. Recorde-se que os primeiros exercícios espirituais segundo o método de Santo Inácio de Loyola foram pregados às Irmãs pelo Padre Firmino da Costa⁴⁶, espanhol. A grande ligação à espiritualidade inaciana revela-se através da correspondência de Paula Frassinetti, que com frequência recomendava, *Alma, espírito e coração de Inácio*. E neste conselho entrava necessariamente o objectivo das futuras Doroteias que, ensinando a doutrina cristãs através da catequese, se empenhavam sobremaneira numa educação total, que passava igualmente pelo ensino das matérias indispensáveis a uma formação integral. O Professor

⁴⁶ Padre Jesuíta expatriado de Alcalá para Avinhão, aquando das expulsão dos Jesuítas em 1835.

Doutor Miguel Monteiro define bem essa marca de Santo Inácio, prosseguida na fidelidade daqueles que o seguiram:

[...] Os Jesuítas foram fiéis ao ideal do padre fundador, «o maior serviço de Deus e bem das almas» compreendendo com ele, e depois dele, que a Congregação podia prestar um serviço relevante à igreja e aos povos, através do apostolado educacional. Esta ideia fundamental, depois levada à prática teve um enorme sucesso e, no espaço de apenas um século, os Jesuítas eram justamente chamados “Mestres da Europa”⁴⁷.

Na prossecução dos objectivos que haviam presidido à fundação primeira, Paula e as suas companheiras saíam de Quinto, buscando levar a outras zonas de Itália e até do mundo esse bem-fazer ao serviço da educação. Por isso, sete anos após a fundação, em 1841, já as futuras Doroteias iniciavam a sua expansão no interior de Itália.

E, para mais rapidamente se verem reconhecidas pela Igreja, buscaram sede em Roma. Na sequência de um porfiado empenho, viram finalmente aprovados, por Decreto de 24 de Agosto de 1860, do Papa Pio IX, o Instituto e as Constituições das Irmãs de Santa Doroteia, completado em 1863, pelo *Breve Adolescentium animo* (pequeno resumo das Constituições, dividido por Regras).

Mas o caminho percorrido fora difícil desde o momento primeiro. Vivia-se uma época de grandes mudanças, uma vez que, por um lado, a Revolução Industrial tinha posto em causa toda a organização sócio-económica e, por outro, a luta pela unificação da Itália criava um clima de agitação e intranquilidade. Era uma época de grande conflito e choque entre as ideias conservadoras e as novas ideologias. A liberdade, a Constituição e o Parlamento⁴⁸ eram ideais dos mais nobres, mas a grande maioria da população continuava ligada à agricultura. A sua preocupação primeira era, necessariamente, a repartição de terra, os contratos de arrendamento e a situação precária dos camponeses. Vivia-se um período de transição. A tensão e a luta eram inevitáveis. E a Igreja católica era também abalada.

Foi, pois, neste contexto que nasceu e se expandiu a fundação de Paula Frassinetti, que não foi indiferente, nem alheia a estes tumultos de mudança

⁴⁷ Miguel C. Monteiro in AAVV, *Repensar a Escola Hoje - O Contributo dos Jesuítas*, Lisboa, 2007, p. 344.

⁴⁸ Ruggiero Romano, *História da Itália*, trad. Adriano Zilhão, Círculo dos Leitores, 1978, p. 87.

social. Contudo, preferiu e acreditou na *revolução do Evangelho e do Amor*. Em 10 de Janeiro de 1866 lançava a sua aventura a outros países, o primeiro dos quais foi o Brasil. Portugal estava na sua rota!

Em carta de 28 de Janeiro de 1865, Paula Frassinetti escrevia à Madre Superiora da casa de S. Francisco d' Albarro:

[...] *Agora, por seu intermédio, está a tratar com o P. Fulconis de uma fundação em Portugal; reze e peça que rezem para que, se for obra de Deus; se realize; e, se o não for, que Ele impeça [...]*⁴⁹.

E em carta de 6 de Abril de 1865 escrevia Paula Frassinetti à irmã Josefina Bozzano:

[...] *A fundação em Portugal encalhou um pouco: o Cardeal Vigário não quer que mande irmãs, se não vier o consentimento do Bispo de lá, e esse consentimento parece não poder vir, por causa dos tempos que correm. O sacerdote que se encarregou do assunto parece que está disposto a voltar a falar com o Bispo e trazer pessoalmente as licenças que se desejam, mas preocupa-o a grande despesa que comporta uma tão longa viagem. Coloquei esta fundação nas mãos de Deus, e pelo decorrer dos acontecimentos se conhecerá a sua santíssima vontade [...]*⁵⁰.

Ainda numa outra carta, de 14 de Fevereiro de 1866, Paula Frassinetti comunicava à Irmã Josefina Bozzano que finalmente se avançaria para uma fundação em Portugal:

[...] *a casa de Génova fará a fundação em Portugal, mesmo na capital. Que me diz? O P. Fulconis viu as nossas brasileiras e desejou muito ter algumas das nossas irmãs; escreveu ao P. Gil, para que se empenhasse em advogar a causa. O bom P. Gil diz-me que uma casa em Lisboa seria muito útil para nós, primeiramente para termos boas vocações, e depois pela fácil comunicação com as de Pernambuco. Portanto, rezemos para que o Senhor disponha o que for para a sua glória e, entretanto, vamos preparando boas Irmãs; ao menos uma seria necessário que soubesse bem a língua francesa [...]*⁵¹

Estavam criadas as condições para que o Superior da Companhia de Jesus, Padre Francisco Fulconis, tratasse da instalação da futura comunidade em Lisboa.

O Convento das Inglesinhas, que se encontrava desabitado desde 1834, altura em que fora promulgado o Decreto que extinguiu as Ordens Religiosas

⁴⁹ Paula Frassinetti, *Cartas*, Lisboa, 1987, 1º vol., p. 376.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 377.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, 2º vol., pp. 405-406.

em Portugal, oferecia-se como uma hipótese. Era um enorme casarão, mas estava um pouco arruinado. A sua compra importava em 12.000.000 reis. Ultrapassadas as principais dificuldades, a aquisição foi feita pelos Condes de Penamacor, mais propriamente pela sua filha menor, Dona Maria da Assunção. O Padre Baines, representante das religiosas inglesas, pôs o mobiliário à disposição da nova proprietária, que o repartiu:

[...] destinando a igreja e a parte do convento que ficava abaixo da linha que deveria ser a portaria do templo para a residência dos Padre Jesuítas, e todo o resto do edifício, com a cerca, para as Doroteias⁵².

Feita de imediata a divisão, procedeu-se à separação entre as duas partes, que ficaram completamente isoladas. Depois das obras de reparação, os Jesuítas, Padre Fulconis⁵³, Padre Rademaker⁵⁴ e o Irmão Manuel Coelho transferiram a sua residência do Convento do Sacramento, em Alcântara para a sua nova sede no Quelhas. Era hora de comunicar à Superiora, Madre Geral, Paula Frassinetti que podia *mandar as suas filhas*.

A 4 de Julho de 1866, um pequeno grupo de três Irmãs vestidas à secular, tomava o comboio em Génova com destino a Portugal. Eram as fundadoras da Província Portuguesa de Santa Doroteia: Madre Giuseppina Bozzano, nomeada para Superiora de Lisboa, Madre Luísa Guelfi e Sor Maria Puliti. À chegada, esperava-as o Padre Fulconis, que as acompanhou para a residência dos Marqueses do Lavradio, pois as obras do convento não estavam concluídas. No mesmo mês, no dia 25, para ficarem mais perto do convento, para assim poderem vigiar as obras, transferiram-se para a Residência do Marquês de Abrantes.

Finalmente instaladas no que viria a chamar-se “Colégio do Quelhas” ou, mais propriamente, o “Colégio Jesus, Maria, José”, as Irmãs de imediato começaram as aulas. Ajudavam-nas duas professoras diplomadas pelo Conselho de Instrução Pública.

Apesar da missão a que vinham ter o maior interesse em Portugal e vir mesmo colmatar uma lacuna no âmbito do ensino feminino, foram muitas as

⁵² Vide Maria do Céu Nogueira, *História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1886-1910*, 1967, 1º vol., p. 34.

⁵³ Superior da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus.

⁵⁴ Carlos João Rademaker entra em Portugal em 1848, vindo de Itália, ainda como noviço da Companhia de Jesus.

dificuldades por que passaram estas primeiras religiosas, quer no que respeita a adaptação, quer financeiras.

*[...] A pobreza era senhora da casa, dessa enorme casa, sem móveis, de paredes nuas, de tectos esburacados a deixar penetrar o sol ou a chuva. Dinheiro não havia. Quando se tratou da fundação, pensou abrir-se um colégio para meninas da sociedade [...] A miséria espreitava as Irmãs que não encontravam num país estrangeiro o meio de ganhar o pão de cada dia. A alimentação era mais que frugal; a sobremesa... um luxo [...]*⁵⁵.

O objectivo primeiro não foi de imediato atingido, o que determinou que as Irmãs vivessem durante muito tempo da esmola de muitos benfeitores, de algumas famílias nobres, das Irmãs de Génova, das Irmãs da Casa de Pernambuco, ou mesmo dos Padres da Companhia de Jesus. As mensalidades das educandas eram demasiado magras, sendo certo que, até 1873, o Colégio não teve uma frequência superior a onze alunas. E a maior parte do dinheiro que arrecadavam era utilizado na conservação e adaptação do edifício que, apesar das reparações iniciais, tinha um longo caminho a percorrer para apresentar as condições necessárias a um bom colégio.

O Padre Fulconis, entusiasta da vinda das Doroteias para Portugal, atribuía a estagnação do Colégio e a subsequente miséria da comunidade à pouca actividade da Superiora, que não procurava sequer encontrar os meios de prover a sustentação da sua família religiosa. Mas, Paula Frassinetti conhecedora do que se passava em Lisboa nunca desamparou a Madre Bozzano. Antes, com palavras de esperança, a incentivava a continuar:

*[...] ponha nas mãos de Deus o que a aflige e oprime, e deixe-lhe o cuidado de tudo. Estes acontecimentos (a mudança do de atitude do Padre Fulconis) não a devem admirar porque, enquanto vivemos sobre a terra, estamos todos sujeitos a mil mudanças [...]*⁵⁶.

E como responsável primeira da fundação de Portugal, não hesitou em escrever também a Francisco Fulconis:

[...] Como, porém, com viva pena minha, me chegou aos ouvidos que V. Rev.cia não estava satisfeito com as nossas disposições relativas a essa missão, venho com toda a sinceridade e confiança apresentar-lhe as minhas desculpas. [...] Compreendo se a obra é de Deus, deve encontrar dificuldades e ser combatida; por isso, não desanimo. A respeito da situação económica, lamento

⁵⁵ Idem, *Idem*, p. 38.

⁵⁶ Vide Paula Frassinetti, *Cartas*, Lisboa, 1º vol. p. 438.

*não poder ajudar, senão com palavras, e asseguro-lhe que, se tivesse sabido que, enviando as Irmãs, precisava, depois, enviar dinheiro para as obras, não me teria metido nesta empresa, por não ser possível. O nosso Instituto é pobre: nunca teve dotes ricos nem grandes heranças [...] os mais vivos agradecimentos pela preferência dada ao nosso Instituto, chamando-o a trabalhar nesse país e recomendo-lhe as Irmãs, segura, como estou da bondade de V. Rev.cia. [...]*⁵⁷.

Em 28 de Dezembro de 1866, o Padre Vicente Ficarrili veio substituir o Padre Fulconis e tomar conta do Governo da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus. Viria a ser primeiro Provincial da Província Portuguesa restaurada, por decreto do Geral Pedro Beck de 4 de Junho de 1880. Permaneceu em Portugal, durante 22 anos. Para além de ter dado um notável incremento à Companhia de Jesus, grande conselheiro das irmãs, podendo mesmo assegurar-se que a ele se ficou a dever o facto do Instituto de Santa Doroteia ter subsistido em Portugal. Também outro Jesuíta, o Padre Franco Sturzo, reitor do Colégio de Campolide, ajudou a animar a comunidade nesses tempos mais difíceis da sua instalação.

Paulatinamente, as Doroteias foram beneficiando de outros apoios importantes, de que se destacará a própria rainha de Portugal. Tornava-se claro que a semente lançada iria dar os seus frutos. Assim aconteceu logo na escola gratuita, que abriram em 6 de Maio de 1867 e que muito rapidamente começou a contar com mais de 50 crianças. Sujeitas às directivas oficiais, as crianças progrediram na aprendizagem, sendo que, os *exames públicos tiveram bons resultados, e a assistência despediu-se admirada com o trabalho realizado*.

A partir de então, a obra de formação e educação das Irmãs Doroteias cresceu não apenas em Lisboa, mas espalhou-se por todo o reino. Assumida como uma das mais significativas congregações femininas em Portugal⁵⁸, respondeu aos inúmeros pedidos locais, estabelecendo-se com obras diversas nas seguintes localidades:

1866 - Colégio Jesus Maria José Colégio do Quelhas) - Lisboa

1870 - Colégio de N.^a Sr.^a da Conceição - Covilhã

⁵⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 443-444.

⁵⁸ Artur Villares, *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 142.

- 1873 - Instituto do Arcediago Van-Zeller - Porto
- 1878 – Colégio de S. José – Vila do Conde
- 1879 - Colégio do Sardão - Vila Nova de Gaia
- 1894 - Colégio da Sagrada Família - Guimarães
- 1895 - Colégio da Conceição Imaculada - Tomar
- 1896 – Colégio de N^a. Sr^a. do Carmo – Évora
- 1896 - Colégio da N^a. Sr^a. de Lurdes - Infância Desvalida - Vila Real
- 1897 - Colégio dos Sagrados Coração de Jesus e de Maria - Ovar
- 1897 - Colégio do Sagrado Coração de Jesus - Póvoa do Varzim
- 1904 - Colégio de N^a. Sr^a. de Lurdes - Guarda
- 1907 - Asilo-Escola de Penha Longa - Sintra

A proclamação da República, com as consequências do momento revolucionários e os ideais subjacentes, levaram à expulsão das Ordens Religiosas, com o consequente encerramento de colégios e limitação de outras actividades desenvolvidas.

[...] *A expulsão de todos os membros da Companhia de Jesus, qualquer que [...] Os membros de todas as outras companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares, eram também expulsos do país, se fossem estrangeiros. [...] ⁵⁹.*

As Doroteias não foram excepção e, expulsas de Portugal, dirigiram-se a outras paragens onde continuaram a respectiva missão, nomeadamente Espanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos. Porém, não esqueciam Portugal. Rapidamente instalando uma Casa e Colégio em Tui, dali acompanharam o processo vivido no nosso país e, mal o tempo se afigurou mais favorável, foram progressivamente regressando. Porém, não como Congregação!

Procurando respeitar a lei vigente, assumiram alguns dos lugares deixados. Essa nova instalação verificou-se nos seguintes locais, a partir de 1918 e por ordem cronológica:

⁵⁹ Decreto de 8 de Outubro de 1910.

Póvoa do Varzim	1918
Porto	1920
Vila do Conde	1920
Sintra	1920
Vila Nova de Gaia - Sardão	1921
Évora	1922
Viseu	1924
Covilhã	1928
Lisboa	1930
Beja	1933
Castelo Branco	1934
Lisboa	1935
Lisboa	1936

Quadro nº. 1

E, neste regresso, as Irmãs estenderam-se ainda à Província de Angola, tendo aberto colégios e escolas gratuitas em:

Moçâmedes	1934
Sá da Bandeira	1937
Benguela	1939
Lobito	1953

Quadro nº. 2

Feita esta breve panorâmica do processo vivido pelas Irmãs Doroteias até chegar a Portugal e também na experiência vivida neste país, abordaremos agora a sua experiência de ensino, concretizando-a em Lisboa, mais precisamente no modelar Colégio de Jesus Maria José, no Quelhas.

2.2. A Instalação em Portugal - Primeiras Experiências de Ensino

Como já ficou escrito, foi o Padre Francisco Xavier Fulconis, Superior da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus em Portugal, que pediu a Paula Frassinetti o envio de algumas das suas religiosas, com vista à abertura de um colégio feminino, na cidade de Lisboa.

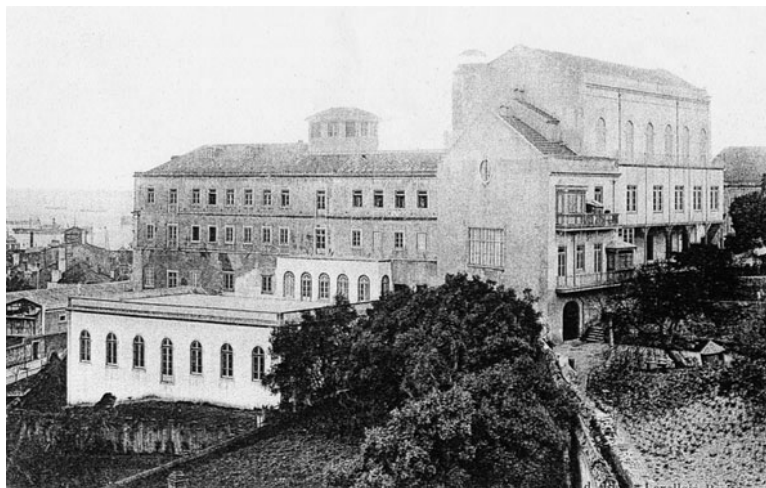


Fig. 1 - Colégio Jesus Maria José - Quelhas

Não era fácil a decisão e, por isso, Paula Frassinetti escrevia, a 6 de Abril de 1865: *Coloquei esta fundação nas mãos de Deus, e pelo decorrer dos acontecimentos se conhecerá a sua santíssima vontade*⁶⁰.

Vencidos os principais obstáculos, foi decidida a fundação em Lisboa, pelo que, a 4 de Julho de 1866, um pequeno grupo de três religiosas saiu de Génova com destino a Portugal. E,

*“Ao anoitecer do dia 5 de Julho de 1866, numa quinta-feira simples, sem título que a recomendasse, as três fundadoras, discretamente, entraram na sua casa. [...] No mistério da noite, nascia pobremente o Colégio do Quelhas, O Colégio Jesus Maria José, e com ele, a Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia. No silêncio, como a semente que germina e será árvore; no segredo, como dormem as fontes ignoradas que um dia acordarão em torrentes”*⁶¹.

Mal instaladas, logo receberam algumas educandas internas. Porém, eram em número diminuto, pelo que os primeiros tempos foram de enormes

⁶⁰ Paula Frassinetti, *Cartas [...] op. cit.*, p. 377.

⁶¹ Maria do Céu Nogueira, *História da Província [...] op. cit.*, p. 36.

dificuldades. Delas podemos ajuizar por alguns dados que nos ficaram e que inserimos no (**Apêndice nº. 5**). Trata-se da relação de dívidas para com os Jesuítas, que, logo no ano de 1866, ascendeu a 738.030 reis, dos quais apenas foi possível saldar 366.225. No ano de 1869 ainda se mantinha a dívida que, entretanto, crescia. Em 1871 ascendeu a 8.923.335, tendo então sido saldada. Entre o “deve” e o “haver” ficava finalmente um saldo positivo de 76.665 reis. Pelas contas de 1872 pode já observar-se o equilíbrio das finanças, pois os 1771.360 reis desse ano foram totalmente saldados.

Pelo exposto, bem se vê que não foram fáceis os primeiros tempos. No entanto, dando cumprimento à determinação que dispunha dever abrir-se,

[...] quando for possível, uma escola para as meninas externas, em uma parte do local, inteiramente separada da parte das educandas, rapidamente se instalara no edifício do Quelhas uma escola externa, gratuita, destinada a crianças de fracos recursos económicos. Conforme estava superiormente disposto, estas

[...] meninas serão recebidas e despedidas a horas determinadas, mas se terá em vista particularmente nas escolas meninas pobres, tê-las connosco o maior número de horas que se puder⁶².



Fig. 2 - Paula Frassinetti (Pintura de Gianbattista Conti – 1930)

⁶² *Constituições e Regras. [Regra 1].*

Esta norma, posta em prática junto ao primeiro Colégio de Lisboa, viria a ser igualmente cumprida nas restantes cidades de Portugal onde se estendeu a acção das Doroteias. Em todos havia escola gratuita, ou aula externa, chegando mesmo a haver mais alunos neste regime, do que alunas internas nos colégios.

E, no entanto, para a Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, o sistema de internato era a melhor forma de proporcionar às meninas uma educação total, que as preparasse para a vida adulta, vindo a ser mais responsáveis pelo seu próprio futuro. Desse modo iam igualmente ao encontro da sociedade de então, cujo modelo previa e estimulava a preparação das meninas para uma entrada consciente na vida social.

Cabe agora analisar o modelo desenvolvido no Colégio do Quelhas, que podemos tentar reconstituir através de alguns, ainda que poucos, dados recolhidos na documentação que se guarda no Arquivo Nacional. Sendo certa a máxima orientativa para toda a acção desenvolvida pelas Doroteias, *Educar pela via do coração*, não é para admirar que no colégio agora iniciado se tentasse um ambiente familiar, a par com as exigências do ensino da época. E isto para todas as alunas, quer internas, quer externas, de estratos sociais diversos. A título de curiosidade, registem-se algumas profissões dos pais das educandas (**Apêndices nº.s 7 e 9**):

ALUNAS INTERNAS (Apêndice nº. 7)

Capitalista	2
Proprietário	4
Doutor em Leis	1
Desembargador	1

Quadro nº. 3

ALUNAS EXTERNAS (Apêndice nº. 9)

Trabalhador	4
Carpinteiro	7
Entalhador	1
Criada	1
Engomadeira	1
Pedreiro	1
Alfaiate	1
Operário	12
Pescador	1
Fabricante	1
Falecido	1
s/profissão	3

Quadro nº. 4

Estas interessantes listagens, que servem também para mostrar uma tendência nos domínios do trabalho, informam do nível social de quantos se interessavam por uma educação cuidada para as respectivas filhas. Falamos sobretudo das alunas externas. Quanto às internas, esse interesse torna-se mais visível na observação das opções, informação a que chegamos pela análise dos pagamentos mensais. Exemplifiquemos com a menina Maria do Céu, nas despesas relativas aos meses de Janeiro a Dezembro do ano de 1885: para além da mensalidade, que importava em 10.000 reis, lavagem de roupa, vestidos e calçado, foram pagos:

- Lições de música e aluguer de piano;
- Lições de desenho
- Materiais para bordados
- Aulas de: Corografia, Catecismo, Gramática, História Sagrada, História Universal, Língua inglesa e Geometria.

Na totalidade, esta menina importou aos pais em 58.830 reis (**Apêndice nº. 11**). Onze anos depois, em 1896, as meninas Amélia e Adelaide de Carvalho Ramos custavam, em conjunto, 87.340 reis. Isto porque, sendo irmãs, uma delas tinha 50% de desconto na mensalidade. Caso contrário, o

custo efectivo seria de 146.540 reis. Há algumas curiosidades a registar nos “extras” pagos para estas meninas: (**Apêndice nº. 13**)

- Livro de leitura francesa
- Trem para diversas viagens
- Passeios diversos, de vapor e comboio
- Banhos de mar
- Tratamento particular ao almoço (ovos e manteiga).

Enfim, outras curiosidades poderíamos enumerar se continuássemos a leitura deste tipo de documentos. Apenas registaremos mais uma: a menina Izilda Moura que “entrou no 1º. De Novembro de 1893”, viu as suas mensalidades pagas com trabalhos executados pelo pai no Colégio. Entraram, por isso, em receita: as pinturas da Capela; 14 quadros “dos lados da Capella a 18.000 reis cada um. O quadro do meio, 16 libras. A guarnição em volta”, 13.500 reis; os Anjos, 9.000 reis e “uma bandeira do Coração de Jesus”, 18.000 reis. Este conjunto de trabalhos traduziu-se numa receita total de 364.500 reis, que viria a cobrir as despesas até 1897, cuja soma foi de 361.035 reis. O saldo desse ano, ainda foi favorável, em 3.465 reis. Ignoramos se a menina Izilda continuou no Colégio. Porém, o documento em análise revela muitos cuidados com a sua saúde. Há despesas em medicamentos e várias idas ao dentista. Em extras, também gastaram dinheiro em aulas de piano e bordados. Tal como aconteceu na análise do documento anterior, também neste se registam passeios “de trem e combóio” (**Apêndice nº. 12**).

Por esta panorâmica podemos então verificar que, para lá da mensalidade do internato, havia inúmeros extras. Estes falam, não apenas da oferta do Colégio, mas também dos recursos ou interesses dos pais. No que se refere à oferta do Colégio, devemos desde já sublinhar os muitos passeios programados (porque pagos!). Foram, sem dúvida, uma mais valia, a complementar a formação das alunas. Se o nosso objectivo fosse, por exemplo, analisar os meios de transporte e a evolução dos respectivos preços, também aqui encontraríamos informação. Em última nota, refira-se ainda que os cuidados com o arranjo pessoal das alunas também ficam patentes no documento, nomeadamente através do registo de arranjos de vestidos,

sapatos, fitas para o cabelo, etc. É mais um aspecto a confirmar a atenção dispensada à educação total das meninas.

Já ficou referido que, passadas as primeiras dificuldades, as Doroteias se espalharam por todo o reino. Do mesmo modo, a sua presença em Lisboa foi progressivamente acarinhada e o Colégio de Jesus Maria José largamente procurado pelos pais, desejosos de uma educação condigna para as respectivas filhas. Como já tivemos ocasião de demonstrar, havia sobretudo dois grupos sociais: meninas da nobreza e alta burguesia, no Colégio (internas e externas) e meninas de famílias operárias e de uma pequena burguesia na escola externa. Os dois grupos recebiam o ensino obrigatório e a “formação cristã”, com o objectivo de “moldar” “senhoras e mulheres” capazes para a sociedade. Porém, é sobre as alunas do Colégio que encontramos mais referências, pois eram elas que pagavam. Por isso, é, por exemplo, através do Livro de Contas (**Apêndice nº. 14**) que podemos vislumbrar, não apenas o valor das mensalidades das alunas, mas também os extras pagos e que correspondem a uma oferta de aceitação facultativa, porque paga. Igualmente se pode observar a principal despesa feita.

Embora não seja nossa intenção uma história económica ou de viabilidade do Colégio, refiramos que, por exemplo, em Janeiro de 1908, as mensalidades somaram 1.800.000 reis, o que demonstram bem uma frequência elevada. A preços de 1895 (10.000 reis), tal corresponderia a 60 alunas, tendo presente que as mensalidades eram pagas trimestralmente. Considerando os necessários aumentos de custo ao longo dos anos decorridos, cremos haver pelo menos 50 alunas internas neste ano. Este valor sofre algumas alterações ao longo dos meses, mas mantém-se em Janeiro de 1909 e 1910, o que significa que, mesmo nas proximidades da revolução, o número de alunas se mantinha, embora um pouco inferior em relação aos anos antecedentes. Conhecemos a lista das alunas internas em 1905, ano em que, conforme (**Apêndice nº. 16**), estavam inscritas 80 alunas e que certamente correspondeu à época auge do Colégio do Quelhas. Nos anos anteriores, o processo fora de crescimento, pois sabemos haver 45 alunas em 1893 e já 72 em 1895. Falamos apenas de alunas internas, mas não podemos esquecer as externas que, juntamente com as internas, somavam já 170, segundo a Irmã Maria do Céu Nogueira, em 1906. Não se devem estas confundir com as

alunas pobres da Escola Externa, gratuita, com fins Assistenciais, que foi mantida até 1910 e pela qual passaram centenas de crianças.

No que se refere aos extras pagos, podemos verificar que se mantêm as aulas de desenho e música, nomeadamente piano, mas acrescem: harpa, bandolim e rabeca. As educandas pagam ainda “flores”, o que eventualmente traduzirá o ensino de arranjos florais para as futuras casas.

Observando agora as principais despesas, registre-se o elevado valor gasto com as obras da Capela e o permanente dispêndio com o “culto divino”, naturalmente na primeira linha de preocupação das Irmãs. Depois, para lá dos gastos com mercearias e drogarias, aparecem os valores fiscais, os pagamentos aos funcionários, as despesas de saúde, o calçado, o combustível, o gás, os banhos, as viagens com alunas, seguros e também pagamento de algumas Mestras. Exemplifique-se com as professoras de música e francês que, em Janeiro de 1909, receberam 32.000 reis. Estamos, pois, perante a gestão de uma casa plena de preocupações, mas também de correctas respostas às educandas. Assim se apresenta, em vésperas de revolução, o Colégio de Jesus, Maria, José, cuja contabilidade nos permite afirmar que, em Agosto de 1910, fechadas as contas, registava “em caixa” o valor de 754.125 reis!

Vejamos agora o ensino ministrado no Colégio e escola externa, ao longo destes anos:

Conforme foi recuperado pela Irmã Maria do Céu Nogueira⁶³, no Colégio do Quelhas, no período de 1866-1877, as alunas da instrução primária estavam divididas em duas classes. No entanto, o grupo total das internas estava subdividido por idades, considerando-se 3 classes: Classe Superior; Classe Média e Classe Inferior, esta então com primeira e segunda secção.

Para o respectivo ensino, estruturado em cinco anos, adoptaram-se os livros aprovados pelo *Conselho de Instrução Pública*. Havia exames públicos no colégio, embora algumas alunas prestassem provas no liceu. No entanto, no ensino das Doroteias acrescentaram-se matérias novas ao programa, actualizaram-se os regulamentos e experimentou-se um sistema de informação às famílias. O núcleo principal do ensino próprio compreendia:

⁶³ Maria do Céu Nogueira, *História da Província* [...] 2º vol., *op. cit.*, pp. 395-396.

- Formação moral e religiosa
- Missa,
- Confissão e direcção espiritual,
- Conferências
- Catecismo semanal

No âmbito desta ambiência espiritual, as Irmãs saíam com as alunas para visitas ao Sagrado Lausperene, a sermões quaresmais e às igrejas, em Quinta-Feira Santa. Do ponto de vista profano e conforme já ficou mencionado, também se faziam outros passeios. Os locais mais comuns eram: Campolide, Jardim da Estrela, Ermida de Santo António dos Capuchos, Belém Senhora da Rocha, onde habitualmente passavam o dia. Um pouco mais longe, após a travessia do Tejo, podiam ir “em burricada” à Quinta do Rei, para depois se banharem na praia.

Para além das tradicionais festas religiosas, no Colégio solenizava-se o 6 de Janeiro, dia de Reis, os dias de S. José, Santo António e S. João, o Sagrado Coração de Jesus e o dia dos anos da Madre Superiora do Colégio.

Em termos de cumprimento de programas oficiais, garantiam-se as seguintes disciplinas:

- Português (leitura, Gramática, Composição, Estilo e Literatura);
- Línguas (francês, inglês e italiano);
- Catecismo
- História (Sagrada, Eclesiástica, Pátria, Antiga, Idade Média, Romana, Mitologia e Natural)
- Física
- Aritmética
- Geometria
- Geografia (Física e Política, Astronómica e de Portugal)

O Colégio assegurava depois, como vem sendo escrito, outras disciplinas de carácter artístico e de formação. Eram elas: Caligrafia, Desenho, Música (Piano, Harpa e Rabeca), Canto, Costura, Bordados, Trabalhos de mãos, Flores e Arranjo Doméstico. E, preocupando-se com a qualidade do ensino, as Irmãs recorreram a mestres famosos, conforme escreveu já a Irmã Maria do

Céu Nogueira, *“A formação do professorado mereceu-lhe particular desvelo: “Desde o princípio do corrente ano (1900), veio dar lições à mestra de desenho Sor Maria da Conceição Lindim,*

- *Malhoa, insigne artista de Desenho e Pintura, membro da Academia de Belas Artes, em Lisboa, professor de El-Rei D. Carlos, dos príncipes e das pessoas principais da Corte que se dedicam à pintura”. (Arquivo da Casa real. História da Casa de Lisboa 1900-1906).*
- *Rey Colaço “o melhor pianista do Reino, foi o professor de piano de Sor Maria Luísa Galt que ia receber as lições a casa do grande Mestre, em razão de ele não ensinar em casa particulares,*
- *O rabequista Ussla vinha dar lições a Sor Maria da Conceição Cabral*
- *Madame Martinez ensinava harpa.*

Todos os Mestres eram membros da Academia das Belas Artes. Deu isso muito nome ao colégio porque logo correu em Lisboa que as irmãs do Quelhas eram leccionadas pelos melhores professores do Reino”⁶⁴.

Como incentivos à aprendizagem, o Colégio tinha quadro de honra e medalhas que distinguiam as melhores alunas.

Nas preocupações das Irmãs tinham natural prioridade as boas relações com a Administração Pública e Inspeção do Ensino. Isso fica bem demonstrado, não apenas na organização dos processos das alunas, de que são exemplo os certificados de vacinação e baptismo, exemplificados nos apêndices 1 a 4, mas sobretudo no registo copiador (**Apêndice nº. 17**) do Colégio, onde se referencia toda a correspondência oficial, de que destacamos: envio de contas, lista de alunas, comunicação de faltas, mapas estatísticos e informação sobre as professoras afectos ao ensino. Uma das comunicações registada diz respeito à “legalização” dos professores, em termos de reconhecimento oficial para o ensino. Esse registo confirma a informação da Irmã Maria do Céu Nogueira quando escreve, “A legalização do pessoal docente por meio de diplomas oficiais, depois da reforma do ensino de Hintze Ribeiro, para regular a situação dos professores primários que não fizessem o exame requerido por lei, o Governo concedeu diplomas aos que tivessem 10 anos de diuturnidades de ensino. A Madre Morais mandou dirigir os

⁶⁴ Maria do Céu Nogueira, *História da Província [...]* 2º vol., *op. cit.*, p. 323.

necessários requerimentos ao Administrador do Bairro e passado algum tempo, todos foram deferidos, ficando as irmãs requerentes autorizadas para o ensino primário com os títulos legais. Existe ainda o atestado-diploma nº 724948 referente à Madre Mestra Alves”⁶⁵.

Por todo o elenco de informação que pudemos recolher, estamos em condições de afirmar que o colégio do Quelhas se estruturou lentamente, em termos organização, regras, normas e costumes. Tal só terá sido possível, por um lado graças à vontade férrea das Doroteias para permanecerem em Lisboa, por outro, graças ao estrito cumprimento que faziam das normas legais e, por outro ainda, graças à sólida educação que ministravam às alunas, o que rapidamente lhes granjeou a estima de pais e educadores, tanto de alunas externas como internas.

A provar a afirmação que acabamos de fazer estão as visitas de inspecção periodicamente feitas e das quais encontramos uma referência em Maria do Céu Nogueira, que assim afirmou: [...] *Por duas vezes em 1893, em Maio e Setembro, foi o Colégio do Quelhas submetido a um inquérito minucioso por parte do Inspector Dr. Carneiro, encarregado das sindicâncias às Casas Religiosas. [...] A Madre Trabucco mandou, então, que lhe mostrassem um regulamento da Obra de Santa Doroteia, impresso em italiano, com o que ele se deu por satisfeito, aprovando os livros da administração da casa, expressamente ordenados para informação a externos*⁶⁶. E, mais tarde, em 1901, por ocasião da sindicância ao Quelhas, o Governo Civil quis ver o Regulamento dos estudos e "agradou-lhe tanto a divisão em anos, como no Liceu que pediu cópia..."

Também estavam presentes os cuidados sanitários, que eram fiscalizados pelo Subdelegado de Saúde. Temos informação da inspecção feita em 1894, cujo resultado foi positivo, conforme atesta o (**Apêndice nº. 20**), “Encontrei este estabelecimento em esplêndidas condições higiénicas e debaixo d’este ponto de vista pode considerar-se um estabelecimento modelo”.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 324.

⁶⁶ Maria do Céu Nogueira, *História da Província* [...], 1º vol., *op. cit.*, p. 179.

Visitas do Subdelegado de Saúde ao Colégio Jesus Maria José

Visitas	Parecer
5/5/1894	<i>Encontrei este estabelecimento em esplêndidas condições higiénicas e debaixo deste ponto de vista pode considerar-se um estabelecimento modelo</i>
30/10/1895	<i>No mesmo estado</i>
30/11/1895	<i>No mesmo estado</i>
10/2/1896	<i>No mesmo estado</i>
20/6/1896	<i>No mesmo estado</i>
15/11/1896	<i>No mesmo estado</i>
7/2/1897	<i>No mesmo estado</i>
20/4/1897	<i>No mesmo estado</i>
24/5/1897	<i>No mesmo estado</i>
23/6/1898	<i>Em bom estado</i>
26/7/1899	<i>Em bom estado</i>
20/5/1900	<i>Em bom estado</i>
25/6/1901	<i>Em bom estado</i>
30/6/1902	<i>Em bom estado. Devem ser colocados 4 escambros, nas aulas, salas, e dormitórios - como desinfectante aconselho uma solução de creolina (50 gr por litro d'agua)</i>
1/11/1903	<i>Em bom estado</i>
2/3/1904	<i>Em bom estado</i>

Quadro nº 5

Como se pode verificar no quadro, o parecer manteve-se inalterado até à visita de 1901, ano em que, embora concordando com tudo, se regista a recomendação de uma desinfecção regular, com escambros (ramos) e uma “solução de creolina”, “nas aulas, salas e dormitórios”. Até 1904, último ano de que possuímos registos, mantém-se o parecer favorável do Subdelegado de Saúde. Nem tal é de admirar, se considerarmos o cuidado colocado em toda a organização do Colégio, que até já registava aspectos que lembram as exigências dos tempos modernos. Por exemplo, há um registo dos dormitórios, com as respectivas áreas, número de camas e espaço destinado a cada uma, com indicação precisa da ventilação que lhe corresponde (**Apêndice nº. 19**). A título de exemplo, transcrevemos a informação relativa ao primeiro dos sete dormitórios descritos: “Cubagem: 466m³. Contém este dormitório 21 camas, correspondendo 22m³ a cada cama. A esta cubagem corresponde 12m² de superfície de ventilação e 16 ventiladores”. No mesmo documento, também as refeições foram objecto de registo. Eram 4, “e não há nelas quantidade determinada”, assim distribuídas:

- *Almoço – café com leite e pão com manteiga;*
- *Jantar – sopa de carne, dois pratos de carne com seus acompanhamentos, vinho e fruta.*
- *Merenda – pão com manteiga*
- *Ceia – sopa de carne e um prato de carne com seu acompanhamento e chá.*
Nas quintas e domingos tem também queijo à ceia.

Apesar de hoje notarmos a ausência do peixe, a dieta apresentada era ideal para a época, mesmo com o vinho ao almoço!

A presença das Doroteias em Portugal e muito concretamente em Lisboa, era, pois, do agrado da sociedade. Segundo Maria do Céu Nogueira, o Colégio do Quelhas teve "a insigne honra de ser visitado por Sua Majestade a Rainha D. Amélia. [...] *Do colégio passou à escola gratuita e levou a sua condescendência a querer ouvir ler as crianças, louvando as mais desembaraçadas e dirigindo a todas elas palavras de bondade. Estavam ali expostas as bandeiras da Pia Obra; atentando nelas , a Rainha afirmou que esta era a melhor Associação que, na época, existia em Lisboa*"⁶⁷.

Contudo, apesar do bom trabalho desenvolvido, as Doroteias sofreriam enorme sobressalto, de que resultou o encerramento do Colégio do Quelhas, poucas horas depois da revolução de 5 de Outubro de 1910.

2.3. A Expulsão de 1910

Apesar dos fundados receios e notícias alarmantes, seguidas de “visitas” de revoltosos ao Colégio de Jesus Maria José, só na noite de 7 para 8 de Outubro as Doroteias foram obrigadas a abandonar o edifício onde residiam, tendo sido levadas para o Arsenal da Marinha, onde ficaram detidas para interrogatório. Dali seguiriam destinos diversos, quer para casas de famílias próprias ou amigas, quer mesmo para o estrangeiro, se a sua nacionalidade não fosse portuguesa. Seriam então já, teoricamente, seculares, assim trajando, uma vez que o uso de Hábitos religiosos estava proibido.

Logo de seguida, a 8 de Outubro o Governo Provisório da República fazia sair o decreto de extinção, não permitindo que, mesmo à secular, mais de três religiosas vivessem juntas, de forma a que não viessem a organizar novas

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 180.

comunidades. Nem todas as congregações e religiosos abandonaram o país. Houve realmente algumas excepções, sendo exemplo as Dominicanas de Santa Catarina de Sena, congregação fundada por Teresa de Saldanha, talvez pela dificuldade em encontrar leigos que substituíssem as religiosas no Colégio da Regeneração, em Braga que acolhia mulheres em situação de risco⁶⁸. O mesmo não ocorreu com as Doroteias e outras congregações religiosas vocacionadas para o ensino, nas quais os republicanos viam um obstáculo ao seu programa de laicização, imprescindível para a construção da nova sociedade. A República pretendia introduzir grandes mudanças ao

nível do ensino que se traduziriam numa nova ideia de escola, em novas formas de pensar a cidadania. Para os republicanos a educação tinha como finalidade formar cidadãos livres⁶⁹. Nessa perspectiva defendiam que a existência de religiosos – homens e mulheres - de votos perpétuos era um atentado à liberdade e contrária à emancipação das consciências. Também não era visto com muito agrado o seu carácter supranacional, pois a maioria



Fig. 3 – 5 de Outubro de 1910. 1. As guardas avançadas da barricada na Avenida da Liberdade, comandadas por dois soldados de artilharia I. 2. O povo junto aos canhões no ângulo da barricada. 3. Outros ousados defensores da barricada.

⁶⁸ Maria Lúcia de Brito Moura, "Resistências Católicas" in *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República*, Lisboa, CML, 2010, p.65.

⁶⁹ Maria Cândida Proença, *Educar. Educação para Todos. Ensino na I República*, Lisboa, Centenário da República 1910-2010, Parquescolar, 2011, p.65.

obedecia a superiores estrangeiros de quem recebia as directrizes, o que também lesava o sentido patriótico dos republicanos que entendiam que as escolas ministradas por esses religiosos não incutiam nos seus alunos a devoção à Pátria⁷⁰. Em consequência, o Estado encontrou justificação para se apropriar dos seus edifícios como forma mais fácil e rápida da dispersão. Nessa diáspora forçada, muitas das congregações expulsas encontraram acolhimento em países estrangeiros e aos pouco foram crescendo em comunidade. E interessante é verificar que muitas jovens, mesmo de famílias republicanas, iam estudar para o estrangeiro, nomeadamente para Espanha, para os colégios religiosos orientados pelas exiladas. Tal foi o caso das Doroteias que, poucos meses depois da expulsão abriram Colégio na Suíça, onde de imediato receberam meninas portuguesas. O mesmo aconteceria no Colégio que, posteriormente, abriram em Tui.

Quanto ao Colégio de Jesus, Maria e José, passados que foram quarenta e quatro anos sobre a sua fundação, foi encerrado. Com as restantes Doroteias portuguesas, as Irmãs do Colégio do Quelhas iniciaram uma penosa diáspora. À excepção de algumas quase clandestinas visitas para recuperar bens deixados e que haviam subsistido às pilhagens, as Doroteias não voltaram ao Quelhas!

⁷⁰ Maria Lúcia de Brito Moura, "Resistências Católicas", *Percursos [...]* op. cit., p. 64.

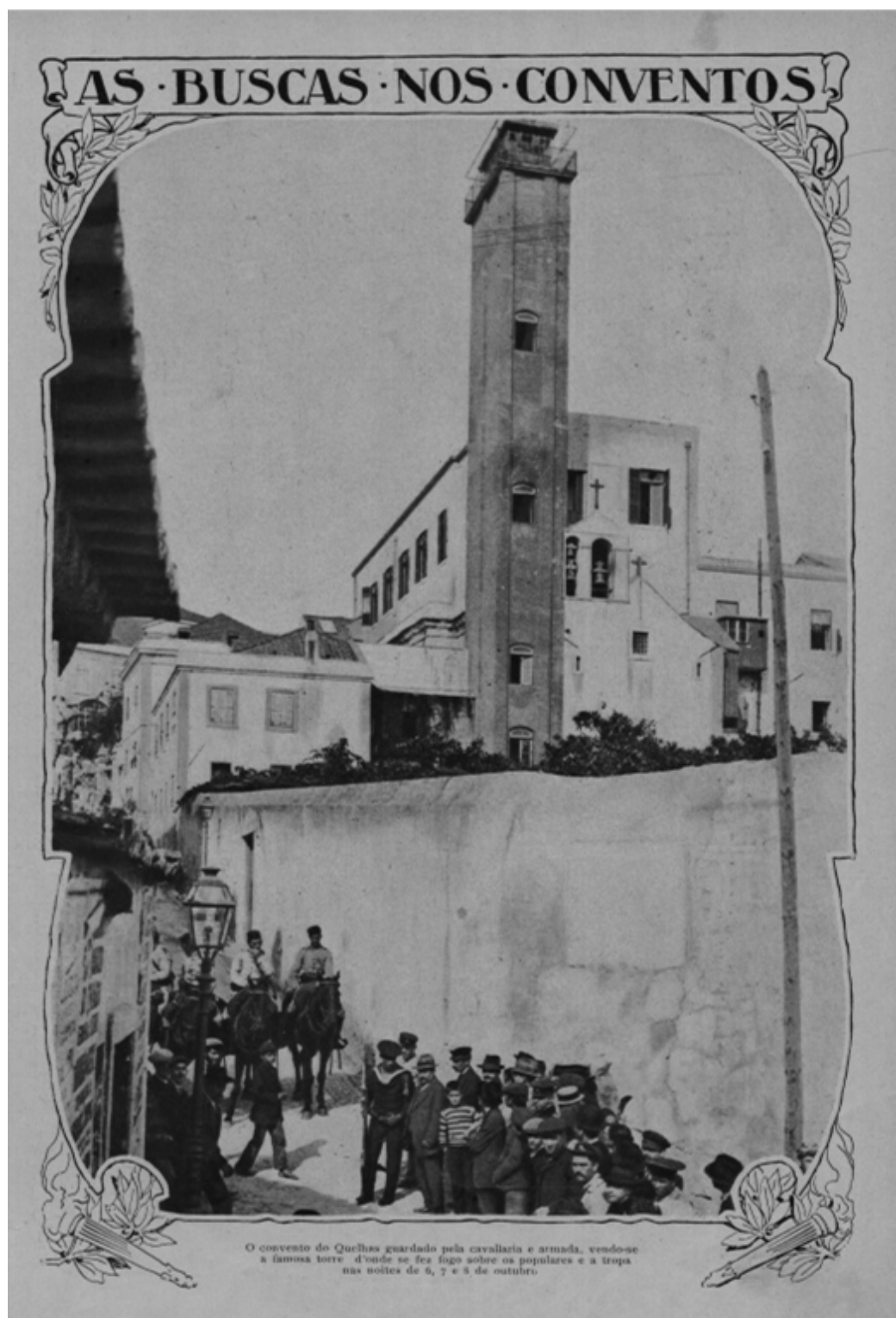


Fig. 4 - O convento do Quelhas guardado pela cavalaria e armada, vendo-se a famosa torre de onde se fez fogo sobre os populares e a tropa nas noites de 6, 7 e 8 de Outubro de 1910.



Fig. 5 - As educandas do convento saindo do edifício para serem entregues às suas famílias.

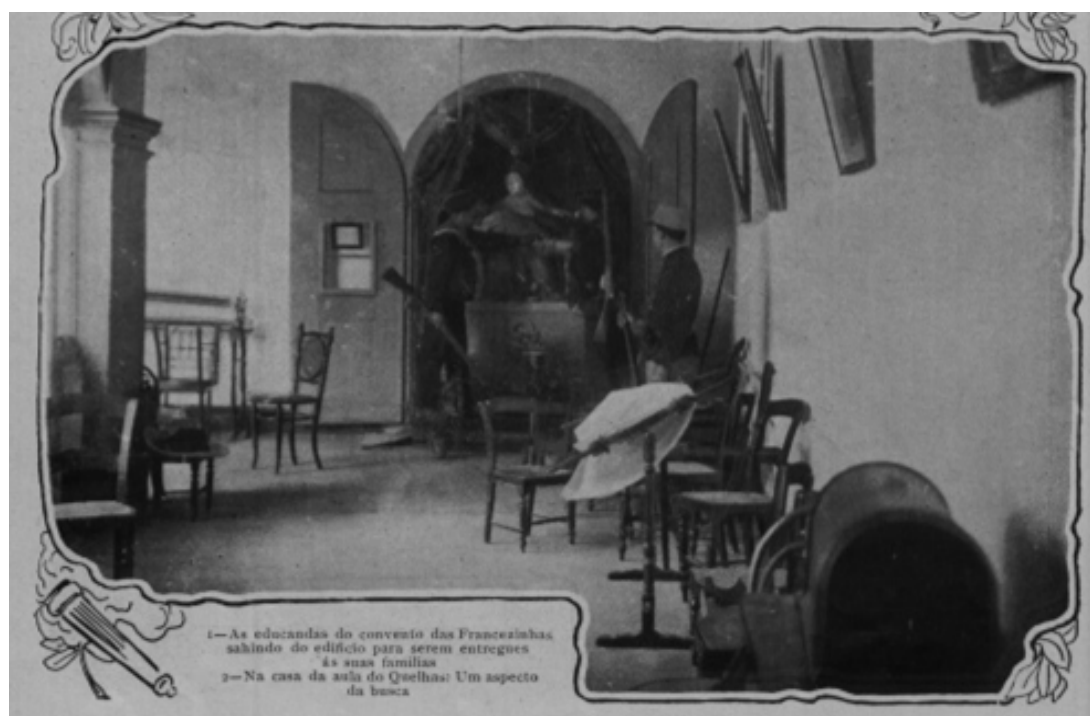


Fig. 6 - Um aspecto da busca na casa da aula do Quelhas.

Tal como as Irmãs de Lisboa, também as que se encontravam no Asilo-Escola da Quinta da Penha Longa, nos arredores de Sintra, propriedade da Condessa de Penha Longa, sofreram perseguição. Esta escola funcionava como anexa ao Colégio do Quelhas, desde 1907. Tratando-se de uma Instituição de cariz diferente, as Doroteias ainda ali se mantiveram algum tempo. Nesse espaço o Asilo foi visitado pelo ministro Afonso Costa, que prometeu à Senhora Condessa de Penha Longa uma lei só para as suas casas, permitindo que até às Constituintes ficassem três irmãs, pois [...] *ninguém tem mais a peito a instrução do povo, estimo que continuem estas aulas; mas como o ensino não pode ficar de forma alguma em mão de Congreganistas, e a mim me pode suceder um governo radical, deve a Senhora Condessa tomar uma criada, porque quatro irmãs não consinto que estejam aqui. Três tem direito a tê-las em casa para trabalhos manuais, mas ensinar é que não podem. A professora secular posso eu mesmo indicá-la*⁷¹. Com as limitações criadas, também as Irmãs acabaram por sair desta Escola.



Fig. 7 - A senhora condessa de Penha Longa na sua escola com o sr. ministro da Justiça, Afonso Costa – Outubro de 1910

⁷¹ Maria do Céu Nogueira, *História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa*, 1973. Texto mimeografado.

CAPÍTULO III - O ENSINO DAS DOROTEIAS

3.1. Enquadramento Jurídico

Instaladas em Portugal desde 1866, a Associação de Santa Doroteia, viu os seus estatutos aprovados em 1901, na sequência da lei de 18 de Abril, de Hintz Ribeiro, que autorizava a permanência no país de Congregações Religiosas para fins educativos, caritativos ou missionários, desde que devidamente autorizadas pelo Estado. Estava, pois, actuando legitimamente em Portugal quando foi expulsa e espoliada dos seus bens. Com o Colégio Jesus Maria José encerraram igualmente, embora em dias e condições distintas, os restantes colégios abertos em Portugal. Uma única excepção aconteceu: o Asilo Van-Zeller, no Porto que, devido ao seu estatuto especial, conseguiu manter as Irmãs.

Depois de 1918 deu-se o lento regressar a Portugal. Primeiro timidamente, depois de 1928 com mais força as Doroteias foram-se de novo espalhando pelo país. Era então preciso recomeçar tudo!

Em Lisboa, a primeira legitimação viria a acontecer em 29 de Outubro de 1932, quando o actual Colégio do Parque, reeditando o Colégio Jesus Maria José, recebeu Alvará de funcionamento.

Posteriormente, em 1937, novo Alvará seria concedido pelo Ministério da Educação. Desta vez legitimava-se o Colégio de Santa Doroteia, hoje mais conhecido como Colégio das Calvanas, por se situar na Quinta do mesmo nome. Funcionou esse estabelecimento ininterruptamente como internato de meninas até 1975. Por isso o registámos como ponto de chegada do nosso trabalho!

Mantendo, com as necessárias adaptações ao tempo, com o modelo já experimentado no velho colégio do Quelhas as Doroteias continuaram a sua missão de ensino e educação de meninas. Adoptando as normas oficiais, sempre cumpriram rigorosamente os programas instituídos, mantendo um ensino ao ritmo das diversas reformas ministeriais. Neste espaço de tempo estruturou-se o ensino liceal, primeiro garantindo os 7 anos legais e, posteriormente, os doze anos de escolaridade.

3.2. Lisboa: do Colégio Jesus Maria José (Quelhas) ao Colégio de Santa Doroteia

Como ficou escrito, só em 1918 se iniciou o regresso das Irmãs de Santa Doroteia a Portugal. Em, Lisboa, contudo, a sua acção educativa apenas recomeçou em 25 de Março de 1930, numa nova casa, agora com o nome de colégio de D. Estefânia, ou “Estefaninha”, designação devida à sua localização na cidade. Respondiam então aos muitos apelos das senhoras que, [...] *desejavam que as suas filhas recebessem a educação tradicional do saudoso Quelhas. Por isso, chegou finalmente a fundação da casa “Estefaninha. [...] Era um gracioso “chalet” rodeado por um pequeno jardim. [...]*

No dia da inauguração, *celebrou-se a primeira Eucaristia e nesse dia recebeu-se o primeiro pedido para uma aluna*⁷².



Fig. 8 - Colégio da Estefânia

Quando abriu, a 1 de Maio de 1930, tinha cinco alunas: uma interna, duas semi-internas e duas externas. Dias depois, a 7 do mesmo mês de Maio, começou a funcionar, com regularidade, a Instrução Primária e paralelamente os cursos de Francês, Inglês e Desenho artístico.

Retomava-se assim a tradição do Colégio do Quelhas!

⁷² Panfleto comemorativo dos 75 anos da Fundação do Colégio.

No mês de Outubro seguinte, na reabertura do ano lectivo e respondendo às exigências do ensino oficial, já estava organizada a Instrução Primária e o primeiro e segundo anos do Curso Geral dos Liceus. Estavam inscritas 87 alunas.

Esta notória afluência de alunas logo fez parecer pequeno o espaço. Em consequência, um ano depois este novo colégio era transferido para a Alameda das Linhas de Torres, ao Campo Grande, para o Palacete do Amaral. Era um local aprazível, amplo e rodeado de lindos jardins e terreno de culturas. Situava-se na Quinta das Calvanas.

Foram feitas várias obras de restauro e ampliação, mas a procura crescente determinou que também este local se mostrasse rapidamente diminuto para os inúmeros pedidos de alunas internas.



Fig. 9 - Palacete do Amaral

Como resposta, as Irmãs Doroteias adquiriram um novo espaço, em 1934, para onde foram transferidas as alunas externas.

*[...] A casa, um autêntico palacete, com lindas salas forradas de damasco, tectos todos trabalhados, com um formosíssimo jardim de frondosas árvores, algumas delas seculares. [...] O sítio era magnífico, no bairro saudável de Campolide [...]*⁷³

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 7.



Fig. 10 - Anos 30. Procissão no espaço do colégio.

Desta vez tratou-se do Palacete do Visconde de Abrançalha, na Rua Artilharia Um, perto do Parque Eduardo VII. Em 20 de Abril de 1935, feitas as necessárias adaptações, para lá foi transferido o Colégio D. Estefânia. O novo espaço ficou conhecido como Colégio do Parque, em virtude da sua localização geográfica na cidade.



Fig. 11 - Colégio do Parque (actual Externato do Parque)

O Colégio era frequentado por 150 alunas internas e 30 externas, que transitaram da Quinta das Calvanas. Manteve a mesma orientação, garantindo aulas de Instrução Primária, Curso Geral dos liceus, Aulas Complementares de Língua Francesa e Inglesa e Desenho Artístico.

A frequência do número de alunas foi sempre a aumentar, devido à sua localização, aos bons êxitos nos exames, mas, sobretudo, devido ao seu modelo de ensino e de formação, que, devidamente adaptado aos tempos, era o modelo construído no extinto Colégio do Quelhas. Antes como agora, educar as meninas num colégio confessional era a melhor maneira de formar jovens para uma vida adulta responsável, ou seja garantir uma educação que cultivasse a moralidade a religiosidade e os bons costumes, apesar de características de um sistema educacional conservador. Comum aos colégios religiosos, quer masculinos, quer femininos, este modelo tinha como objectivo garantir uma instrução humanizada, onde a cultura, a fé e a religião fossem realidades integradas.

Tal como no Colégio do Quelhas, também neste se realizava a “Academia”, no final de cada ano lectivo. Era composta por um conjunto de actividades, nomeadamente uma prova pública de aproveitamento escolar, festa, execuções de peças de teatro e musicais de piano, canto, para além de diálogos em francês, português e italiano. Havia também distribuição de prémios relativos ao melhor aproveitamento em diversas matérias, como catecismo e história sagrada, português, francês, aritmética, geometria, geografia, desenho, pintura a aguarela, música, costura, bordados e comportamento.

Estes prémios constavam de medalhas de prata suspensas de fitas de cores, de acordo com a disciplina a que o prémio se referia. Tinham numa face a alusão ao mérito e, na outra, as iniciais do colégio. As medalhas relativas ao comportamento eram maiores e douradas, suspensas de largas fitas brancas com franjas em dourado, que as meninas colocavam ao peito com palavras escritas em letra gótica, registadas a ouro.



Fig. 12 - A aluna Maria da Glória Gonçalves Simões, conhecida por Loló ou Glorinha, à saída do Colégio - 1943.

74

Bem pode imaginar-se como estes eram momentos importantes de convívio intergeracional (porque os pais e familiares deviam assistir) e como estimulavam as educandas no seu processo de crescimento.

Depois de obras de ampliação na Quinta das Calvanas, resultantes da contínua necessidade de resposta a múltiplos pedidos, formaliza-se a abertura, em 1936, de novo Colégio, designado *Colégio de Santa Doroteia*. A partir de então, o Colégio do Parque passou a funcionar como externato e semi-internato, tendo a sua frequência aumentado para o total de 300 alunas. As internas deveriam instalar-se todas nas Calvanas. Igualmente para ali foram transferidas as alunas de Sintra, onde as Doroteias tinham também aberto um Colégio. Ao todo, o Colégio de Santa Doroteia abriu com 134 alunas, em regime de internato feminino. A inauguração oficial foi feita a 6 de Fevereiro de

⁷⁴ Fig.12 – Foto cedida pela Sra. Dra. Rosário Leal. Sua mãe à saída do Colégio.

1937, dia da festa de Santa Doroteia⁷⁵, de quem o novo estabelecimento recebia o nome.

Quanto ao Parque, embora a partir de 1943 fizesse questão de retomar o nome de Colégio Jesus Maria José, na prática não o conseguiu. Ao contrário, generalizou-se conhecê-lo como Externato do Parque.

Organizados finalmente os Colégios de modo a terem capacidade de resposta às solicitações, manteve-se o ritmo de adaptação às exigências do tempo. Iniciaram-se, por isso, variados cursos suplementares, de que se regista a Estenografia e a Dactilografia, que assim se vieram juntar às tradicionais aulas de Pintura, Corte, Arte Aplicada, Piano, Solfejo, Francês e Inglês.



Fig. 13 - Aula de Pintura e Desenho - 1937

⁷⁵ Padroeira da Congregação fundada por Paula Frassinetti



Fig. 14 - Aula de Laves - 1937



Fig. 15 - Sala de Aula



Fig. 16 - Meninas na missa - Anos 50



Fig. 17 - Preparação de uma festa - Anos 50



Fig. 18 - Alunas - 1941



Fig. 19 - Aula de Ginástica - Anos 60

A par das exigências do tempo, as Irmãs Doroteias não descuraram nunca os valores. Nas duas fotos de conjunto (Figs. 18 e 19) podemos observar a importância que a disciplina e a ordem tinham na Instituição. Considerava-se então que os uniformes usados no dia-a-dia e os usados para a actividade desportiva permitiam um maior controlo dos corpos. Eram, além disso, o símbolo da escola, carregando consigo o peso da tradição. De algum modo estava subjacente a ideia de que, por essa identificação aumentava a responsabilidade. As alunas deviam, pois, manter um comportamento exemplar e honrar a instituição onde eram educadas, mesmo fora dela. Além disso, o uniforme deveria desenvolver nas alunas um sentimento de união grupo, fundamental no desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens.

Retomando a vida do Colégio de Santa Doroteia, que recebeu alvará de funcionamento em 1937, acrescenta-se que, no ano lectivo de 1937/1938 para além do *curriculum* oficial e da formação humana *cristã e integral, em permanente diálogo com a cultura e a vida da época*, já há registos de que *as alunas assistem a conferências culturais, sessões de rádio, visitam fábricas, museus e exposições e dão passeios culturais*.



Fig. 20 - Colégio de Santa Doroteia

Nesta perspectiva de formação integral e resposta atempada às exigências da época, foi inaugurado, em 1946, o “ringue” de patinagem. Depois, entre 1947 e 1958, o Colégio foi objecto de sucessivas melhorias e ampliações. Continuava então a responder às exigências do tempo, na senda do modelo de educação característico das Doroteias e tão bem ensaiado nos Colégios portugueses desde 1866.

3.3. As Características do ensino nos Colégios e Escolas das Doroteias

Paralelismo nos Programas

Sistematizemos agora alguns dados relevantes, que vêm sendo apontados ao longo do texto.

A Instrução Feminina concebida no século XIX limitava-se ao *curriculum* oficial, que se manteve quase inalterado do Liberalismo à República. Para o primeiro grau de instrução esse *curriculum* baseava-se no "saber ler, escrever e contar" e noções de religião e moral⁷⁶. Porém, nas escolas das Doroteias, respeitando embora o oficial, fazia-se ensino específico de leitura, redacção (com ortografia e em estilo ordenado, claro e elegante), aritmética, história, geografia, línguas estrangeiras e literatura, doutrina cristã, canto música, pintura e desenho. Estes programas genéricos eram, no entanto, adaptados às regiões e ao meio social onde as Irmãs Doroteias se fixavam. Assim acontecia em Lisboa, no Colégio Jesus Maria José, que nos ocupa. Respeitando as normas oficiais, ali foram adoptados, logo em 1870, e substituindo a anterior "livre escolha da superiora", os livros aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, "tais como *Lugares Selectos*, *Gramática* de B. J. Oliveira". Com eles se apresentou a exame, no Liceu Nacional de Lisboa, uma primeira aluna. Os esforços foram coroados de êxito, tendo, logo em 1871, havido exames públicos, na sequência dos quais foram atribuídos prémios às alunas melhores classificadas. As alunas foram examinadas pelo professor do Liceu Nacional de Lisboa, Dr. Manuel de Azevedo Gonçalves Franco, na presença de perto de cinquenta pessoas⁷⁷. O Paralelismo pedagógico só muito mais tarde viria a ser conseguido. No Colégio de Santa Doroteia em Lisboa ocorreu no ano lectivo de 1975/1976.

A partir de 1873 passou a ser utilizado o sistema de informação às famílias, por meio de impressos com o aproveitamento de cada aluna, "tanto

⁷⁶ António Nóvoa, *Do Mestre Escola ao Professor do Ensino Primário - Subsídios para a História da profissão docente em Portugal (Séc. XVI-XX)*. Universidade Técnica de Lisboa, ISEF, 1986, p. 33.

⁷⁷ Maria do Céu Nogueira, *História da Província [...]* vol. I, op.cit., p. 72.

nas letras como no trabalho". Também eram indicados os pontos disciplinares mais importantes e eram fixados os períodos de férias do Natal, da Páscoa e do Verão, sendo este último de mês e meio. Era também registado no mesmo impresso a licença para as alunas irem a casa no dia do seu aniversário e no dos pais⁷⁸.

Tendo sido comprovada a dedicação das Irmãs Doroteias à juventude feminina, foi-lhes legalizada a sua obra de ensino, com a aprovação dos estatutos⁷⁹. Para efeitos legais e de acordo com as exigências do tempo, a Instituição, que abrangia todos os Colégios, passou a designar-se por "Associação de Santa Doroteia":

[...] Artigo 1º A "Associação de Santa Dorothéa" constitui-se como associação de carácter religioso, nos termos das leis do país, e como tal propõe-se manter, observar e propagar a Religião Catholica e Apostolica Romana, que é a religião do Estado.

Art.2.º A Associação destina-se:

1.º A ministrar educação e ensino a pensionistas internas e externas;

2.º A ensinar gratuitamente as filhas do povo e habilitá-las em casa de labor e asylos a ganharem honestamente a vida.

§ unico. A associação propõe-se também o ensino da doutrina cristã às crianças nas freguesias, de acordo com os respectivos parochos e com a auctorização dos prelados diocesanos.

Art. 3.º A associação compõe-se de sociais protectoras e de sociais activas, concorrendo as primeiras com os donativos que quizerem, sem jôia de entrada nem quota fixa, e as segundas com o seu trabalho.

§ unico. As associadas conservam todos os direitos individuaes como a lei civil estabelece e reconhece.[...]

Art. 5.º A associação subordina-se-ha, no que respeita ao espirital, ás auctoridades ordinarias portuguesas, e no que toca ao temporal, á inspecção do Estado, tudo nos termos da lei do país.

Art. 6.º Logo que os estutos forem aprovados pelo Governo, sujeitará a associação á aprovação do governador civil do respectivo districto o regulamento interno de cada um dos seus collegios que de futuro sejam fundados, antes de os abrir, e que ficam sujeitos ás leis que regulam a instrucção pública.[...]

Desta Associação faziam-se Assembleias Gerais, com as respectivas Actas, que eram comunicadas ao Governo, conforme (**Apêndices nºs 10 e 17**).

⁷⁸ Idem. *Ibidem*, p. 73.

⁷⁹ Estatutos publicados no *Diário do Governo* nº 237, de 21 de Outubro de 1901.

Tinham também os Colégios Regulamentos próprios⁸⁰ e Livros de Matrículas (**Apendice nº. 15**), em que constava a idade de admissão das educandas que, salvo raras exceções devidamente comprovadas deveriam ter entre 6 e 12 anos. Conforme já ficou referido, os documentos necessários para admissão das alunas eram: a certidão de baptismo e o certificado de vacinas.

O ano lectivo decorria entre o mês de Outubro e o mês de Julho, começando as férias grandes a seguir à festa da distribuição de prémios.

O *curriculum* escolar incluía uma parte de formação religiosa, uma parte literária e uma parte artística. O *curriculum* religioso abrangia o ensino do Catecismo (História Sagrada e Eclesiástica). O *curriculum* literário correspondia a instrução primária (1º e 2º graus) e as disciplinas do ensino secundário: Português, Francês, Aritmética, Geografia e História política e universal), Literatura e Ciências naturais. O Francês e Inglês tinham a vertente prática, pois as alunas, no seu dia-a-dia no colégio, tinham de dialogar nestas duas línguas, mesmo depois do trabalho escolar. O *curriculum* artístico abrangia o estudo da Música pelo método do Conservatório Nacional, de forma a que quem quisesse poderia prosseguir os estudos no Conservatório. Acrescia o Desenho e Pintura, Costura, Bordados (a branco, matiz e oiro), Flores artificiais e Trabalhos de fantasia.

Tudo estava regulado, como convém numa comunidade educativa. Assim: à entrada cada aluna interna tinha de pagar 9.000 réis para leito de ferro, cortinados de cama, lavatório completo, guarda roupa e mobília das aulas. Mais 300 réis mensais para os divertimentos do Colégio, as festas e as Academias, e mais 1500 réis mensais para quem preferisse que a lavagem de roupa e o passar a ferro fosse feito no Colégio. As visitas dos médicos, os remédios e outros extras eram pagos suplementarmente, bem como a mensalidade.

Os adereços e roupas a serem utilizados pelas meninas, constava de uma lista elaborada pelo Colégio.

A par dos colégios para alunas internas, ou semi-internas de "boa posição social", havia a escola gratuita ou *aula externa*, de nível assistencial para as

⁸⁰ Como exemplo, o Colégio de Nª Srª de Lourdes da Guarda, de J.Pinharanda Gomes, *A Educação Feminina na Guarda*, Lisboa, Autor e Academia Internacional de Cultura, 2001, pp. 30-32.

meninas oriundas de classes mais desfavorecidas. Tudo junto, na acção com as internas e as externas e tendo presente, na mentalidade da época, que “a instrução e cultura devem ser proporcionais às várias classes sociais da alunas⁸¹, estes colégios foram um grande contributo dado à sociedade portuguesa pelas Irmãs Doroteias na instrução da infância e da juventude feminina, e também chamamento ao rigor exigido aos professores, que têm obrigação de responder às exigências das “alunas nos vários ramos de ensino⁸².

Na formação objectivada, inseria-se diariamente um tempo de reflexão. Eram 15 minutos, durante os quais se debatia um tema formativo durante Enquanto houve Internato as meninas tinha também acompanhamento personalizado pela *Mestra Geral* (Directora).

As Actividades circum-escolares nos internatos privilegiavam muito as festas de palco, preparadas com esmero. Além disso, faziam Visitas de Estudo aos Museus, Passeios Culturais, Exposições, etc..Faziam ainda parte destas actividades, tendo nelas entrado progressivamente, a Ginástica, a Patinagem, o Basket-ball, o Ping-pong, o Ténis, a Bicicleta⁸³.

3.4. Uma concepção de educação: uma prática pedagógica

As escolas da Congregação das Irmãs Doroteia seguem, ontem como hoje e com as devidas adaptações ao tempo, a *Pedagogia de Paula Frassinetti*, que se caracteriza por um acompanhamento personalizado, uma vivência activa, criadora e socializante, actuando de forma "simples e familiar". Trata-se de educar pela "via do coração e do amor", que se caracteriza pela bondade no trato, serenidade e respeito; firmeza e suavidade; doçura nas palavras; diálogo e encorajamento; imparcialidade; gratuidade. Busca-se um trabalho em espírito de equipa, que facilite a interajuda, a partilha de saberes e de experiência, a complementaridade, a disponibilidade, a confiança na união, a alegria de um melhor serviço. Enfim, que conduza a uma dinâmica de grupo caracterizada

⁸¹ *Constituições*, Parte Segunda, Regra 8; *Directório*, Cap. VI, Regra 5.

⁸² Cfr. *Directório*, Cap. IX, Regra 21.

⁸³ *Apontamentos* da Irmã Diana Barbosa, responsável pelo Arquivo da Casa Provincial das Irmãs Doroteias.

pela comunicação e participação responsáveis e criativas na construção da comunidade querida por Deus⁸⁴.

Paula Frassinetti, com a sua Intuição de educadora, foi construindo a sua prática pedagógica baseada na visão cristã do Homem, que é criado por Deus, que procura favorecer a pessoa humana em todas as suas dimensões, cultivando o espírito de família, educando pela *via do coração e do amor*, em verdadeiro diálogo no encontro com o Homem, com a natureza e com Deus. Esse espírito de família, que é caracterizado pela Simplicidade, é o lema da Congregação, *em simplicidade trabalhar*.

Interessante é pensar que a Fundadora das Doroteias, Paula Frassinetti, não tinha conhecimentos científicos de psicologia, mas tinha uma profunda intuição de como devia ser a educação, enquanto dirigida ao ser humano. Esta intuição é a fonte de inspiração do Ideário Educativo das Irmãs de Santa Doroteia, que se reflecte nas Constituições da Congregação:

Pela vocação na Igreja somos enviadas a evangelizar através da educação, com preferência pela juventude e os mais pobres. Educar para nós significa deixar-nos possuir pela pedagogia do Evangelho que leva o Homem a descobrir que é amado por Deus, a acreditar nesse amor e a crescer como pessoa até à plenitude da maturidade em Cristo⁸⁵.

No papel do educador deve existir, também, uma referência maternal e essa é outra característica da educação das Doroteias. Pode dizer-se que o espírito de família, que começou a fazer parte das novas teorias do século XIX, era sustentado pelo método de ensino das Irmãs Doroteias. Educar visando procurar mudanças na sociedade, tornando-a mais justa e fraterna.

⁸⁴ www.externatodoparque.com/projecto_po.html [02-11-2009].

⁸⁵ [C.26] *Constituições* de 1851, revistas e aprovadas definitivamente em 1981, conforme directrizes do II Concílio do Vaticano.

CAPÍTULO IV - OS ESPAÇOS DO COLÉGIO DE SANTA DOROTEIA

As coisas das quais nos ocupamos, na fotografia, estão em constante desaparecimento e, uma vez consumado, não dispomos de qualquer recurso capaz de fazê-las reaparecer.

Henri Cartier-Bresson

Utilizámos para este capítulo algumas fotografias que decifrámos e interpretamos como documento e memória. Como fontes iconográficas, as fotografias são imagens que contam histórias, expressam conhecimentos, valores, hábitos e práticas de um determinado momento. Materializam lembranças que fazem com que a memória perdure para além do tempo. Toda a fotografia tem atrás de si uma história, um resíduo do passado, sendo certo que uma única imagem contém em si um inventário de informações; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida⁸⁶.

A fotografia [...] revoluciona a memória: multiplica-se e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica⁸⁷.

Algumas das fotos que nos foram cedidas pela responsável do Arquivo da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia tinham referências cronológicas e de conteúdo que nos ajudaram a compreender melhor o universo das escolas, sobretudo a complexidade do seu quotidiano. As imagens permitem-nos outra leitura, diferente da narrativa, uma vez que o seu efeito é mais imediato. Por isso as usamos.

⁸⁶ Boris Kossoy, *Fotografia e História*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2001, p. 101.

⁸⁷ Jacques Le Goff, "Memória", in *Enciclopedia Einaudi*, Lisboa, I.N.C.M., 1985, vol. I p. 39.



Fig. 21 - Capela do Colégio

A capela é um espaço fundamental dos colégios religiosos. Era o lugar onde se celebrava diariamente a Eucaristia, onde se rezava o Terço, um lugar de culto ao Santíssimo Sacramento, ao Sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora, de devoção aos Santos, entre os quais se encontra a Madre Fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia – ao tempo do nosso estudo ainda “Beata” – e hoje Santa Paula Frassinetti.



Fig. 22 - Paula Frassinetti (Pintura de Gianbattista Conti - 1930)

ESTRATTO D'ATTO DI NASCITA E DI BATTESIMO

PARROCCHIA DI S. STEFANO IN GENOVA

NEL Registro delle Nascite e di Battesimo per
l'Anno 1896 risulta al N.º 1495 quanto segue:

L'Anno del Signore 1896 ed alli 5 del mese
di Maggio alle ore 8

è nato un fanciullo di sesso femminino

figlio di Giovanni Battista Frassinetti fu Giuseppe

e di Angela Viale di Paolo Coniugi

cui fu amministrato il Battesimo, e sono stati imposti

i nomi di Paola Angela Maria

Fu Padrino Paolo Viale

Madrina Anna Frassinetti fu Giuseppe

In fede, Genova dalla Parrocchia di S. Stefano

li 28 Aprile 1896

P. Luigi Viale

VISTO PER LEGALIZZAZIONE

GENOVA DAL PALAZZO ARCHEOLOGICO

ADDI 28 Aprile 1896

L'INCARICATO CANCELLIERE

P. Carlo Spennordini

TIR. LIT. SORDO-MUTI - GENOVA



Fig. 23 - Extracto do Registo de nascimento e de baptismo de Paula Frassinetti



Fig. 24 - Refeitório do Colégio de Santa Doroteia

O refeitório era de um grande requinte. A beleza dos azulejos, a forma como o espaço estava organizado, a disposição das mesas, a louça, os talheres, tudo o que as cobria, os ornamentos florais eram sinónimo de bom gosto. Podemos, através destas imagens, constatar que os seus utilizadores tinham certamente um comportamento característico de um *saber estar*, onde não faltariam as boas maneiras, que, naturalmente, ali também eram exercitadas. Ainda podemos observar ao fundo da sala de refeições um quadro da Ceia de Cristo, que abençoava os que por lá passavam, assim como as refeições daqueles que as tomavam. As refeições começavam e terminavam com orações.

Ao fundo existe um púlpito, que servia para as mestras vigiarem as meninas, nos seus gestos e comportamentos, pois as jovens tinham de estar preparadas para o ingresso nos novos valores e padrões da vida social.

Uma das principais regras dos Colégios das Irmãs Doroteias era a de manter as jovens sob controlo e vigilância. Santa Paula dizia que, para que o processo educativo funcionasse, era necessário: *vigilância, disciplina, limpeza e ordem* e agir com *firmeza e suavidade*, para que as jovens pudessem obedecer.

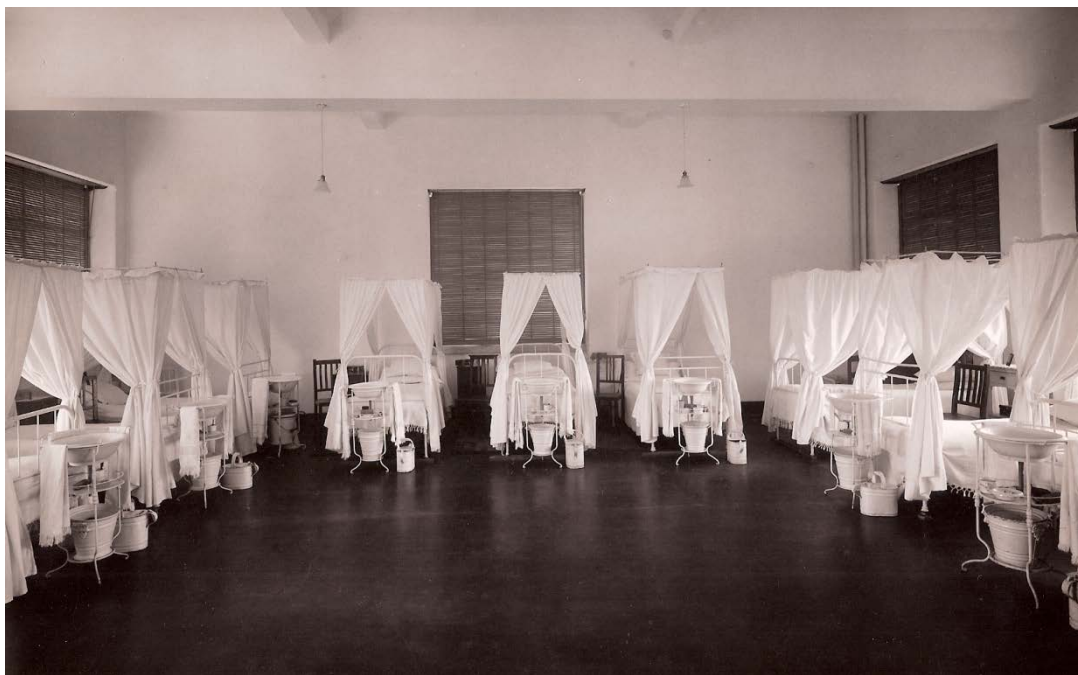


Fig. 25 - Dormitório - 1937



Fig. 26 - Dormitório - 1952



Fig. 27 - Dormitório - 1952



Fig. 28 - Dormitórios individuais - 1952. (Pormenor à direita)

As imagens dos dormitórios mostram-nos o seu espaço amplo, com as camas todas alinhadas na mesma posição, assim como as cadeiras, lavatórios e seus acessórios impecavelmente arrumados. Devia ser assim no quotidiano! Havia bastante arejamento, luz natural, que jorrava através de janelas de grande dimensão. Tudo dava conforto e era garante de um ambiente saudável. A higiene, a ordem e a disciplina eram, pois, inerentes à educação feminina daquela época, onde a mulher era educada para ser boa esposa, mãe e boa dona de casa.



Fig. 29 – Sala de aula – 1937



Fig. 30 - Sala de aula – 1960



Fig. 31 - Sala de aula

Ao analisarmos estas três fotografias, podemos constatar que as salas de aula eram amplas e muito bem organizadas. As condições de iluminação e arejamento eram excelentes, o que certamente proporcionava às alunas mais conforto e mais saúde.

A presença simbólica da religiosidade católica é evidenciada pelo crucifixo, que se encontra na parede da sala de aula, ao meio ou por cima da secretária do professor.

A organização do mobiliário evidencia o rigor e a disciplina, bem mostrado pelas carteiras todas alinhadas. Nas fotografias, podemos ver os vários mapas, certamente necessários para o ensino da geografia, bem como a régua, o esquadro, o transferidor, tão necessários ao ensino da geometria. E o quadro em ardósia? Ali, tudo se ensinava! Todos estes elementos são sinais da existência de um processo pedagógico disciplinador, em que a ordem e a competência da Instituição se materializam neste *espaço/tempo*.



Fig. 32 - Gabinete de Ciências Naturais 5º. Ano - Anos 60



Fig. 33 - Aula de Química 4º. Ano - Anos 60



Fig. 34 - Laboratório - Anos 60

Nestas três fotografias do Gabinete de Ciências Naturais e do Laboratório de Química, encontram-se animais embalsamados, esqueletos, conchas do mar e outros objectos, expostos em vitrinas e em armários, alguns mesmo colocados sobre a mesa de trabalho, assim como livros, microscópio, tubos e balões de ensaio, reagentes e alguns “posters”.

Estas imagens são indicadoras da existência, no Colégio, de uma prática pedagógica inovadora e indicadora de um certo planeamento metodológico e orientação didáctica para o ensino das ciências, isto é, uma abertura à

experimentação, com observação de alguns elementos que compõem a natureza.



Fig. 35 - Gabinete da Mestra-Geral - 1952

O Colégio tinha no topo do seu corpo docente a Mestra Geral, que estava sob a dependência e orientação da Superiora. Tinha a seu cargo, para lá do ensino, a formação moral e religiosa das alunas – o trato individual com as educandas. Compunham ainda o corpo docente do Colégio “As Mestras de Estudo e as Mestras de Trabalho”.



Fig. 36 - Sala de Visitas - 1952

Nesta sala de visitas podemos, mais uma vez, verificar como tudo está organizado, obedecendo a um rigor e disciplina. Era aqui que as educandas recebiam a visita dos seus familiares e amigos, nos dias marcados para o efeito. A disposição do mobiliário sugere a possibilidade de visitas simultâneas e de conjunto.

O quadro exposto na parede lateral com a imagem do Sagrado Coração de Jesus é sinal grande devoção das Doroteias a esta expressão do mesmo Deus.

CONCLUSÃO

*Dentro de ti,
Do teu coração,
há uma obra de arte,
única,
irrepetível.
Cada dia és desafiado
A aperfeiçoar
A obra de arte
Que tu és*

MM, sj⁸⁸

Este trabalho quase dispensava uma conclusão, pois ela vem sendo deixada ao longo destas páginas. De qualquer modo e para não fugir à metodologia clássica, aqui deixamos alguns apontamentos dos aspectos mais relevantes do nosso estudo.

O ensino das irmãs de Santa Doroteia tem sido, ao longo de mais de século e meio, pautado pela excelência, na sua qualidade. Nele encontramos, desde o primeiro momento, a pedagogia de Paula Frassinetti e um método em construção. Isso foi possível constatar no processo que analisámos para o Colégio de Jesus Maria José, no Quelhas. Respeitando as exigências do ensino oficial, construiu-se um modelo visando uma educação integral, que ainda permanece no Colégio de Santa Doroteia. Mantendo a dinâmica imprimida pelo princípio orientador, “*educar pela via do coração e do amor*”, as Irmãs Doroteias criaram e desenvolveram nos seus colégios um ambiente familiar, natural ao crescimento humano, no qual cada pessoa é ela mesma. Tudo isso em clima de disciplina, de rigor e de seriedade, com firmeza e suavidade, sem castigos corporais, privilegiando o essencial, acreditando nas capacidades de cada aluna e contribuindo para as rentabilizar.

A orgânica dos colégios tem sido, ao longo do tempo, fortemente hierarquizada, mas sem compartimentos estanques. O diálogo, sempre presente, dá sentido ao cumprimento dos regulamentos, mesmo se eles impõem regras e disciplina. Mas a grande novidade destes colégios foi o

⁸⁸ Manuel Morujão, Sacerdote Jesuíta.

método de educação *inteiramente suave e maternal*⁸⁹. O seu objectivo foi, concretamente no século XIX, preparar mulheres, não apenas para serem esposas e mães, mas mulheres esclarecidas e instruídas que soubessem intervir na sociedade. Uma sociedade com regras, em que a liberdade de cada um termina quando fere ou choca com a liberdade de outro. Assim se respondia à grande lacuna, porventura ainda vivida no nosso tempo, da omissão da mulher na vida pública. A dinâmica conseguida, alicerçada numa sólida formação moral e religiosa, deu e dá ao ensino/educação das Doroteias uma marca especial.

A tudo se junta o cumprimento exacto e rigoroso de uma prática de ensino/aprendizagem, que tem passado por fases diversas, de acordo com as exigências do tempo, mas que não abdica da valorização pessoal. Nesse processo foram fundamentais as actividades complementares, que encontraram a sua expressão maior em festas, teatros, passeios, numa busca de enriquecimento dos valores individuais, que ajudassem a dar sentido à vida de cada uma das educandas.

Paula Frassinetti, hoje ainda permanece viva nas suas religiosas. Ela foi e é o modelo de educadora, à frente no seu tempo, pela contemporaneidade do seu "Projecto Educacional", enquadrado no que chamamos de *Escola Nova*, que tem inspiração em Rousseau e que se baseia [...] *numa pedagogia do interesse de auto-educação activa e crítica permanente. É voltada para a comunidade onde se insere, sendo eminentemente humanista. Deseja conciliar o trabalho espiritual com o trabalho manual, desenvolvendo a criatividade na criança [...]*⁹⁰.

⁸⁹ Maria do Céu Nogueira, *op.cit.*, p. 363.

⁹⁰ Miguel, Monteiro, *Ilha Pedagógica*, Lisboa, Plátano Editora, 1987, p. 23.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

- **Arquivo das Congregações (AC) - Associação de Santa Doroteia**
 - Livro 716 - Matrícula das alumnas no collegio de Jesus Maria José -1894 a 1909.
 - Livro 1251 - Matrícula das Alunas Externas Gratuitas - 1895.
 - Livro 1144 - Matricula das Educandas do Colégio de S. José - Vila do Conde -1876.
 - Livro 1253 - Receitas e Despesas de Alumnas (1885-1897).
 - Livro 715 - Inspecção pelo Subdelegado de saúde aos espaços e à alimentação e higiene, do Colégio Jesus Maria José (1891-1894).
 - Livro 1190 - Atestados, certificados de vacinas e certidões de baptismo.
 - Livro 1236 - Planta geral dos edifícios das Doroteias e Jesuítas ao Quelhas.
 - Diário do Governo, nº 237 de 21 de Outubro de 1901- Estatutos
 - ACTAS - Livro 718, fls 1 a 11.
 - Acta da Sessão da Assembleia Geral para a eleição do Conselho Director.
 - Acta da sessão do Conselho Director para a eleição Direcção ou Mesa Administrativa.
 - Acta da Direcção.
 - Acta da sessão de discussão e aprovação do Orçamento Ordinário da receita e despesa para o ano económico de 1902 a 1903.
 - Acta da Sessão Ordinária da Assembleia geral em 25-8-1902.
 - Acta da aprovação das contas referente ao anno economico de 1902 a 1903.
 - Livro 711 - Receitas e Despesas das Alumnas (1908 - 1910).

- Livro 270 - Reclamação dos bens das Extintas Congregações Religiosas Processo de reclamação do súbdito britânico, Joseph Bramley, dos bens patrimoniais do Colégio do Quelhas.
- **Arquivo do Jornal O Século**
 - *Ilustração Portuguesa* nº 244 de 24 de Outubro de 1910.

ARQUIVO PARTICULAR

- **Arquivo da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia**
 - Documentos
 - Espólio Fotográfico

BIBLIOTECAS

- Biblioteca da Academia Portuguesa da História.
- Biblioteca Nacional de Portugal.
- Biblioteca Municipal Central- Palácio das Galveias da C.M. Lisboa.
- Biblioteca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

LEGISLAÇÃO

- Decreto nº. 19 244 de 16 de Janeiro de 1931 - 1º. Estatuto do Ensino Particular.
- Decreto nº. 20 613 de 5 de Dezembro de 1931 - 2º. Estatuto do Ensino Particular.
- Decreto nº. 22 842 de 18 de Julho de 1933 - 3º. Estatuto do Ensino Particular.
- Lei nº. 2 033 de 2 de Julho de 1949 - Lei de Bases do Ensino Particular.
- Decreto nº. 37 545 de 8 de Setembro de 1949 - 5º. Estatuto do Ensino Particular.
- Decreto-Lei nº 41 192 de 18 de Setembro de 1957 - Revisão do 5º. Estatuto do Ensino Particular.
- Lei nº. 5 de 25 de Julho de 1973 - Reforma do sistema educativo (Reforma Veiga Simão).

BIBLIOGRAFIA

ADÃO, Áurea

O Estatuto Sócio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951), Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian - Instituto da Ciência, 1984.

ALMEIDA, Fortunato de,

História da Igreja em Portugal, vol. III, Barcelos, Livraria Civilização, 1970.

ARAÚJO, Helena Costa,

"Precocidade e Retórica na Construção da Escola de Massas em Portugal", *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, p. 168.

BADINTER, Elisabeth

L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle), Paris, Flammarion, 1980, p. 238.

BARROSO, J.,

A Escola Pública: Regulação e Desregulação, Privatização, Edições Asa, Lisboa, 2003.

BARTHES, Roland

A câmara clara, trad. Manuela Torres, Edições 70, Lisboa, 2006.

BOAVENTURA, Edivaldo M.

Metodologia da Pesquisa "Monografia, Dissertação, Tese", São Paulo, Editora Atlas, 2004.

CARVALHO, Rómulo

História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação até ao Fim do Regime de Salazar - Caetano, 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CATROGA, Fernando

"O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)", in *Análise Social*, Vol. XXIV, nº 100, 1988, pp. 211-273.

CHINI, Ricarda (ir.)

Paula Frassinetti um dom de Deus, 2ª edição, Província Portuguesa, 2005.

Constituições do Instituto de Santa Doroteia de 1851 (revistas e aprovadas definitivamente em 1981).

COTOVIO, J.,

O Ensino Privado, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2004.

DE GIORGIO, Michela

"O Modelo Católico", in DUBY, Georges, PERROLT, Michele (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Editora Afrontamento, 1994.

Dicionário de História de Portugal, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, volume VII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999.

ECO, Humberto

Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

ESTEVÃO, Carlos,

"Ensino Particular e Cooperativo: a face oculta do ensino estatal" *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 4, nº 2, 1991.

FRADE, Pedro Miguel

Figuras do Espanto – a Fotografia antes da sua Cultura, Colecção Argumentos, Edições Asa, Porto, 1992.

FRASSINETTI, Paula

Cartas, 1º. vol., Lisboa, Província Portuguesa das Religiosas de Santa Doroteia, 1987.

FRASSINETTI, Paula

Cartas, 2º. vol., Lisboa, Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1987.

FREUND, Gisèle

Fotografia e Sociedade, col. Comunicação e Linguagens, trad. Pedro Miguel Frade, Mafra, 1995.

FURTADO, José Afonso, BARATA, Ana

Mundos da Fotografia – Orientações para a constituição de uma Biblioteca Básica. Centro Português de Fotografia, s.d..

GOFF, Jacques le

"Memória", in *Enciclopedia Einaudi*, Lisboa, I.N.C.M, 1985, vol. I, p. 39.

GOMES, Joaquim Ferreira

"O Ensino da Pedagogia e da Psicologia nas Escolas Normais Primárias", *Anais*, 42, III Série, vol. 1, coord., Fátima Reis, Academia Portuguesa da História, Tipografia Abreu, Sousa & Braga, Lda., Braga, 2008, pp. 49-120.

GOMES, J. Pinharanda

A Educação Feminina na Guarda, Lisboa, Academia Internacional da Cultura portuguesa, 2001.

GONÇALVES, Miguel, MORAIS, Carlos Bizarro, LOPES, José Manuel Martins

Repensar a Escola Hoje: O Contributo dos Jesuítas, Lisboa, Universidade Católica, ALETHEIA, 2007.

História de Portugal, dir. de José Matoso, quinto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

História Religiosa de Portugal, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2002.

KOSSOY, Boris

Fotografia & História, 2ª ed., ver. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

LARANJEIRA, Isabel Maria

Paula era assim, Irmãs Doroteias, Lisboa, s.d..

MARQUES, Ramiro

História Concisa da Pedagogia, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001.

MENDONÇA, Manuela

“A «Segunda Partida» de Afonso X e os regulamentos do Estudo Geral de D. Dinis”, in *Actas do 2º. Congresso Histórico de Guimarães*, vol. IV, Guimarães, 1996, p. 301.

MONTEIRO, Miguel Corrêa

Os Jesuítas e o Ensino Médio, Coleção de Estudos de História- Número 1, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2011.

MONTEIRO, Miguel

A Ilha Pedagógica, Lisboa, Plátano Editora, 1987.

MOURA, Maria Lúcia de Brito,

Lusitana Sacra. Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1996/1997, separata de "As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação".

NOGUEIRA, Maria do Céu

História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1866-1910, 1º. vol., Linhó, 1967, Texto mimeografado.

NOGUEIRA, Maria do Céu

História da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1866-1910, 2º. vol., Linhó 1967, Texto mimeografado.

NOGUEIRA, Maria do Céu

História da Revolução e Dispersão da Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia, 1973. Texto mimeografado.

PIMENTEL, Irene Flunser

Mocidade Portuguesa Feminina, 1ª edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007.

PROENÇA, Maria Cândida

Educar. Educação para Todos. Ensino na I República, Lisboa, Centenário da República 1910-2010, Parquescolar, 2011, p. 65.

RODRIGUES, António Augusto Simões, MARTINHO, António Manuel Matoso

"Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação", *O ensino particular entre a liberdade e as restrições legislativas*, 20-23 de Junho 2008, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto .

ROSSETO, Rosa

Paula Frassinetti "... em bicos de pés", Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1988.

SEABRA, Eurico

A Igreja, as Congregações e a República, Lisboa, 1914.

SERÉN, Maria do Carmo

Metáforas do sentir Fotográfico, Porto, Rocha Artes Gráficas, 2002.

VAZ, Camacho Marília Isabel Santinho Camacho

O Colégio Jesuíta de Campolide (1858-1910), Dissertação de Mestrado em Didáctica da História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, exemplar policopiado, 2006.

VILLARES, Artur

As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ON-LINE

<http://cesarandrade.fot.br/frases.htm> [Consulta 12-10-2010].

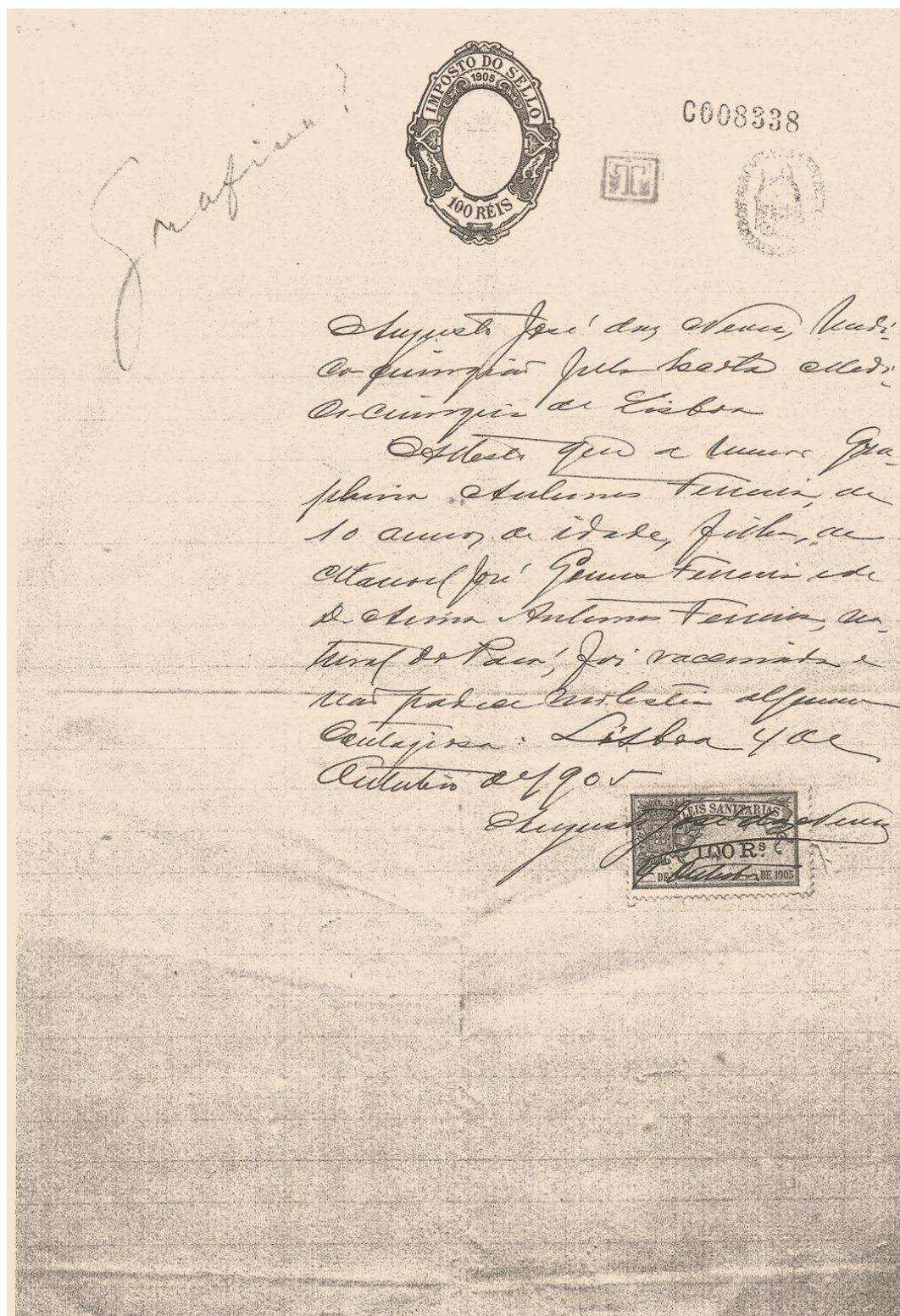
Telescola. In Infopédia [Em linha]. Porto Editora, 2003-2012. [Consulta 03-06-2012].

www.externatodoparque.com/projecto_html [Consulta 02-11-2009].

APÊNDICES

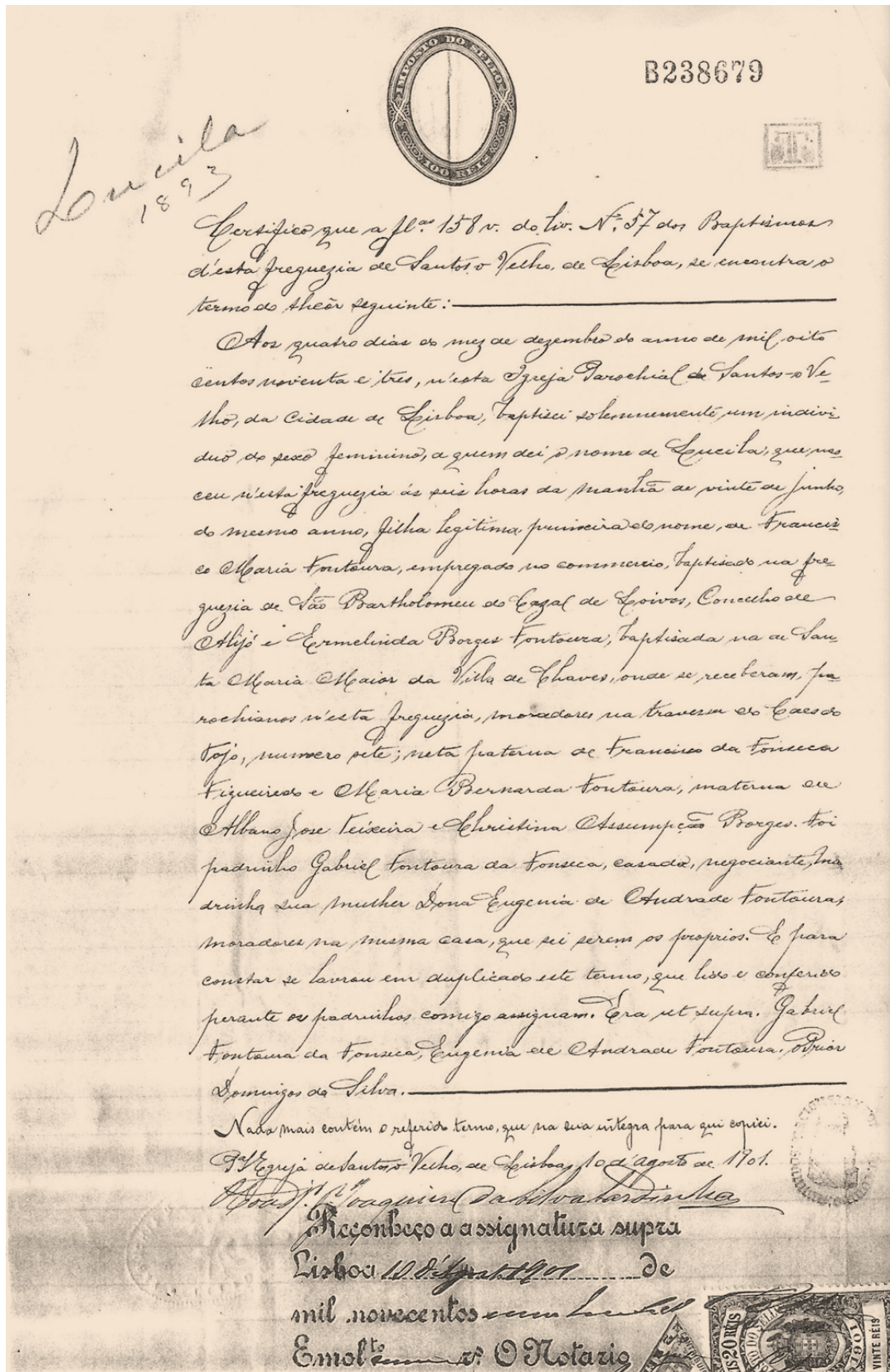
Apêndice nº. 1

Atestado médico comprovativo como a educanda está vacinada e não padece de doença contagiosa. [ANTT/AC/ Liv. 1190]



Apêndice nº. 2

Cerdidão de baptismo de uma educanda nascida na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa. [ANTT/AC/Liv. 1190]



Apêndice nº. 3

Certificado de vacinas de uma educanda oriunda da Guiana Britânica.

[ANTT/AC/Liv. 1190]

FORM No. 2.

SECTION 9.

Certificate of Successful Vaccination.


1893

I THE UNDERSIGNED, hereby certify that *Está Fernandes*
aged *9 years* of *245 Regent St. Georgetown* was vaccinated by me
in the *Colony* of *British Guiana* on the *7th* day
of *April* 1903, and found to have proved successful.

Situation of Vaccination— *Left arm*

Number of successful insertions— *3*

Dated this *14th* day of *May* 1903 : *L. de la Harpe*
Public Vaccinator,
or
Medical Practitioner.
(i.e.) M.D., or F.R.C.S.

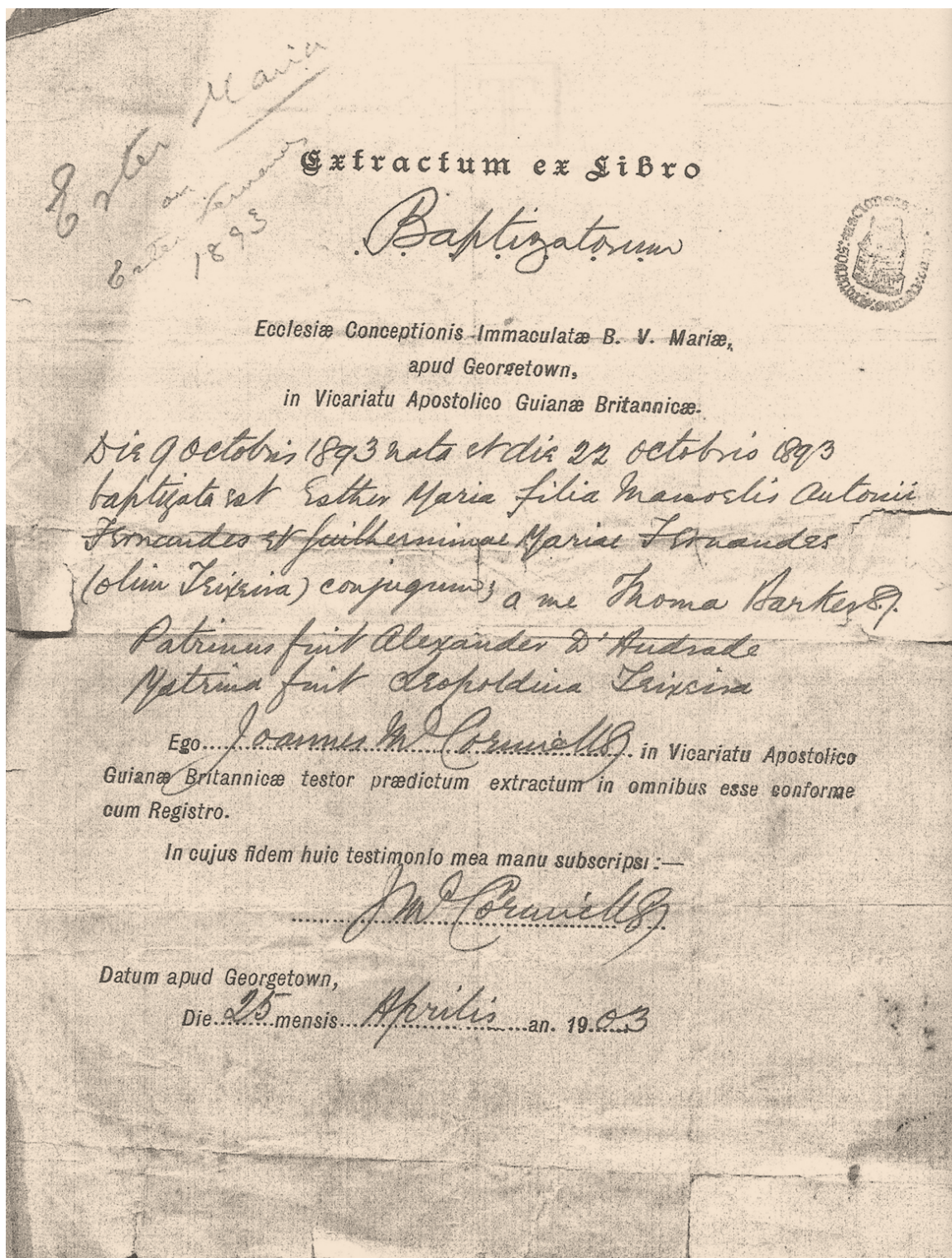


11892—R.O. 11894.

Apêndice nº. 4

Extracto do Livro de Baptismo de uma educanda nascida na Guiana Britânica.

[ANTT/AC/Liv. 1190]



Apêndice nº. 5

Conta corrente pertencente aos Jesuítas, Rua do Quelhas nº 6, referente às Doroteias nos primeiros tempos da sua instalação em Portugal, no Convento do Quelhas, em Lisboa. [ANTT/AC/Liv. 270]

julho 1886		2	Há de haver	
22	Recebi por conta do Convento			300.000
Somma				300.000
	Há de haver	300.000		
	Deve	700.000		
	Deficit	400.000		
54/Dez 12	Recebi a conta esta conta			135.000
64/Dez 14	Entregaram em Roma ao Proc. ^o = francos 258,75 =			48.175
68/Julho 20	Recebi a conta da viagem em 12/8/88			145.000
"	Recebi o resto e a conta da viagem em 12/8/88			38.030
Somma				366.225
	Deve	738.030		
	Há de haver	366.225	Deficit	371.805

3		Dezem	Há de haver	
1869	Transporte			371.805
elbarco 3	Pelo convento da parte do convento que nos foi dada			1.000.000
"	Quota do ciza			84.000
"	Quota da escritura			2.530
1870 Agosto 21	Dado as messas p. ^a a b. ^a			200.000
76 ^o 3	da messas p. ^a a m. ^a			100.000
4	da messas p. ^a a m. ^a			200.000
87 ^o julho 22	Recebi a conta da h. ^a D. Theresa			1500.000

1870			
Fevereiro 5	Recebi da Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Theresa de Castro Saldanha a conta em		
	12 p ^{os} off. que sua irmã prometteu às Doroteias p. ^a compra de compra	4000.000	
11	Entregues ao P. ^o Pedro Baines do Seminario dos Ingleses a con-		
	ta da compra do dote do Convento	2.500.00	
Julho 22	Recebi da m. ^{ma} Ex. ^{ma} Sr. ^a e a m. ^{ma} conta	2.000.000	
Agosto 5	Entregues ao P. ^o Pedro Baines a conta da compra supra	4.500.00	
X 1870 31/12	Recebi do Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Theresa os juros de 2.000 off. do semestre desde o		
	1 ^o de Maio de 70 a 31 de Março de 71 a 5%	50.000	
	Dado às Doroteias em 21 de Agosto, 2 e 4 de Maio de 70 (vide retro)	500.00	
Julho 22	Dado à Missão a conta da Divisão	1.500.00	
X 1870 31/12	Recebi da m. ^{ma} Sr. ^a p. ^a os juros do semestre futuro	50.000	
1870 1	Recebi da m. ^{ma} Sr. ^a a conta da conta supra	3.000.000	
1870 12/1871	Entregues ao P. ^o Pedro Baines em saldo da compra supra	2.940.00	
	e mais os juros de 5% desta m. ^{ma} quantia, sendo pagos pela		
	Ex. ^{ma} Sr. ^a D. Theresa os juros de 1840.000 off. p. ^a um anno	92.000	
	E pela Missão os de 500 off. e pelas Doroteias os de outros 500 off.	50.00	
		9.100.000	9.084.00

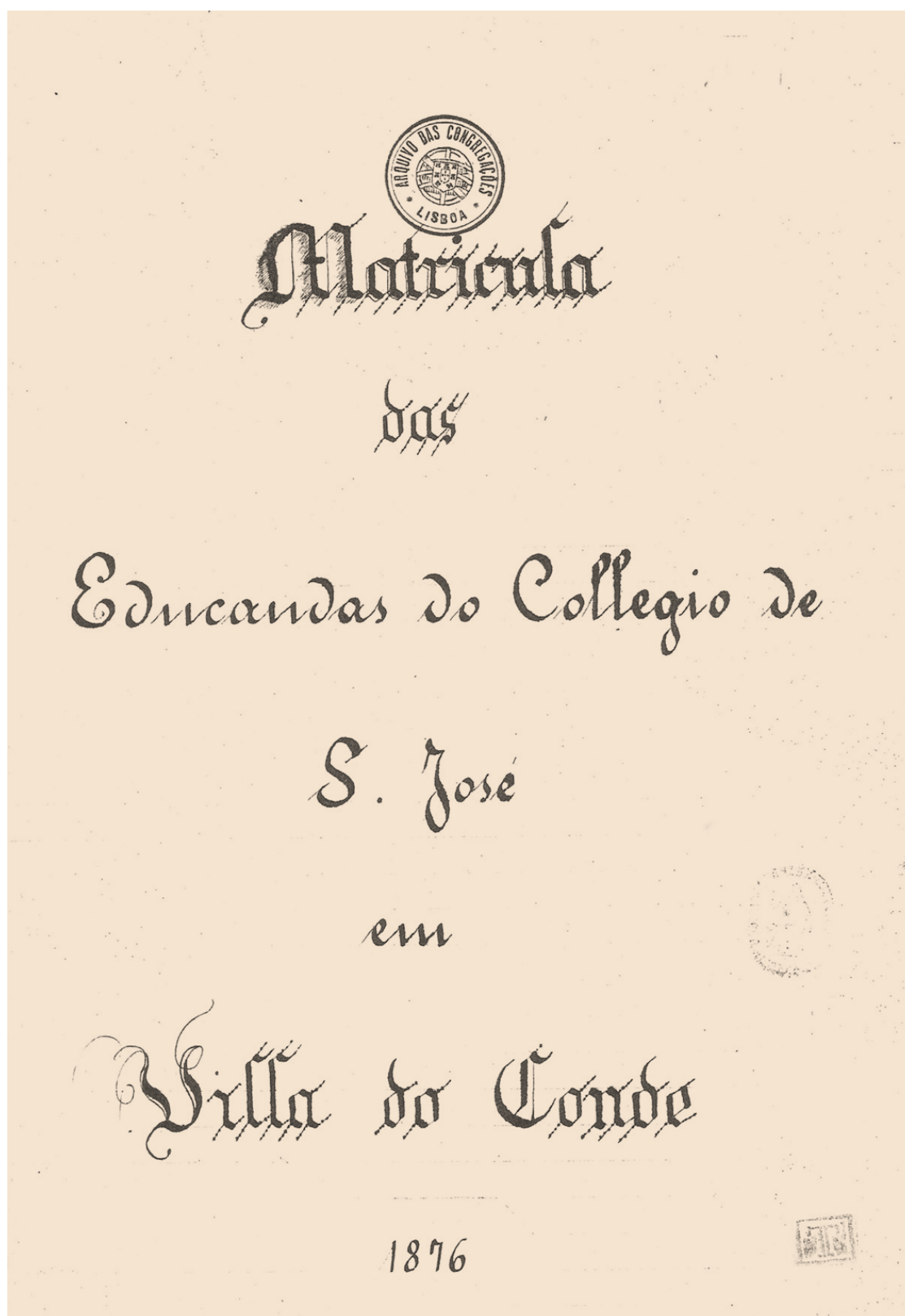
Ex. ^{ma} Sr. ^a Superiora das Doroteias			
do P. ^o Sr. ^a pela compra do Convento		7.940.000	
Dividendo recebido em 2 de Agosto 1870 e 4 de Maio de 71		500.000	
juros de um anno destes 500 off. a 5%		25.000	
Empréstado pelo P. ^o Fidei-comissário		371.805	
Quota da casa pela parte do Convento dada à Missão		84.000	
D. ^a da Escripção desta compra		2.530	
Tam a receber dinheiro dado por D. Theresa			
de Saldanha e Castro (vide retro)		9.000.000	
		8.923.335	9.000.000
Hav a haver 9.000.000			
Deve	8.923.335		
Saldo	76.665		
1870 12/71 = Saldo esta conta com a Superiora			
das Doroteias.			

col. Superiora	agosto 1872	T	Juni	5	Na de Hacia
Do Passaporte Port.				340.00	
Do Italiano				217.00	
De 1 sello p. ^a a certidão do médico				050	
Procuração da m. Teresa				150.00	
Reconhecimento da certidão do Médico				050	
Passagem das duas irmãs = 14 lib				60.000	
Reconhecimento da certidão no Consulado				1050	
De ir a bordo do vapor Hesp.				350	
Ho 8 Salde esta conta				71.620	
Ho 10 Recebi p. ^a conta da col. Superiora				1.500.000	
17 Dei p. ^a 14.000 excidos Hesp. a 26,70				1.456.860	
p. ^a 1 p. ^a de prata				14000	
Salde esta conta				1.774.350	1.500.000

Apêndice nº. 6

1ª página do Livro de Matricula das educandas do Colégio de S. José.

[ANTT/AC/Liv. 1144]



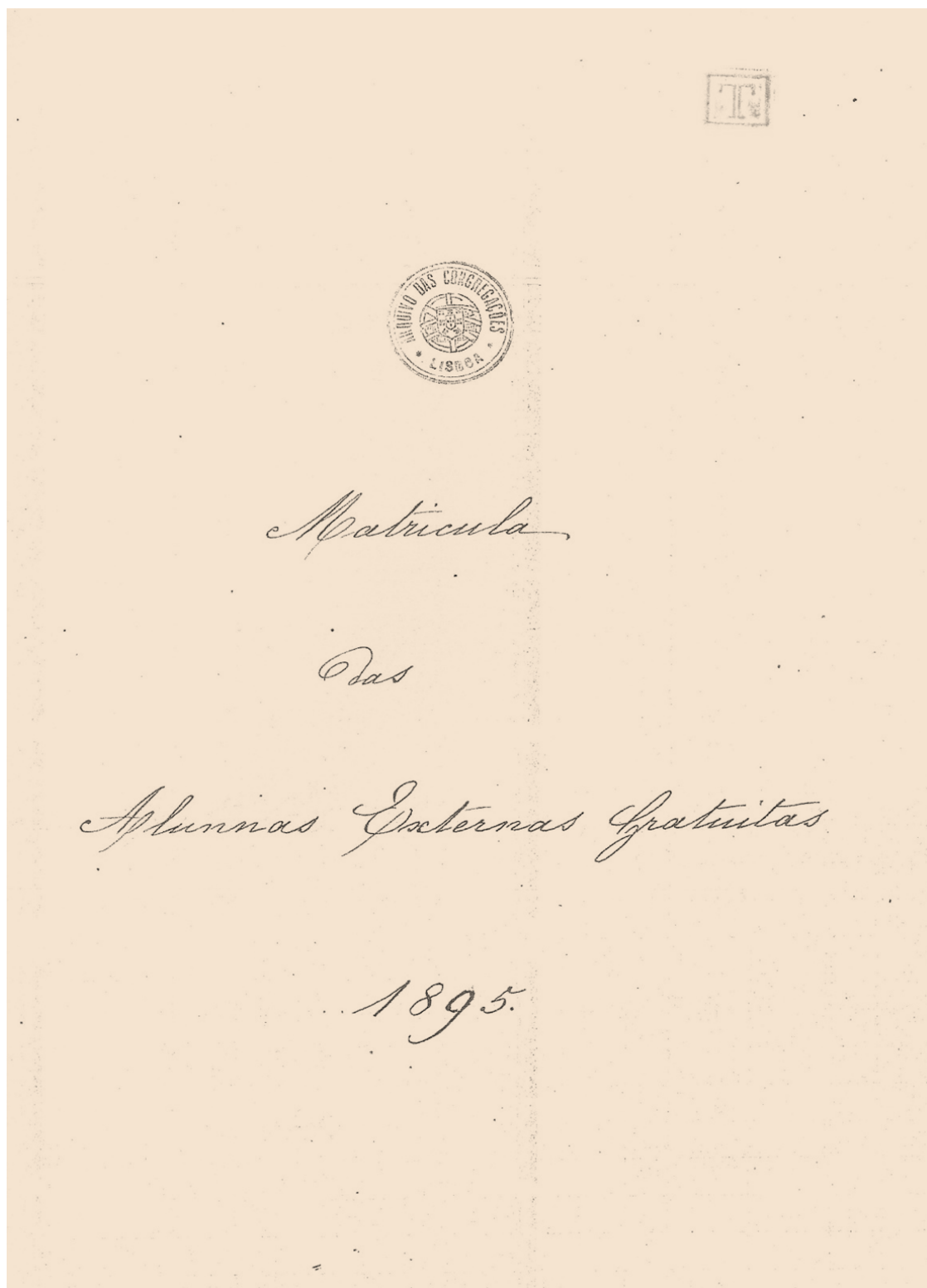
Apêndice nº. 7

Lista de educandas, com o respectivo nome, idade, filiação e profissão dos pais. [ANTT/AC/ Liv. 1144]

	Nome	Idade	Filiação	Profissão
151	Maria Pereira Aguiar	10	D. Antonio Pereira Aguiar	Capitalista
156	Mirinda de Cruz Mariz	10	D. Antonio de C. Mariz	Proprietario
157	Olivia Miranda	18	Francisco Jose de Miranda	Proprietario
158	Anna Emma Salazar	20	Vicente de Albergani de S. Pedro	Proprietario
159	Beatriz Martins	8	Francisco Martins	Capitalista
160	Maria Carlota Cyrne Sousa	19	Antonio Cyrne de Sousa	Proprietario
161	Hermencia B. de Almeida	15	Antonia de Almeida	Dona de casa
162	Laura Vessadas Bete lho.	14	Manoel J. Bete lho.	Desembargador de 1.ª Instancia

Apêndice nº. 8


1ª página do Livro de Matrícula das alunas da aula externa. [ANTT/AC/Liv. 1251]



Apêndice nº. 9

Lista de alunas da aula externa, nome, idade, filiação e profissão dos pais.

[ANTT/AC/Liv. 1251]

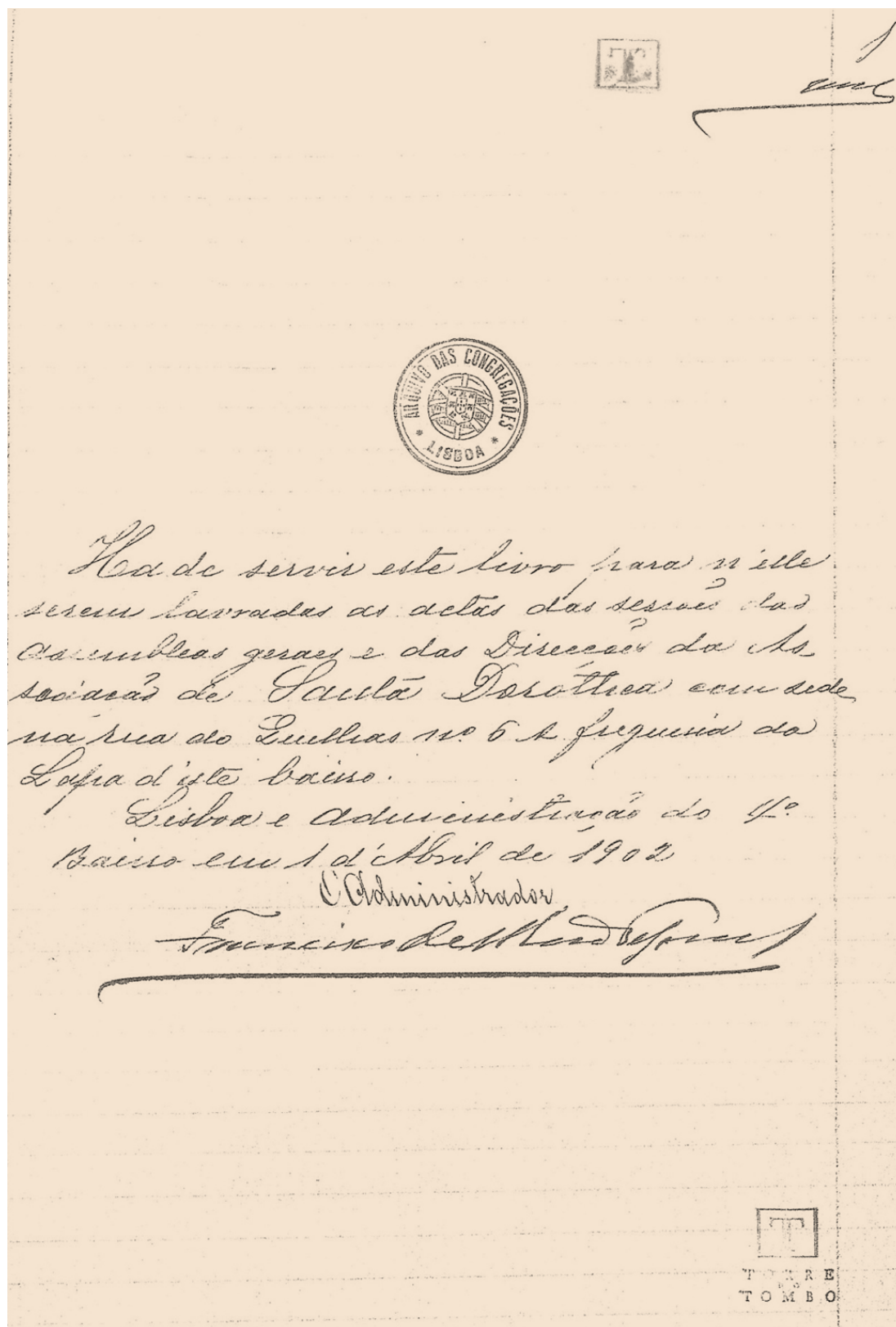


N.ºs.	Nomes das Meninas.	Idade.	Filiação.	Profissão.
1	Alice Gomes	10	Antonio Gomes	Trabalhador
2	Amelia Ferreira	9	Marcellino Ferreira	Carpinteiro
3	Angela Ponte	7	José Ponte	Entalhador
4	Antonia Lapa	10	Joaquim Lapa	Trabalhador
5	Anna da Piedade	9	Joaquim Gomes	Carpinteiro
6	Carlota de Jesus	9	Maria Quintella	Sriada
7	Cristina Julia	10	Rosa Maria	Engomadeira
8	Blandina Patarata	7	Francisco Patarata	Pedreiro
9	Carolina Lopes	12	Marcellino Lopes	Carpinteiro
10	Delphinia Gomes	9	Antonio Gomes	Alfaiate
11	Eglia da Silva	11	Joaquim da Silva	Operario
12	Emilia Soares	12	Bento Soares	Pescador
13	Felicidade Pitarata	13	José Pitarata	Trabalhador
14	Felicidade Saraiva	13	Maria Saraiva	
15	Fausta D' Oliveira	15	José D' Oliveira	Movem
16	Maria Eugracin	16	Maria Marques	
17	Maria G. Pinto	14	Manoel Pinto	Operario
18	Laura Lima	7	Bento Lima	"
19	Luiza Fernandes	9	José Fernandes	"
20	Paulina Fernandes	7	José Fernandes	"
21	Isabel da Silva	5	José da Silva	"
22	Laura Amelia	9	Filippa de Pechel	"
23	Maria da Gloria	12	Albino da Rocha	"
24	Maria Basto	8	Manoel Basto	Carpinteiro
25	Felicidade Lopes	7	Marcellino Lopes	"
26	Mathilde Ferreira	10	Manoel Ferreira	Fabrisante
27	Maria Fouteca	8	José Fouteca	Trabalhador
28	Maria Lima	10	Bento Lima	Operario
29	Maria Martins	14	José Martins	"
30	Maria D' Araujo	12	José D' Araujo	"
31	Maria de S. José	16	Antonio Fernandes	"
32	Maria da Conceição	7	Lourenço Arrochela	"
33	Maria dos Anjos	9	Bento Lima	Carpinteiro
34	Leolinda D' Araujo	11	José D' Araujo	"

Apêndice nº. 10

Termo de abertura do Livro de Actas referente aos 10 colégios existentes.

[ANTT/AC/Liv. 718]



Apêndice nº. 11

Conta Corrente de uma aluna interna do Colégio Jesus Maria José.

[ANTT/AC/Liv. 1253]

		Despesa Recreio	
15			
Maria do Geo			
Janeiro de 1885			
Mezada de Janeiro, Fevereiro, Março	30.000		
De lições de musica e aluguer de piano	2.700		
De lições de desenho	4.500		
De lavagem de roupa	4.500		
Agulhas, papel, sellos, fita etc.	275		
Surco para bordar, algodão etc. 450, calçado 300	750		
Choreographia 300, caticismo e uma peça de musica 300	600		
Grammatica p. 500, Historia sagrada 1.200	1.700		
Historia universal 1.500, leitura inglesa 100	1.600		
Testido de la, preparos, feição	6.560		
Summa R.	60.665		60.665
35			
Mezada de Abril, Maio e Junho		30.000	
De lições de musica e aluguer de piano	2.700		
De lições de desenho	4.500		
Lavagem de roupa	4.500		
De papel, sellos, fita, agulhas, refenda de Infancia etc.	1.205		
Geometria 800, catismo 300, casimira e la p. um barão 5.440	6.540		
Summa R.	55.445		55.445
70			
Mezada de Junho e Agosto		20.000	
De lições de musica e aluguer de piano	5.000		
De lições de desenho	3.000		
Lavagem de roupa	3.000		
Papel, sellos, fitas etc. 445, livros francezes 600	1.045		
Mezadas para o bordado e desenho etc. etc.	595		
Calçado por varias vezes	2.610		
Summa R.	36.050		36.050

16

T

	Despesa	Receita
Moradia d'Outubro, Novembro e Dezembro	30 000	
De livros de musica e aluguer de piano	8 700	
De livros de desenho	4 500	
De lavagem de roupa	4 500	
Papel, feltas, miudezas etc 555, afinação 250,	805	
Arranjo do vestido branco 2440, luvas 500, botas brancas 1.200,	4 740	
Moldura 500, ta, etc, 85, arranjo d'almofada 5.000,	5 525	
Summa Rs.	58 830	58 830
Moradia de Janeiro, Fevereiro e Março de 1886	30 000	
De livros de musica e aluguer de piano	8 700	
De livros de desenho 4.500, lavagem de roupa 4.500,	9 000	
Livro d'estudo e dito de piedade 600, papel etc, 370,	1 040	
Miudezas para desenho, exemplares etc	545	
Calçado 750, bretanha para a toalha 2400, miudezas 625,	3 775	
Uma tesoura	370	
Summa Rs.	53 430	53 430
Despesas de medico, remedios, calçado, miudezas etc,	8 700	8 700
Fin		

Apêndice nº. 12

Conta corrente de uma aluna interna, cuja mensalidade é paga com os trabalhos que seu pai executa no Colégio (obras de restauro). [ANTT/AC/Liv. 1253]

28		Despesa	Receta
<i>Ízilda Moura Nº 31</i>			
		Esta mensina entrou no 1º de Novembro de 1893, e as suas mensalidades são pagas com os pinturas da Capella, bem como as despesas extraordinarias. O importe da mensalidade é só de 10000 reis.	
O primeiro anno foi pago com as pinturas da Capella obar.			
Agora servio para receta mais o seguinte trabalho de seu pai Manuel Antonio Moura:			
A pintura dos 14 quadros das lutas da Capella a 18000 reis cada um =		110000	
O quadro do meio 16 libras =		72000	
A quadricula em volta		13000	
Os Anjos		9000	
Uma bandeira do Coração de Jesus		18000	
Receta total		364000	
Despesa			
Mensalidade do anno de 94 a 95		110000	
Idem " " 95 " 96		110000	
Idem Desde Novº de 96 ate Agosto de 97		100000	
		320000	
Descontando duas meias mensalidades		10000	
Fica saldo		310000	
Despesas extraordinarias desde Novº de 93 ate Agosto de 1894 isto é de 32 mezes.			
2 Metros de bratunha 1440 p.p. de linha 600 =		2040	
Panno p.º uns sapatas 900, um avental 350 =		1250	
Uma praeta 250, fita p.º o cabello com Agudo de 96. 500 =		750	
Mucinas 1800 libras 630, afinações de panno 475 =		24905	
Vários aprestos e mundaços p.º trab. e estudo etc		90955	
Remedios 1705 dentista 4000		57105	
Barros p.º ir ao dentista		2215	
		218220	
		334220	

29			
Sibilba Moura N.º 31		Despesa	Receita
Transporte da receita		Rs	364 2500
Atorno da despesa		Rs	334 220
Despesa da alfama da madrinha			
Seda alger 2270, mantadura 3500=		"	5 270
Extraordinarios de Outubro, Novembro e Dezembro de 96			
Linha vermelha 200, ouro e prata 2270=		1 2470	
Cambrain, setimeta e tinta p.º flores		2810	
Varios apresto etc		2865	
do dentista em Dezembro de 96		<u>2 4000</u>	
		Rs	5 2145
Extraordinarios desde Jan.º de 97 ate Agosto do mesmo			
alfadilha de prata e fita		2800	
Bulla 40 musicas 660 sedas 2780=		3 2480	
offedies duas vezes em Janeiro		1 2340	
Offirmações de pinarro		2245	
Fita preta p.º o cabelo em Agosto de 97-		2390	
alfadadura da alfama q' fez em		3 2310	
Alun livres		2600	
Fita verde		2135	
Varios aprestos etc		3 2865	
Passoio de trenca e camboir um junho		<u>1 2235</u>	
		Rs	15 2900
Despesa total		Rs	361 2035
Resumo			
Receita		Rs	364 2500
Despesa		"	361 2035
Saldo da receita		Rs	3 2465

Apêndice nº.13

Conta corrente das meninas, Amélia e Adelaide Carvalho Ramos (com extras).

[ANTT/AC/Liv. 1253]

331	
Sr. José Pinto de Carvalho Ramos. Rua da Duquesa de Bragança	
Amélia e Adelaide de Carvalho Ramos	
N.º 13 e 38. (3.º)	
1896	
Mezada de Janeiro Fevereiro e Março	668600
Licença de música e alug. de piano	178400
Libros de lectura franceza 720, Royal 200 =	8920
Trem a Lavado 205, com. 1.º e 2.º bastidos 200 =	8405
Trem no dia 16 de Dezembro	28660
Remedios 170, utens. aprestos e minudezas 2660 =	28830
Summa	908815
Desconto de 1/2 mensalidade	142000
Saldo	766815
Recebido em Janeiro	76815
Mezada de Abril Maio e Junho	33300
Passo	8700
Chassis 330, bulhas 80, banca de lousa 455	8865
Cadernos 300 extensíveis 810, Royal Readers 200 =	18310
Passeio a Lavado no dia 5 de Fev.	8800
" ao Porto no dia 20 de Março	8480
Gram. de musica 300, facpá 320	8620
Trem dos dias 23 de Fev. da Laureana	18645
Para o bazar do Carnaval	28000
Afinar de piano 670 aprestos e minudezas 680 =	18350
Medic. e remedios	18190
Summa	518960
Desconto da mensalidade de off. da estudante	142000
Saldo	376960
Trimestre da Amélia	428000
"	798960
Recebido em Abril	798960
Mezada de Julho e Agosto	31800
Instrumento particular ao alumno (3.º mes)	24000
Mezada do trem que trouxe a Amélia de P. 29 de Abril	480
Trem q. se levou ao dentista no mesmo dia	18330
Passeio da Adelaide ao P. no dia 7 de Maio	8930
Passeio de vapor 300, talagana e resta algos 615	8915
Afinar de piano 300, medic. e remedios 1480	18780
	638445

332

	Despesa	Receita
Amélia e Adelaide de Carvalho Ramos		
Transporte	63445	
Cartão 100, concerto do bastidor 70, sedes 7000	18220	
Capim 150, setim 2160 fita 90, lençóis 600 =	38000	
Utensílios de estudo e minútezas	18370	
Passeio de Amélia e Adelaide de Ramos e cambóis no dia 25 de Junho		
Summa At	692035	
Recebido em Junho		692035
Medalha de geladeira 110 ven 450, ouro 720	12280	
Enxada de folha 200 vella 220, livro de devoto 250	4670	
Passeio de trem e cambóis no dia 25 de Junho	12590	
Duas malduras 1/2400, 1/1500 =	34900	
Despesa dos bastidores de mar	184530	
Visita de medico 1300 vinho de Ramos 900 =	22200	
Apresentar, utensílios e varias minútezas	22735	
Summa At	304905	
Receitas de petição para a Adelaide	22400	
Dois murros 2300 cambónia 200 -	22500	
Mais minútezas	140	
	354995	
(Ramos) montadura Summa aloufada	42580	
	408575	
Recebido em Outubro		408575
Medalha de Outubro Nov. e Dezembro 66:600	342000	
Summa	174005	
Affirmação de prazos e minútezas	340	
Summa At	842340	
Tratamento particular ao alunas (voto e minútezas)	32000	
	874340	
Recebido em Outubro		874340

Apêndice nº. 14

Conta corrente (receita e de despesa) do Colégio Jesus Maria José entre Janeiro de 1908 a Agosto de 1910 (Aulas de Piano, Harpa, Bandolim, Rabeca, Desenho. Médico todo o ano e Mestres de pintura franceses). [ANTT/AC/Liv. 711]

Janeiro 1908.	
Parte 1. ^a	
<i>Recebido das Alumnas</i>	
<i>Quintas</i>	1800 000
<i>Pianos</i>	300 000
<i>Harpa e Bandolim</i>	40 000
<i>Desenho e pintura</i>	108 000
<i>Flora</i>	12 000
<i>Musica de piano</i>	78 000
<i>Mensalidades</i>	649 190
	<u>3017 190</u>
<i>Receita extraordinaria</i>	
<i>Recebido da Casa Provincial</i>	4350 495
<i>Gratificações</i>	13 335
<i>Alumnas</i>	13 000
<i>Recebido das Alumnas</i>	<u>4376 830</u>
	<u>3017 190</u>
<i>Recebido no dia de Janeiro 1908</i>	7394 020

Janeiro 1908		2	
		Parte 2. ^a	
<u>Despesas fixas</u>			
Despesas d'esta casa e da de Machado	145630		
Obras da capella etc	2350496		
Gaz	29060		
			2523185
<u>Various despesas</u>			
Comodas gratificacoes	3400		
Salarios dos criados e jardineiros	14320		
Escrepturarios	15000		
Melhores de todo anno	121000		
Melhores de pintura francezes etc	47000		
			201020
<u>Culto divina</u>			
Ordemado da capella	25000		
Missas 1500 hostias 2600	4100		
			29100
			2753305

T
TORRE
TOMBO

Setembro 1908.

Parte 2ª

Transporte

1:178 310

Despesa de Manutenção, ocularis

1) *Aluguer*

339 700

x

Pão

185 250

Vinhos

29 680

Alimentos diferentes

746 240

Botica, banhos

108 430

Combustível

40 560

Calçado, ocularis

76 050

1:524 010

Despesa extraescolástica

Sellos de despacho, telegrammas

13 530

Viagens, trens, autocarros

21 660

Diagnos

15 335

Leccionários, latuários etc.

18 680

Almoxarifes

433 435

502 640

Somma 16

3:204 960

Recenta

2281:145

Saldo do mês passado

952:267

Total

3:233 412

Despesa

3:204 960

Saldo em caixa

28:442

Outubro 1908.

Parte 1. ^a			
<u>Receita das Alumnas</u>			
Mensuras	1020 000		
Spicões de piumos	225 000		
Harpa - bandolins	16 000		
Receita - desenhos	80 000		
Fluores	12 000		
Aluguer de piumos e harpa	82 000		
Alumadas	237 075		
			2-272 075
<u>Receita extraordinária</u>			
Alumadas das casas	21 400		21 400
Total			2-293 475

Janeiro - 1909.

[Stamp]


	Parte 1. ^a		
<hr/>			
<i>Receita proveniente das Alumnas</i>			
<i>Mensuras</i>	1800	000	
<i>Leivos de piano</i>	250	000	
<i>Harpa e bandolim</i>	55	000	
<i>Desenho e pintura</i>	95	000	
<i>Flor</i>	16	000	
<i>Aluguer de piano</i>	85	000	
<i>Alumvelos</i>	931	845	
<hr/>			3.232 645
<i>Receita escholararia</i>			
<i>Receitas da Casa de Inarchadilha</i>	90	000	
<hr/>			90 000
			3322 645

20

Janeiro 1909

Parte 2.^a

<i>Despesas finas</i>			
<i>Despesas predial - industrial</i>	136 245		
<i>Gaz e bico avar</i>	24 495		
<i>Do Miroa amostras de estroque</i>	30 000		
			190 740
<i>Vários despesas</i>			
<i>Isenções gratificações e presentes</i>	13 500		
<i>Soladas nos encados e janelas</i>	14 320		
<i>Moedas de Amica, de Francez</i>	32 000		
<i>Escrepturario</i>	15 000		
<i>Quelico</i>	16 500		
<i>Esprequeleiros</i>	3 425		
			94 745
<i>Culto divino</i>			
<i>Ordenado do Capellão</i>	25 000		
<i>Missas 1000 Hostias 1400</i>	2 400		
			27 400
			313 785


 TORRE
 TOMBO

Setembro 1909		Parte 2 ^a	
Transporte			304 990
Despesa de mantimento ordinario			
Aluguer	32 830		
Pão	126 535		
Alimentos diferentes	838 520		
Banhos	41 865		
Combustivel	33 185		
			1.072 935
Despesa extraordinaria			
Sellos de despacho	16 200		
Viajes de missões e amicus	32 880		
Drogaria	4 560		
Divida paga ao Mendonça	2000 000		
Juro da mesma	56 000		
Divida paga a casa Provincial	42 850		
Indicadores	42 260		
Indicadores	13 470		
Abonos	53 425		
			2.249 585
Resumo			3.627 510
Receita	53 90 730		
Saldo do mês passado	283 360		
Total	3.634 090		
Despesa	3.627 510		
Saldo em caixa	6.480		

33

Outubro 1909.

		Parte 1 ^a		
<i>Receita proveniente das Alunas</i>				
<i>Receitas</i>		1280 000		
<i>Lucros de juro</i>		180 000		
<i>Harpa e banalotins e cobras</i>		60 000		
<i>Desemb. e pentuca</i>		80 000		
<i>Floras</i>		12 000		
<i>Abundantes</i>		750 700		
<i>Mugem de juro</i>		85 000		
				2447 700
<i>Receita extraordinaria</i>				
<i>Para a festa da M^{ma} M^{ma} Lupa</i>		180 000		
<i>Abundantes</i>		25 855		
				205 855
<i>Total D.</i>				2653 555

T
TOME

Junho 1910		Parte 2ª	
<u>Despesas fixas</u>			
Gas	10 640		
Água	217 800		
Decimas	43 635		
Seguros do fogo	69 830		
X Obra da Escola	500 000	X	
			839 815
<u>Various despesas</u>			
Dentista	44 000		
Gratula e gratificação	4 500		
Soldados nos curules	15 320		
Medicinas de primeira, pintura	50 250		
Spavestins	3 600		
			117 670
<u>Culto divino</u>			
Ordens de do Capellão	25 000		
Missas 500 Hostias 1400	2 200		
			28 200
			984 185

Junho 1910		Parte 2 ^a	
Transporte			984 685
Despesa de Manutenção e vestuário			
Vinte	31 950	x	
Pão	219 140		
Alimentos diferentes	1252 345		
Combustível	34 640		
			1538 075
Despesa fixas			
Sellos despachos e telegrammas	22 160		
Viagens trans. e amensuras	6 800		
Drugaria	10 860		
Loja	27 660		
Conta paga a Casa Provincial	30 000		
Quinquilhos	3 100		
Abençoados	147 225		
			247 805
Somma de			2770 065
Receta		2439 120	
Saldo do mês passado		605 390	
Total		3040 510	
Despesa		2770 065	
Saldo em caixa		270 445	

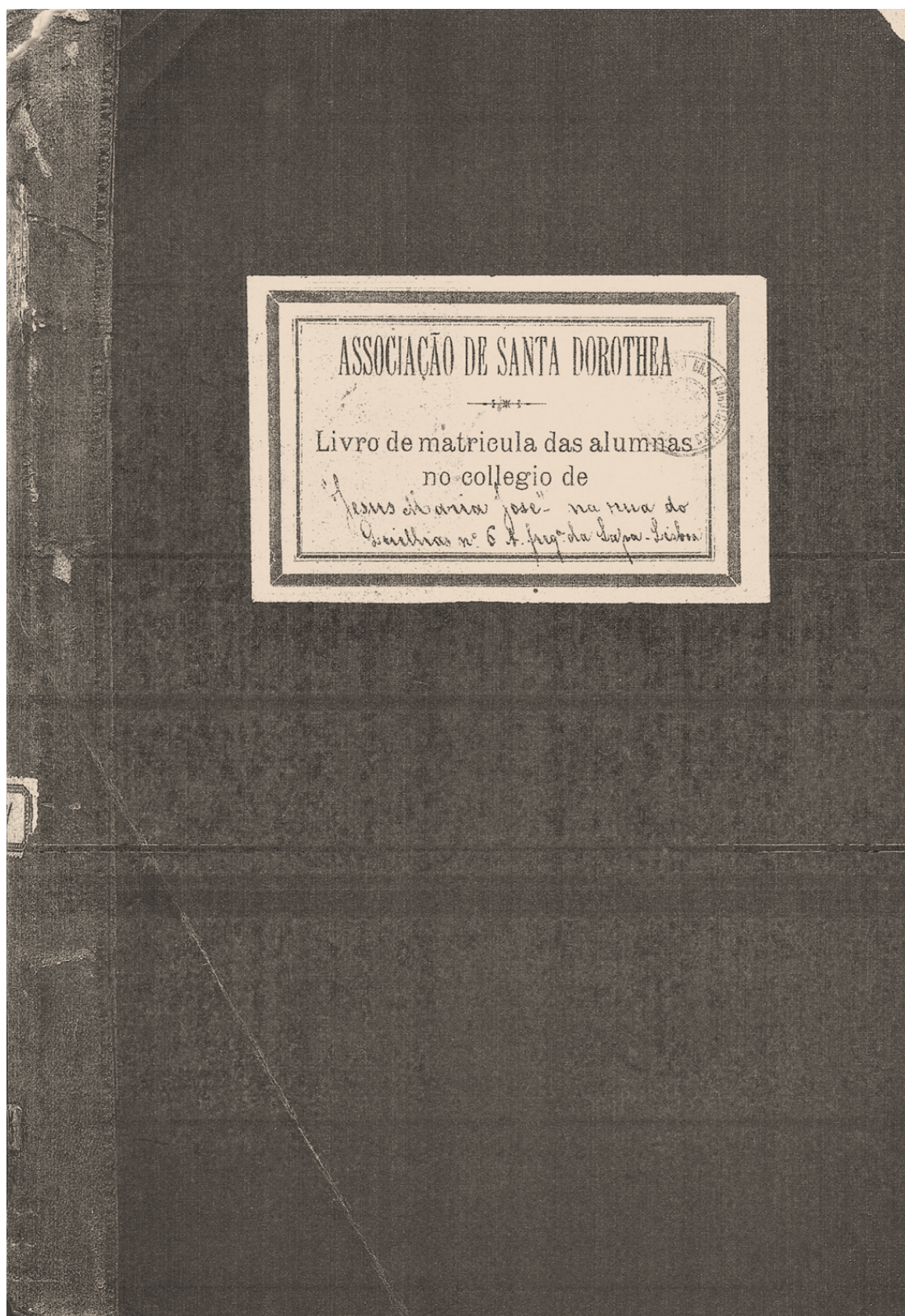
Agosto 1910		Parte 2 ^a	
Despesa de Manutenção		Transporte	108 910
Pão	204 968		
Carne	497 920		
Alimentos diferentes	723 745		
Botica e vacinas	22 655		
Quintos e lenda	38 730		
			1488 015
Despesas extraordinárias			
Sellos de despacho telegraphico	15 869		
Vingens thm, emensuários	12 630		
Organis	14 785		
Diversos pape	23 600		
Remedios	3 000		
Abundancia	297 195		
			367 075
Somma R.			1964 000
Receita	2663 720		
Saldo de mes passado	54 205		
Total	2718 925		
Despesa	1964 000		
Saldo em caixa	754 925		



TORRE
TOMBO

Apêndice nº. 15

Capa do Livro de matricula das alunas do Colégio Jesus Maria José.
[ANTT/AC/Liv. 716]



Apêndice nº. 16

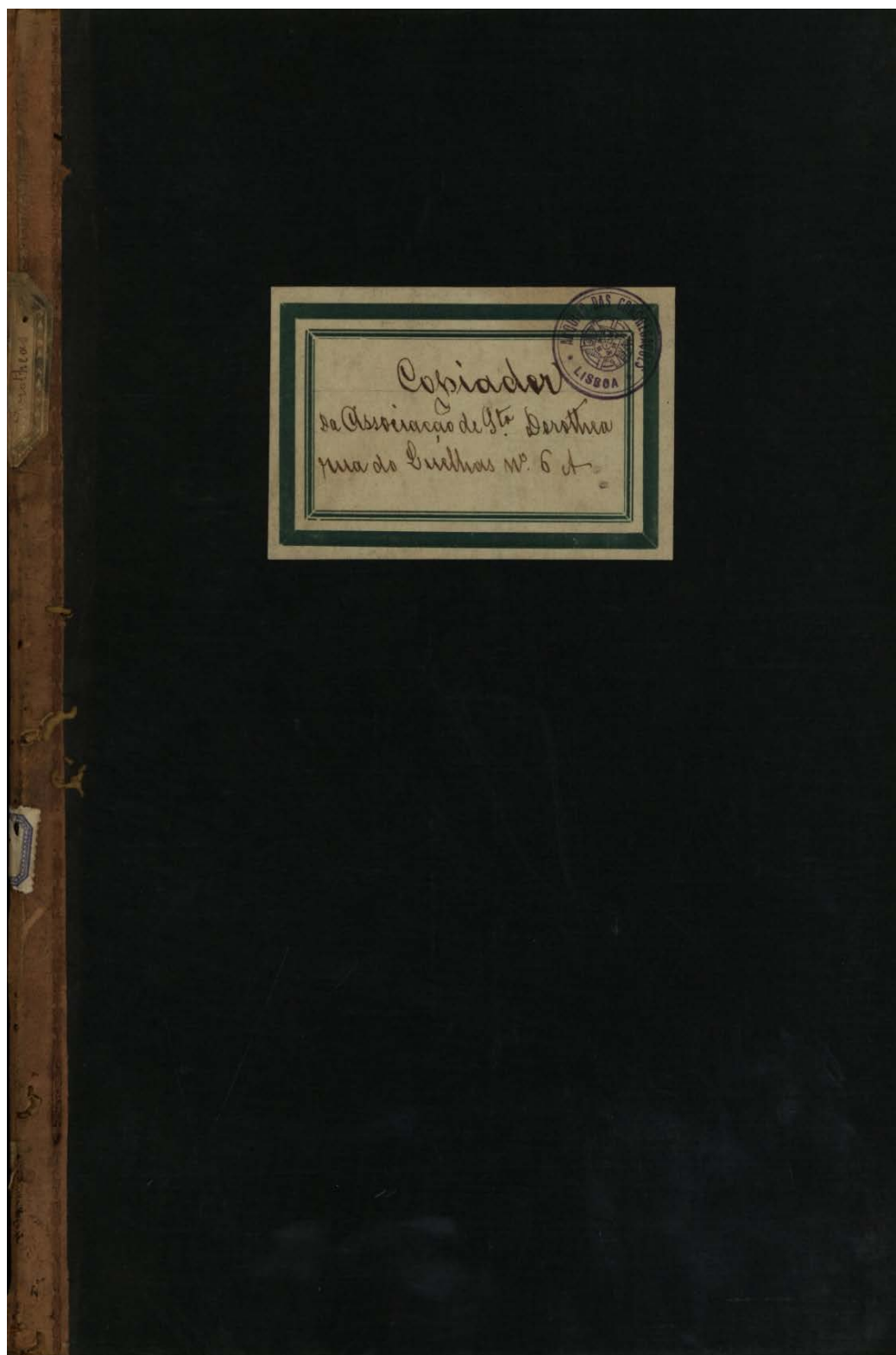
Listagem de Alunos (data de entrada, nome, idade e filiação) do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 716]

Data da entrada			Nome	Idade	Filiação
Anno	Mez	Dia			
1903	Junho	20	Esther Fernandes	10	M. Fernandes e de Guilherme Fernandes
"	"	"	Blasius Fernandes	9	Fam. ...
"	"	"	Albino Fernandes	7	Fam. ...
"	Outubro	3	Francisca Barvalhas	9	Alguem Lito Barvalhas
"	"	5	Esther de Castro	13	Paulo e Joana Castro e de ...
"	"	6	Maria Candida Rodrigues	8	M. Rodrigues
"	"	8	Luiza Castro Martins	8	St. Joaquim Castro Martins
"	"	19	Elisa de Castro	10	St. de Castro e de ...
"	"	"	Maria Luiza de Castro	8	Fam. ...
"	"	23	Anna Lima	6	Francisco Lima e de ...
"	Novembro	1	Maria do Carmo Lima	10	João Lopes Lima e de ...
"	"	4	Maria Gertrudes Gomes	15	Francisco Gomes e de ...
"	"	8	Maria Gertrudes Gomes	8	St. ...
"	"	10	Gertrudes Gomes	16	St. ...
"	"	"	Maria Gomes	18	Fam. ...
"	"	25	Flavio Gomes Rocha	11	João Gomes Rocha e de ...
1904	Januario	6	Francisca Martins Gomes	14	Francisco Martins e de ...
"	"	"	Amelia Martins Gomes	14	Fam. ...
"	"	8	Elisa de Jesus Gomes	14	Francisco Gomes e de ...
"	"	9	Maria Beatriz Rodrigues	13	M. Rodrigues e de ...
"	"	11	Rosa Carvalho	7	M. de Carvalho e de ...
"	Março	2	Virgínia da Silva	10	João da Silva e de ...
"	"	"	Candida da Silva	8	Fam. ...
"	"	23	Angela Gomes	14	M. Gomes e de ...
"	Abril	4	Francisca Gomes	11	Fam. ...
"	Maio	5	Maria Joaquina Gomes	10	João Gomes e de ...
"	"	23	Maria Gomes	13	M. Gomes e de ...
"	Junho	1	Maria Augusta Gomes	8	Francisco Gomes
"	Outubro	1	Esther Gomes	14	St. ...
"	"	3	Maria Joaquina Gomes	14	M. Gomes e de ...
"	"	5	Maria Gomes	10	M. Gomes e de ...
"	"	"	Maria Gomes	8	M. Gomes e de ...
"	"	10	Maria Gomes	10	M. Gomes e de ...
"	"	12	Maria Gomes	11	M. Gomes e de ...
"	"	15	Maria Gomes	14	M. Gomes e de ...
"	"	"	Maria Gomes	10	M. Gomes e de ...
"	"	"	Maria Gomes	11	M. Gomes e de ...
"	"	16	Maria Gomes	10	M. Gomes e de ...
"	"	"	Maria Gomes	11	M. Gomes e de ...
"	"	18	Maria Gomes	11	M. Gomes e de ...

Data da entrada			Nome	Idade	Filiação
Anno	Mez	Dia			
1904	Novembro	2	Anna Aguiar	11	Jos Aguiar e d. Anna Alentejo
"	"	"	Maria da Graça Aguiar	9	J. Aguiar e d. Anna
"	"	3	Manuela de Brito	13	Jorge de Brito e d. Adelaide Ferreira
"	"	"	Maria de Brito	12	J. Aguiar e d. Anna
"	"	"	Arminia Moraes Pinto	9	Ant. Moraes Pinto e d. Maria Fagundes
"	"	24	Maria Luiza Villares	13	d. Maria Villares e d. J. de Brito
"	Dezembro	15	Santa Reis	18	Paci e d. Aguiar
1905	Januario	9	Virginia Chantre	11	Bruto Chantre e d. Maria Nogueira
"	"	"	Virginia Chantre	10	J. Aguiar e d. Anna
"	Fevereiro	4	Maria Beatriz Araújo	13	Paulo Araújo e d. Felicia Pinheiro
"	Marco	9	Carina Fantes	12	Bruto Fantes e d. Maria Carolina
"	"	13	Emma Neves	7	Augusto Neves e d. Esther Neves
"	Março	1	Luiza Moraes Mendes	12	Adalberto Mendes e d. Augustina Mendes
"	"	"	Adalgisa Moraes Mendes	11	J. Aguiar e d. Anna
"	"	"	Flora Moraes Mendes	8	J. Aguiar e d. Anna
"	"	6	Helicia Araújo	5	António Pedro Araújo
"	"	16	Maria Zelinda Ponce Leão	9	Luiza Ponce Leão e d. Maria Leão
"	"	"	Maria Jose Ponce Leão	7	J. Aguiar e d. Anna
"	Abril	1	Maria Antónia Bureau	14	Therese Bureau e d. Antónia Bureau
"	"	"	Paulina Bureau	12	J. Aguiar e d. Anna
"	Setembro	3	Emmeline da Costa Oliveira e Figueira	14	J. Aguiar e d. Anna
"	"	10	Antoinette d'Almeida	19	António d'Almeida
"	Outubro	4	Maria Christofanete	6	Paulo Baptista Christofanete e d. Maria
"	"	"	Adelina Rolando	14	Paulo Baptista Christofanete e d. Maria
"	"	5	Amalina Nascimento	10	Manuel Nascimento e d. Maria Nascimento
"	"	"	Olivia Nascimento	9	J. Aguiar e d. Anna
"	"	"	Stella Mathias da Costa Beltrame	15	M. P. Beltrame e d. Maria Beltrame
"	"	9	Maria de Ben. Pinheiro Carrão	9	Ant. P. Carrão e d. Maria Carrão
"	"	6	Victoria Bepariu	9	M. Bepariu e d. Maria Bepariu
"	"	"	Carla Barbosa Lopes	11	Paulo Barbosa Lopes e d. Maria Barbosa Lopes
"	"	"	Maria Luiza Costa e Silva	11	Julia Costa e Silva
"	"	10	Anna Feres	18	Jose das Caras Feres
"	"	13	Maria Jose de Villares e d. Maria Antunes	11	Paulo Jose de Villares e d. Maria Antunes
"	"	14	Maria Crestofanete	13	Jos. Baptista Crestofanete e d. Maria Crestofanete
"	"	15	Maria Augusta Neves e d. Maria Mendes	13	Ant. Augusto Neves e d. Maria Mendes
"	"	16	Amelia Ferreira	12	Manuel Jose Ferreira
"	"	"	Glafira Ferreira	10	d. Maria Antónia Ferreira
"	"	"	Jacqueline Jorge da Silva	9	Ant. Augusto Silva e d. Maria Jorge da Silva
"	"	18	Amelia Augusta Ribeiro	14	d. Maria Augusta Ribeiro
"	"	"	Guineabara	"	Maria

Apêndice nº. 17

Expediente da Associação de St^a Doroteia para a Administração do 4^o Bairro de Lisboa relativamente aos Orçamentos e Contas de Gerência dos Colégios das Doroteias e para o Inspector das Escolas Primárias de Lisboa, Listagens de Alunas e de Professores, Assiduidade, Quadro Estatístico do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 719]



ARQUIVO DAS CONFERÊNCIAS
LISBOA

1902 N.º 1

Abril Ao Administrador do 4.º Bairro de Lisboa

28 Fezho a honra de enviar a V.ª o incluso orçamento geral da receita e despesa dos collegios d'esta associação para exercício do anno economico proximo, e p'ra a fine de que V.ª se deigne submettel-o a respectiva approvação. Seus Guardes etc. (a) d. Humm. Felannu. Boirelles - N.º 2

Junho Ao Admin.º do 4.º Bairro de Lisboa

9 Fezho a honra de enviar a V.ª os inclusos relacões nominas de todas as associadas d'esta associação, bem como das alumnas aqui existentes na forma por V.ª exigida em seu officio. - Seus Guardes etc. (a) d. Humm. Felannu. Boirelles - N.º 3

Outubro Ao Admin.º do 4.º Bairro de Lisboa

10 Cumprime-me responder ao off.º de V.ª sobre o n.º 84 do d.º de com.º n.º 1, que esta associação conseguiu a approvação do seu regulamento em 12 de Fevereiro proximo passado, o que V.ª foi communicado em 23 do mes n.º 1, assim pois confeccionou o seu orçamento para o corrente anno economico que foi approvado em 5 de Junho ultimo. Por esta motivo não tem cantos a prestar do anno economico de 1901 a 1902 pois que para tal não estava auctorizada, nem legalmente constituida. - Seus Guardes etc. - (a) d. Humm. Felannu. Boirelles - N.º 4

Dezembro Ao Admin.º do 4.º Bairro de Lisboa

24 No intuito de facilitar a V.ª a execução da attenção que V.ª confere a 2.ª parte do §.º do art.º 868 (transições) do decreto n.º 1 de 19 de Setembro ultimo, pedio a V.ª offenciar a V.ª a relação das professoras d'esta associação que tem leccionado nestes collegios no Collegio de Jesus Maria José d'isto

1900 Associação na área do Bairro do meu digno cargo
e M^{re} D^{na} Guard^a etc. (a) a Presidente d^a Th^{za}
Filomena Abirelles -
N.º 5

Agosto Ao Administrador do 4.º Bairro de Lisboa
30 Em addetamento ao meu officio n.º 4 de 24 de
corrente, tenho a honra de mais communizar
a V^{ra} que tambem exerceu, neste collegio, o curso
primario particular desde 1900 as seguintes professoras
de Maria da Luz Basto, Maria de Jesus Basto Almeida
e de Maria de Lourdes Pinheiro Coelho. Todas residentes
e aqui residentes - D^{na} Guard^a etc. (a) a Presidente
d^a Th^{za} Filomena Abirelles -

1900 N.º 1
Fevereiro Ao Adm^o do 4.º Bairro

15 Tenho a honra de communizar a V^{ra} que aguento
são a sede d^a esta Associação na rua do Funchal
N.º 5 A - Collegio de Jesus Maria Joas - as profes-
sas de curso primario de Maria Chugueira da Silva
Ferreira, de Carlota Gaspar e de Rosa Figueira, que
neste collegio tem leccionado instrucção primaria
desde 1898 e onde continuam a leccionar.
E como e possivel que careçam de certos taes re-
cursos e necessarios da lei, assim o communizo
a V^{ra} para os respectivos effectos de seus attestados.
D^{na} Guard^a a V^{ra} etc. (a) a Presidente d^a Th^{za}
Filomena Abirelles -

N.º 2
1900 Ao Administrador do 4.º Bairro
Abril Tenho a honra de enviar a V^{ra} o orcamen-
to ordinario, seu duplicado, e mais document-
to, da receita e despesa d^a esta Associação, para
exercicio do curso economico de 1900 a 1904, afim
de que V^{ra} se digno fazer o apuramento (a) a Presidente -

1903 N.º 1
 Julho Ao Administrador do 4.º Banco de Lisboa
 30 Tem satisfação ao officio de V.ª. sob
 o n.º 369 de 24 do corrente mes, cumprim-
 me accusar a recepção do documento
 quot. d'esta associação, approuvado para exer-
 cicio do presente anno economico —
 Deus fide etc (a) A Presidente A. Teresa
 Filomena de Minelles.

N.º 2
 Agosto Ao Administrador do 4.º Banco de Lisboa
 22 Tenho a honra de enviar a V.ª. para
 serem submettidas a approvação, as can-
 tas das collegias d'esta associação, de que
 tratam as nove adjuntas processos re-
 ferentes ao anno economico de 1904
 a 1905, processos que vão devidamente
 documentados e refutaram separa-
 damente a cada collegio, para se
 conhecer que as receitas foram appli-
 cadas ás respectivas despesas, em har-
 monia com o disposto no art.º 1.º de
 nossas estatutos, approvados em 18 de
 outubro de 1903. — Deus Guarde &c
 (a) A Presidente A. Teresa Filo-
 mena de Minelles —

1904 N.º 3
 Abril Ao Administrador do 4.º Banco de Lisboa
 22 Tenho a honra de enviar a V.ª. o documen-
 to ordinario, em duplicado, da receita e despesa d'esta
 associação para o exercicio do anno economico de 1905
 o qual vai instruido de sufficientes documentos para que
 V.ª. se digna foy-lo subm. a' respectivo conselho, a fim
 de ser approuvado. Deus Guarde &c (a)
 A Presidente A. Teresa Filomena de Minelles —

1905 N.º 7
 8 de Julho Ao Inspector das escolas primarias de Lisboa
 Com satisfação de determinação no regulamento das
 instituições primarias, cumpre-me communicar
 a V.ª M.ª que nenhuma das alumnas matriculadas
 neste collegio deu mais de oito faltas durante o
 trimestre findo. Seus V.ªs a V.ªs. Lisboa 8 de
 Julho de 1905 - Ilmo. Sr. Inspector das escolas
 de Lisboa (a) e Director -

1905 N.º 8
 14 de Setembro Ao Inspector das escolas de Lisboa
 Com cumprimento de determinação no lei de
 instituições primarias tenho a honra de enviar a V.ª M.ª
 devidamente preenchido, e incluso respectivo, seu
 delib. C.º, estatisticas do anno lectivo de 1904 a 1905,
 do collegio que dirige, de "Jesus Maria José" da
 Associação de Santa Doroteia, com sede no rec. de
 Quelhas n.º 6, freguesia de Lapa do 4.º Bairro
 d' esta cidade. - Seus V.ªs a V.ªs. Lisboa
 14 de Setembro de 1905 - Ilmo. Sr. Ins. Inspector
 das escolas da cidade de Lisboa - (a) e Director

1905 N.º 9
 19 de Setembro Ao Administrador do H.º Bairro de Lisboa
 Cumpre-me, como me cumpre, o adjectivo processado,
 ecartas d' esta associação referente aos seus mais col-
 legios e ao anno economico de 1904 a 1905, a fim
 de que V.ª M.ª se dignue fazer as remittas a estaead com
 petente para o respectivo pagamento e approvação.
 Seus V.ªs a V.ªs. Lisboa 19 de Setembro de 1905 - Ilmo. Sr.
 Director do H.º Bairro de Lisboa - (a) e Presidente
 Theresia Filomena de Meirelles

1906 N.º 10
 1.º de Junho Ao Inspector das escolas de Lisboa.
 Remittam a communicar de que nos haue feitas
 no trimestre findo.

N.º 2

As Superiores das escolas de Lisboa
Comunicando que não houve faltas na escola
durante este trimestre.

Lisboa 3 de abril de 1904

N.º 3

As Superiores das escolas de Lisboa.
Comunicando que não houve faltas na
escola durante este trimestre.

Lisboa 1 de julho de 1904

Anno de 1904 a 1908

N.º 1

As Administradoras do 4.º Bairro
Lisboa

Remetto a V.ª, como um cumprimento, para que
se dignem dar de o devido testimo, as contas
d'esta associação das dez collegias que admini-
stram, referentes á gerencia do anno como
meio findo de 1906 a 1907, cujo documento con-
ta com o seguinte, mapinha, certidão e aviso de ex-
poração, das inclusões, acompanhando este
officio um masso contendo as ordens de
pagamento e respectivos documentos de des-
pesa de cada uma das collegias. Deus Guarde V.ª
Lisboa 24 de outubro de 1907 - A Presidente
Theresa F. de Alencar

1908 a 1909

N.º 1

Relatorio do anno referido com relação as
contas do anno como meio de 1907 a 1908. Anne-
tado em data de 24 de outubro de 1908 - A Presidente
Theresa Filomena de Alencar

relativas aos annos economicos findos em 4º
de Junho ultimo cujos documentos são firmados
Lisboa 25 de Outubro de 1909-

N.º 1
1910
Ao Inspector das escolas primarias de Lisboa
Comunico a V.ª que as alumnas d'este collegio
nao deram mais de suas faltas nao justificadas
durante o trimestre findo. Deus Guarde a
V.ª Lisboa 7 de Janeiro de 1910

N.º 2
Ao Administrador do 4.º Bairro
Remetto a V.ª, como seu exemplar, devidamente
documentado, o adjunto occorrendo ordi-
nario da receita e despesa das d'ey collegios des-
ta associacao, para exercicio do autoeconomi-
co de 1910 a 1911 a fim de que V.ª se digne fazelo
seu a approbacao superior. Deus Guarde
a V.ª Lisboa 5 de Março de 1910

N.º 3
Ao Inspector das escolas primarias de Lisboa
Comunico a V.ª, como seu exemplar, que as alu-
nas d'este collegio nao deram mais de suas fal-
tas nao justificadas durante o trimestre findo
Deus Guarde a V.ª Lisboa 8 de Abril de 1910

N.º 4
Ao Inspector das escolas primarias de Lisboa
Comunico a V.ª que as alumnas deste
collegio nao deram mais de suas faltas nao
justificadas no trimestre findo. Deus
Guarde a V.ª Lisboa 11 de Julho de
1910. M.ª da Luz V.ª Inspector das
Escolas Primarias de Lisboa, A. Quinto
e a S.ª Eugénia de Souza e Holstein

N.º 5

Do Inspector das escolas de Lisboa
Remetto a V.ª como me cumpre, devidamente
preenchida e reapprazada de modo L. estatístico
do anno lectivo de 1909 a 1910 do collegio de Je-
sus Maria Jose, d'ista associacão de Santa Euzebia
Deus Guard e V.ª de Lisboa 7 de setembro de 1910
Director do 4.º Bairro de Lisboa e Holstein

N.º 6

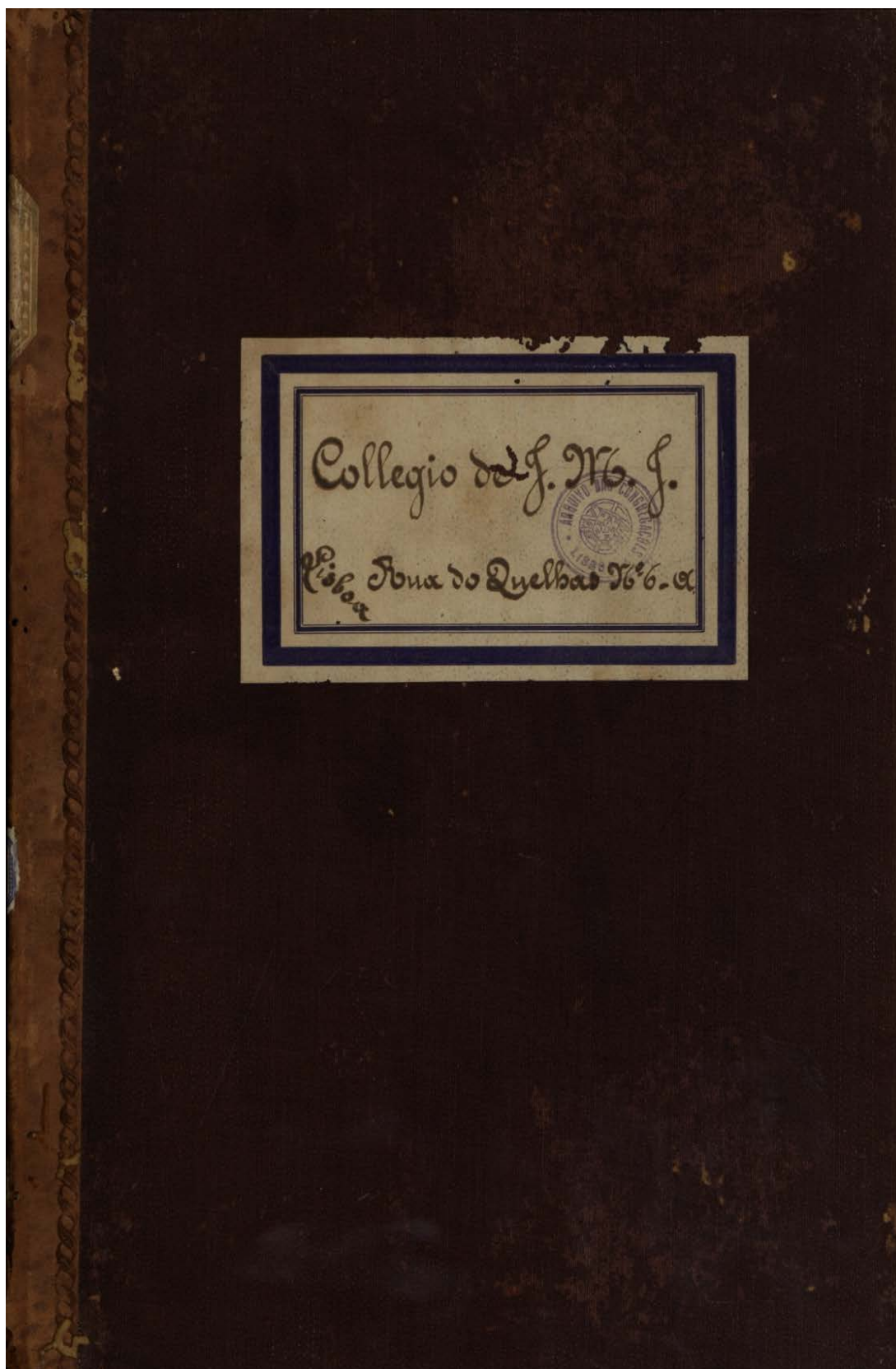
Do Administrador do 4.º Bairro de Lisboa
Remetto a V.ª como me cumpre, e adjunto pro-
cesso de contas das dez collegias d'ista associacão,
referentes a gerencia do anno economico de 1909
a 1910, a fim de que V.ª se dignue dar-lhe o
devido destino, para serem devidamente jul-
gadas. Deus Guarde a V.ª de Lisboa 22 de Setem-
bro de 1910 M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª M.ª
Lisboa, o Presidente da Com.ª Director (as) Thomaz
L. de Mirelles.

N.º 7



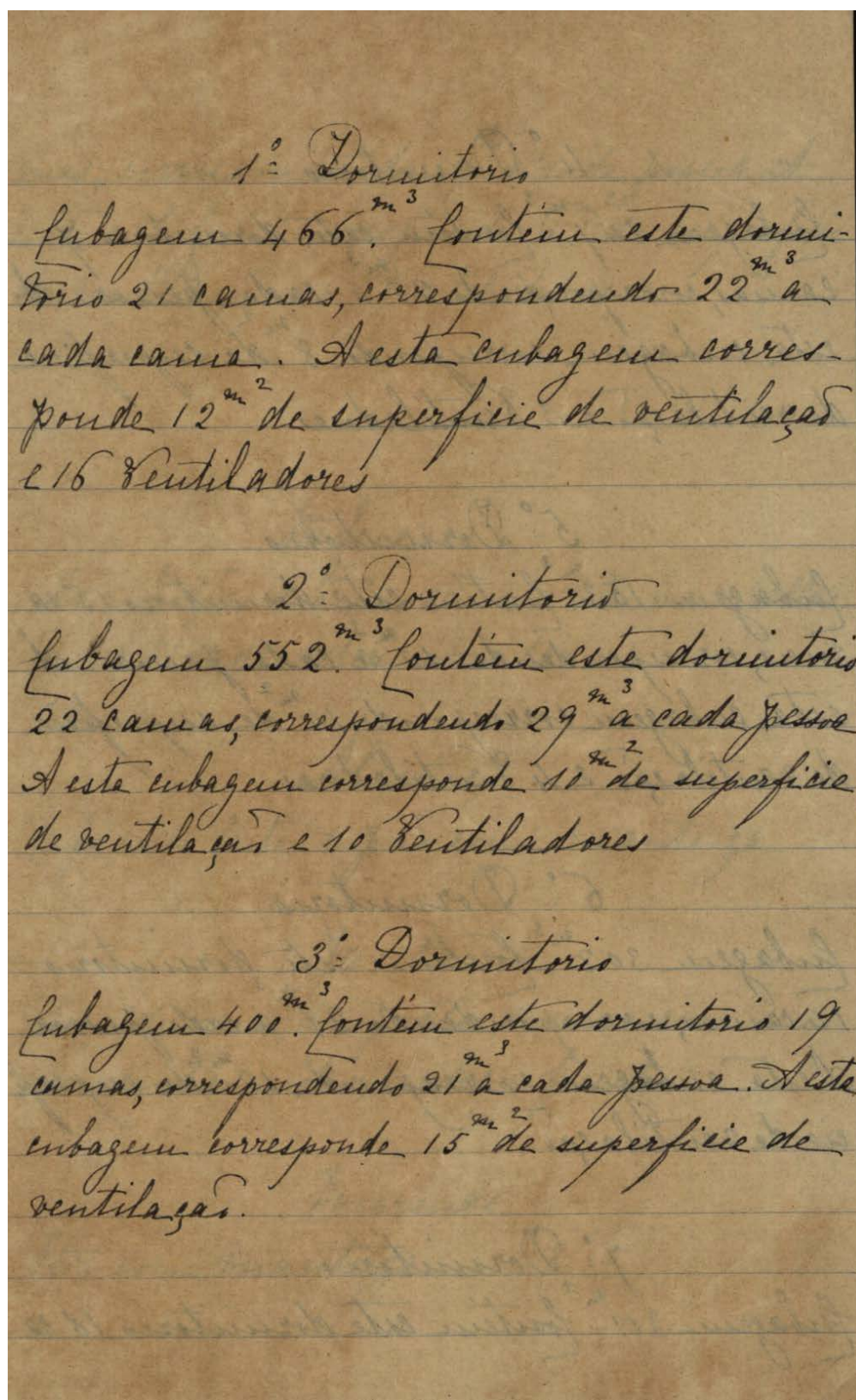
Apêndice nº. 18

Capa de documentos do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 715]



Apêndice nº. 19

Características dos vários Dormitórios relativamente ao número de camas, espaço e ventilação. Refeições com a respectiva ementa diária, composta por quatro refeições (Almoço, Jantar, Merenda e Ceia) . [ANTT/AC/Liv. 715]



4.º Dormitório

Cubagem 147 m^3 . Contém este dormitório 7 camas, correspondendo 21 m^3 a cada pessoa. A esta cubagem corresponde 8 m^2 de superfície de ventilação e 3 Ventiladores

5.º Dormitório

Cubagem 153 m^3 . Contém este dormitório 15 camas, correspondendo 10 m^3 a cada pessoa. A esta cubagem corresponde 14 m^2 de superfície de ventilação e 4 Ventiladores

6.º Dormitório

Cubagem 302 m^3 . Contém este dormitório 14 camas, correspondendo 21 m^3 a cada pessoa. A esta cubagem corresponde 12 m^2 de superfície de ventilação.

7.º Dormitório

Cubagem 311 m^3 . Contém este dormitório 18 ca-

mas, correspondendo 17^{m^3} a cada pessoa. A
esta cubagem corresponde 6^{m^2} de superfície
de ventilação e 6 Ventiladores.

Refeições

As refeições diárias são 4 e não ha n'ellas
qualidade determinada.

Almoço

Leite com leite e pão com manteiga

Jantar

Sopa de carne; dois pratos de carne com seus
acompanhamentos, vinho e fruta.

Merenda

Pão com manteiga

Leia.

Sopa de carne, e um prato de carne com
seu acompanhamento e chá. Nas quintas
e domingos tem também quicijo à casa.

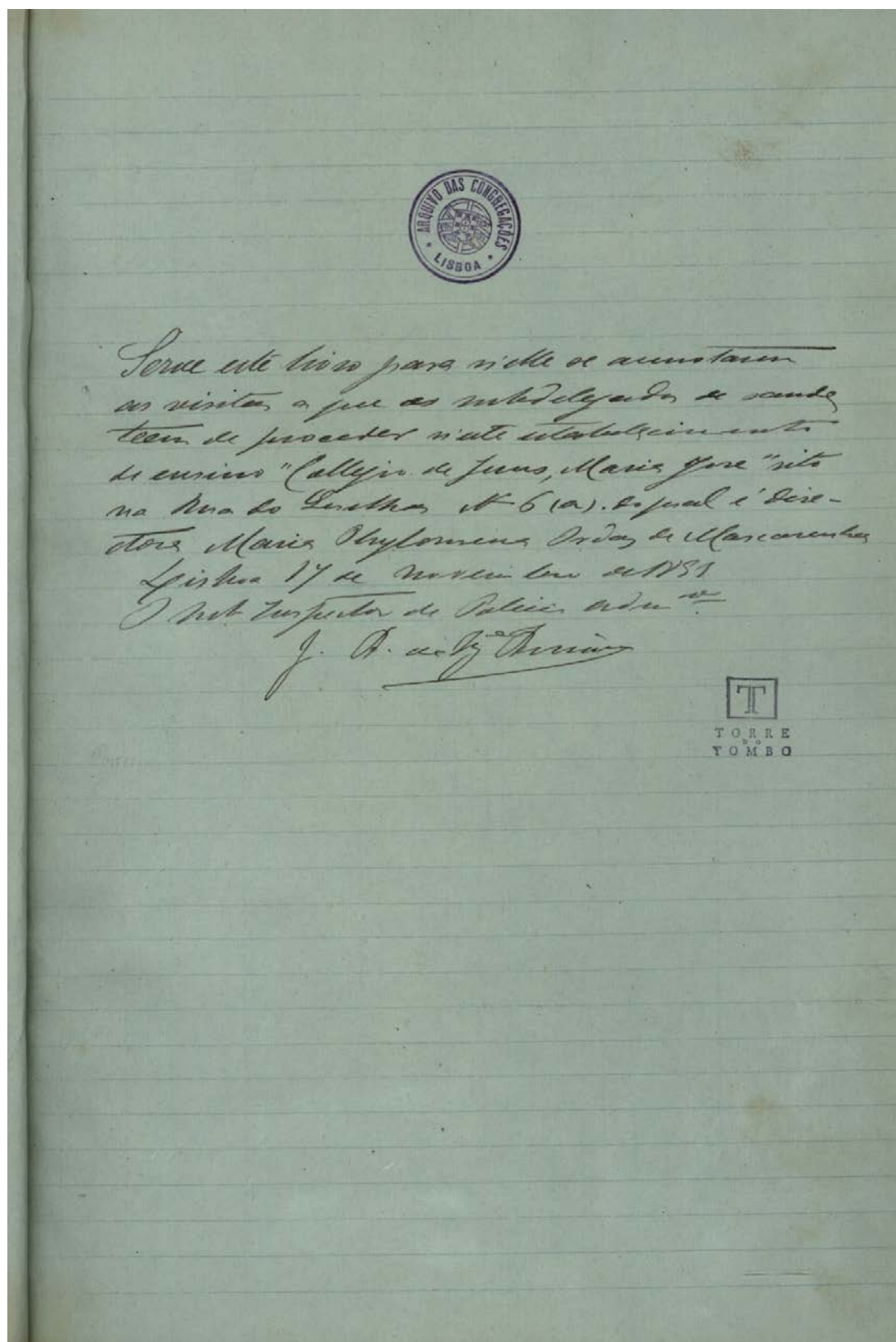
—

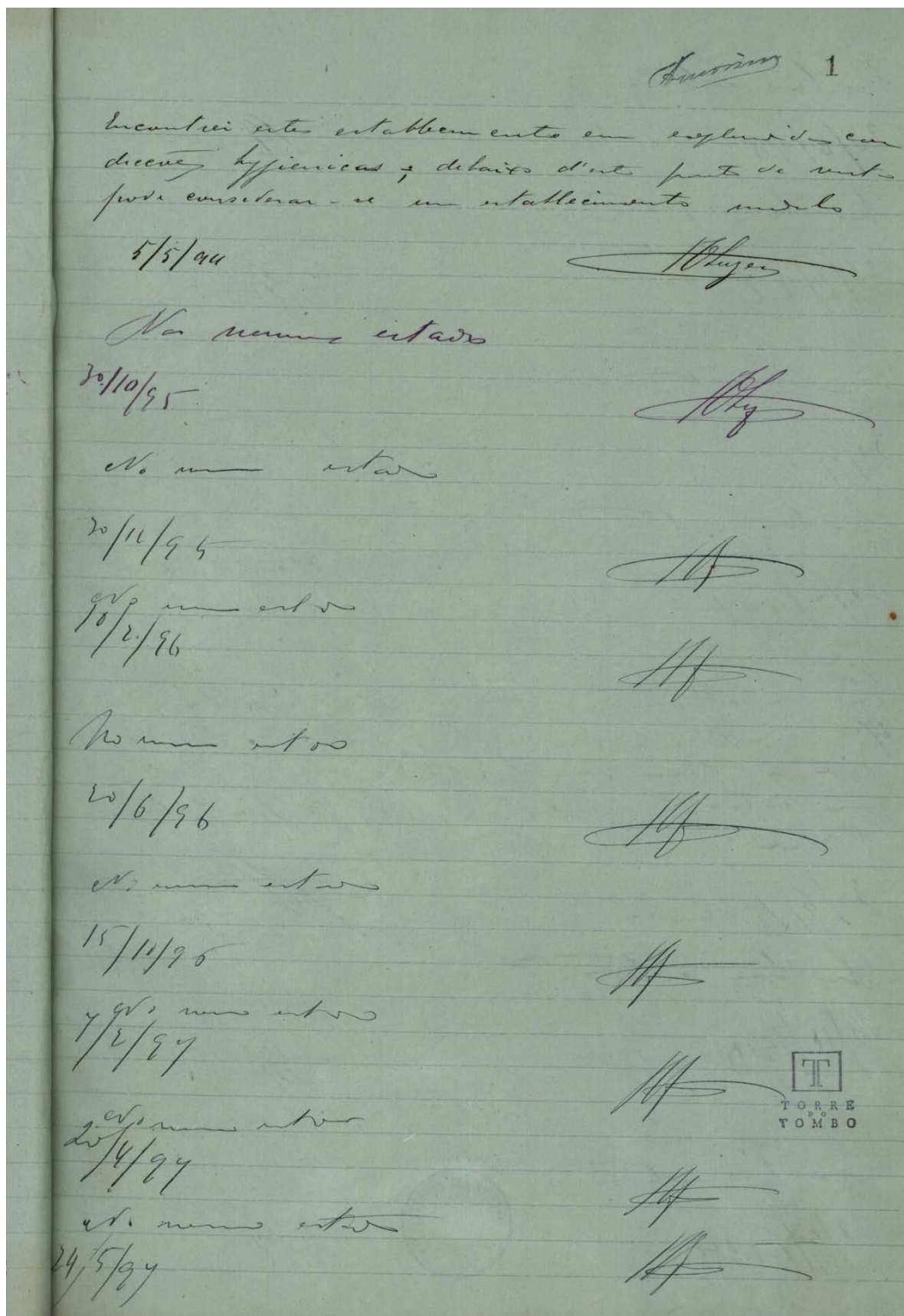
Visto: Antonio Mendes Lage.

Arquivo das Congregações, 4v. 715.

Apêndice nº. 20

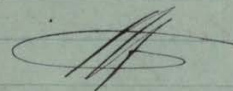
Visitas ao Colégio Jesus Maria José efectuadas pelo Subdelegado de Saúde, sendo o Estabelecimento de ensino encontrado em "esplêndidas" condições higiénicas e considerado um "estabelecimento modelo". [ANTT/AC/Liv.715]





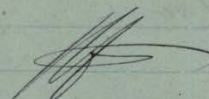
bebe entre

23/6/28



bebe entre

25/7/22



bebe entre

22/5/200



bebe entre

25/6/801



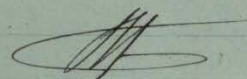
bebe entre - Dura no colar
de escarvas, no arcos, ocos, e dentes
rios - Com sempre com a mesma
uma colar de escarvas (50 p. p. lita
d'agua)

20/6/1802



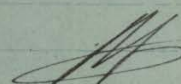
bebe entre

1/11/1803



bebe entre

2/8/1904



Contem este livro praente e
noze folhas, as quaes são todas
numeradas e rubricadas com a
rubrica de *Quin* *per* *uso*.
Lisboa 17 de Novembro de 1852
Omt. secretario de Policia Cabral
J. A. de F. Quin



Apêndice nº. 21

Planta do Convento das Inglesinhas - Espaço partilhado pelos Jesuítas e Doroteias até à implantação da República, em Outubro de 1910.

[ANTT/AC/Liv.1236]



Apêndice nº. 22

Mapa Disciplinar do Colégio de S. José de Vila do Conde (professores, alunos, disciplinas e livros adoptados pelo Conselho de Instrução Pública e utilizados no Liceu do Porto). [ANTT/AC/Liv. 841]

Mapa Disciplinar

Disciplina adoptada no Colégio de S. José de Vila do Conde

de 1866 a 1882

Disciplinas	Professores	Livros adoptados	Alunos matriculados	Observações
Grammatica portugueza	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	
Grammatica	M.ªs. Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	Grammatica portugueza de S. José de Vila do Conde	Antónia, D.ªs. Antónia e Maria	

Personal Docente
Profesoras

D. Agostinho de Espinosa e Santa Praxedes
 D. Estanysa e Santa Praxedes
 D. Francisco de Santa Praxedes

143

Apêndice nº. 24

Mapa com o plano do Curso Geral (Professores, alunos, disciplinas e referência aos manuais adotados). [ANTT/AC/Liv. 841]

Nomes das Alunas.	Idade.	Situação.	Especialidade.	Anos completos do curso.				Curso geral				Anos de curso	Anos de curso	Anos de curso	Observações	
				1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º					
Aluna 1	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 2	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 3	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 4	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 5	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 6	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 7	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 8	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 9	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 10	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 11	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 12	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 13	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 14	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 15	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 16	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 17	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 18	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 19	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 20	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 21	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 22	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 23	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 24	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 25	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 26	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 27	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 28	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 29	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso
Aluna 30	12	Alumna	Alumna	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	Alumna de curso

Circunscção.
Distrito Administrativo - Villa do Conde.

Directora. - D. Maria Placencia Gaby Chas. Aguiar.

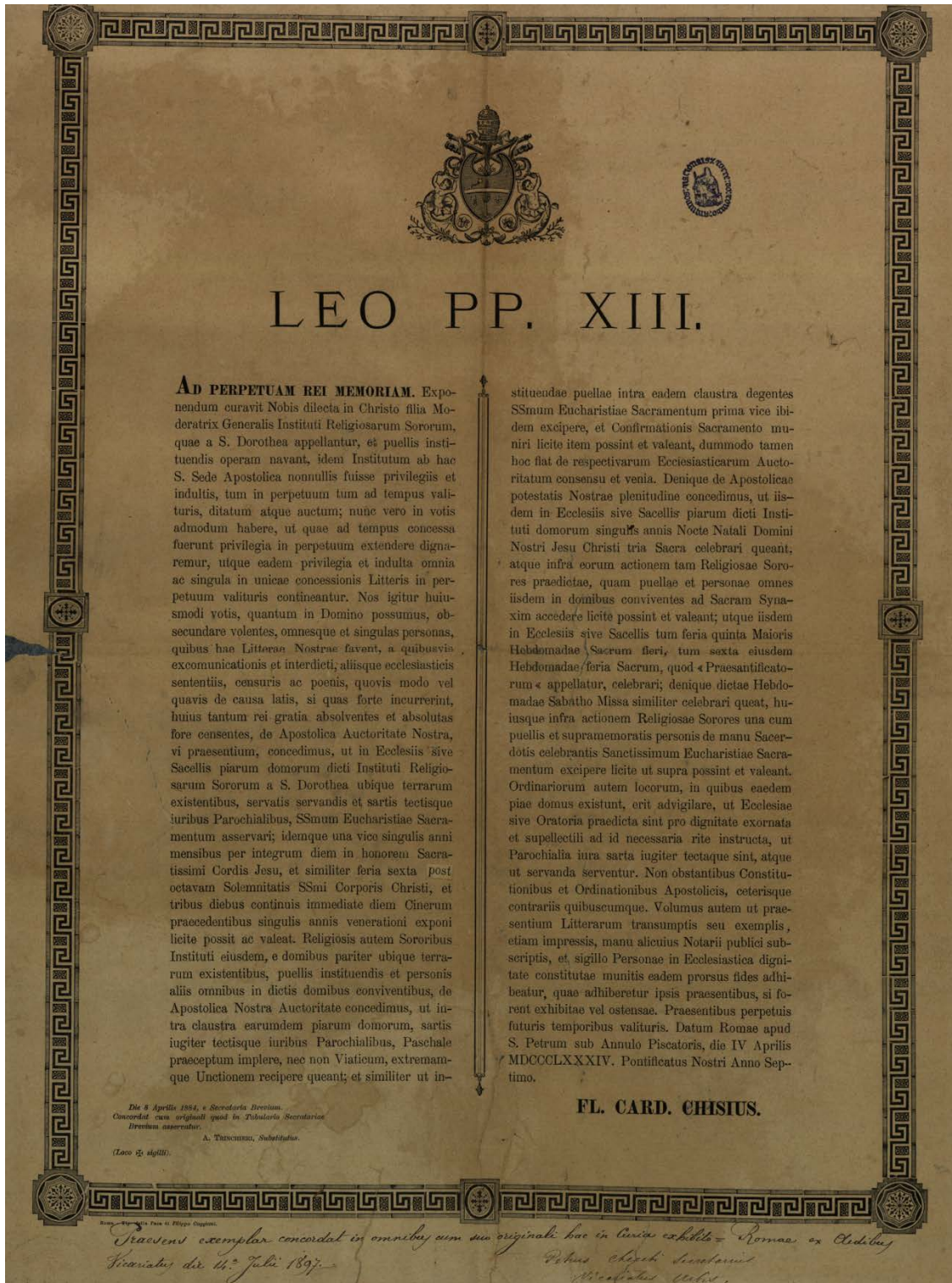
Anno Lectivo de 1882 a 1883.

Observações

Aluna adoptada pelo
Collegio de S. Jo. de S

Apêndice nº. 25

Encontramos referência a este documento na *Cronica della Casa di Covilhã in Portogallo*, fino a Jullo 1888 no capítulo Licenci e Privilegi "Albano il Breve del S. Padre Leone XIII del 8 Aprile 1884. Più i privilegi delle Indulgenze concesse si all Instituto che alla Pia Obra di S. Dorotea". [ANTT/AC/Liv. 836]



ÍNDICE DOS APÊNDICES

Apêndice nº. 1 - Atestado médico comprovativo como a educanda está vacinada e não padece de doença contagiosa. [ANTT/AC/ Liv. 1190].....	92
Apêndice nº. 2 - Certidão de baptismo de uma educanda nascida na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa. [ANTT/AC/Liv. 1190]	93
Apêndice nº. 394 Certificado de vacinas de uma educanda oriunda da Guiana Britânica. [ANTT/AC/Liv. 1190].....	94
Apêndice nº. 4 - Extracto do Livro de Baptismo de uma educanda nascida na Guiana Britânica. [ANTT/AC/Liv. 1190]	95
Apêndice nº. 5 - Conta corrente pertencente aos Jesuítas, Rua do Quelhas nº.6, referente às Doroteias nos primeiros tempos da sua instalação em Portugal, no Convento do Quelhas, em Lisboa. [ANTT/AC/Liv. 270] 5 docs.	96
Apêndice nº. 6 - 1ª página do Livro de Matricula das educandas do Colégio de S. José. [ANTT/AC/Liv. 1144].....	99
Apêndice nº. 7 - Lista de educandas, com o respectivo nome, idade, filiação e profissão dos pais. [ANTT/AC/ Liv. 1144].....	100
Apêndice nº. 8 - 1ª página do Livro de Matrícula das alunas da aula externa. [ANTT/AC/Liv. 1251]	101
Apêndice nº. 9 - Lista de alunas da aula externa, nome, idade, filiação e profissão dos pais. [ANTT/AC/Liv. 1251].....	102
Apêndice nº. 10 - Termo de abertura do Livro de Actas referente aos 10 colégios existentes. [ANTT/AC/Liv. 718]	103
Apêndice nº. 11 - Conta Corrente de uma aluna interna do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 1253] 2 docs.	104
Apêndice nº. 12 - Conta corrente de uma aluna interna, cuja mensalidade é paga com os trabalhos que seu pai executa no colégio (obras de restauro). [ANTT/AC/Liv. 1253] 2 docs.	106
Apêndice nº.13 - Conta corrente das meninas, Amélia e Adelaide Carvalho Ramos (com extras). [ANTT/AC/Liv. 1253] 2 docs.	108
Apêndice nº. 14 - Conta corrente (receita e de despesa) do Colégio Jesus Maria José entre Janeiro de 1908 a Agosto de 1910 (Aulas de Piano, Harpa, Bandolim, Rabeca, Desenho. Médico todo o ano e Mestres de pintura franceses). [ANTT/AC/Liv. 711] 11 docs.	110
Apêndice nº. 15 - Capa do Livro de matricula das alunas do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 716].....	121
Apêndice nº. 16 - Listagem de alunas do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 716] 2 docs.	122

Apêndice nº. 17 - Expediente da Associação de Stª Doroteia para a Administração do 4º Bairro de Lisboa relativamente aos Orçamentos e Contas de Gerência dos Colégios das Doroteias e para o Inspector das Escolas Primárias de Lisboa, Listagens de Alunas e de Professores, Assiduidade, Quadro Estatístico do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 719] **8 docs.** 124

Apêndice nº. 18 - Capa de documentos do Colégio Jesus Maria José. [ANTT/AC/Liv. 715] 132

Apêndice nº. 19 - Características dos vários Dormitórios relativamente ao número de camas, espaço e ventilação. Refeições com a respectiva ementa diária, composta por quatro refeições (Almoço, Jantar, Merenda e Ceia) . [ANTT/AC/Liv. 715] **4 docs.** 133

Apêndice nº. 20 - Visitas ao Colégio Jesus Maria José efectuadas pelo Subdelegado de Saúde, sendo o Estabelecimento de ensino encontrado em "esplêndidas" condições higiénicas e considerado um "estabelecimento modelo". [ANTT/AC/Liv. 715] **4 docs.** 137

Apêndice nº. 21 - Planta do Convento das Inglesinhas - Espaço partilhado pelos Jesuítas e Doroteias até à implantação da República, em Outubro de 1910. [ANTT/AC/Liv. 1236]..... 141

Apêndice nº. 22 - Mapa Disciplinar do Colégio de S. José de Vila do Conde (professores, alunos, disciplinas e livros adoptados pelo Conselho de Instrução Pública e utilizados no Liceu do Porto). [ANTT/AC/Liv. 841]..... 142

Apêndice nº. 23 - Mapa Estatístico do Colégio de Vila do Conde (número de alunos e respectiva idade, pessoal docente, número de salas de aulas e sua dimensão). [ANTT/AC/Liv. 841]..... 143

Apêndice nº. 24 - Mapa com o Plano do Curso Geral (Professores, alunos, disciplinas e referência aos manuais adoptados) [ANTT/AC/Liv. 841] 144

Apêndice nº 25 - Encontramos referência a este documento na "Crónica della Casa di Covilhã in Portogallo", fino a Julho 1888, no capítulo Licenci e Privilegi "Albano il Breve del S. Padre Leone XIII del 8 Aprile 1884. Più i privilegi delle Indulgenze concesse si all Instituto che alla Pia Obra di s. Dorotea" [ANTT/AC/Liv. 836] 145

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. 1 - Colégio Jesus Maria José - Quelhas.....	37
Fig. 2 - Paula Frassinetti (Pintura de Gianbattista Conti – 1930).....	38
Fig. 3 - <i>5 de Outubro de 1910. 1. As guardas avançadas da barricada na Avenida da Liberdade, comandadas por dois soldados de artilharia I. 2. O povo junto aos canhões no ângulo da barricada. 3. Outros ousados defensores da barricada.</i>	49
Fig. 4 - <i>O convento do Quelhas guardado pela cavalaria e armada, vendo-se a famosa torre de onde se fez fogo sobre os populares e a tropa nas noites de 6, 7 e 8 de Outubro de 1910.</i>	51
Fig. 5 - <i>As educandas do convento saindo do edifício para serem entregues às suas famílias.</i>	52
Fig. 6 - <i>Um aspecto da busca na casa da aula do Quelhas</i>	52
Fig. 7 - <i>A senhora condessa de Penha Longa na sua escola com o sr. ministro da Justiça, Afonso Costa – Outubro de 1910</i>	53
Fig. 8 - Colégio da Estefânia.....	55
Fig. 9 - Palacete do Amaral.....	56
Fig. 10 - Anos 30. Procissão no espaço do colégio.....	57
Fig. 11 - Colégio do Parque (actual Externato do Parque).....	57
Fig. 12 - <i>A aluna Maria da Glória Gonçalves Simões, conhecida por Loló ou Glorinha, à saída do Colégio - 1943</i>	59
Fig. 13 - Aula de Pintura e Desenho - 1937.....	60
Fig. 14 - Aula de Laves - 1937.....	61
Fig. 15 - Sala de Aula.....	61
Fig. 16 - Meninas na missa - Anos 50.....	62
Fig. 17 - Preparação de uma festa - Anos 50.....	62
Fig. 18 - Alunas - 1941.....	63
Fig. 19 - Aula de Ginástica - Anos 60.....	63
Fig. 20 - Colégio de Santa Doroteia.....	64
Fig. 21 - Capela do Colégio.....	71

Fig. 22 - Paula Frassinetti (Pintura de Gianbattista Conti - 1930).....	71
Fig. 23 - Extracto do Registo de nascimento e de baptismo de Paula Frassinetti.....	72
Fig. 24 - Refeitório do Colégio de Santa Doroteia.....	73
Fig. 25 - Dormitório - 1937.....	74
Fig. 26 - Dormitório - 1952.....	74
Fig. 27 - Dormitório - 1952.....	75
Fig. 28 - Dormitórios individuais - 1952. (Pormenor à direita).....	75
Fig. 29 - Sala de aula - 1937.....	76
Fig. 30 - Sala de aula - 1960.....	76
Fig. 31 - Sala de aula.....	77
Fig. 32 - Gabinete de Ciências Naturais 5º. Ano - Anos 60.....	78
Fig. 33 - Aula de Química 4º. Ano - Anos 60.....	78
Fig. 34 - Laboratório - Anos 60.....	78
Fig. 35 - Gabinete da Mestra-Geral - 1952.....	79
Fig. 36 - Sala de Visitas - 1952.....	80

